UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

100206742

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

"Setor Informal" ou Trabalho Informal?
Uma Abordagem Crítica sobre o Conceito de Informalidade

Candidata: Maria Aparecida Alves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Outubro/2001

Maria Aparecida Alves

"Setor Informal" ou Trabalho Informal?
Uma Abordagem Crítica sobre o Conceito de Informalidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/10/2001

BANCA

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves

Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira

Outubro/2001

UNIDADE BC
Nº CHAMADA:
T/UNICAMP
AL87s
V
EX
TOMBO BC/
PROC. 837/02
C D Z
PREÇO R$ 11,00
DATA 07-02-02
Nº CPD

CM00163759-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

AL 87 s

Alves, Maria Aparecida
Setor informal ou trabalho informal? uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade / Maria Aparecida Alves. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Setor informal (Economia). 2. Marginalidade social. I. Antunes, Ricardo Luiz Coltro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

A minha mãe, Maria Benedita F. Alves, exemplo de integridade e força, com quem aprendi grandes lições.

A Humberto P.F. Alves, pessoa muito especial em minha vida, que sempre me trouxe muita luz.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes, pelas contribuições fundamentais que nortearam a presente dissertação. E, também, por sua dedicação e constante incentivo à minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves, pelas questões levantadas no exame de qualificação que muito contribuíram com a presente pesquisa, e ainda por ter aceito participar da banca de defesa desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Fernando Lourenço, pelas sugestões dadas no exame de qualificação.

Ao apoio dado pelos colegas do Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, que me acompanharam nesta trajetória.

Ao grande amigo Daniel Romero, pelas preciosas discussões que possibilitaram traçar novos contornos ao meu trabalho.

A Laura Jane F. N. Timóteo, amiga de tantos anos que nunca me abandona, pela revisão do texto.

A José dos Santos Souza, pela leitura atenta e correções do texto.

Ao carinho e atenção recebidos de Maria de Lourdes Malta Serra e Maria Cristina Faccioni, funcionárias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

A Capes que, através da concessão de bolsa de estudos, viabilizou esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo teórico, que teve por finalidade discutir a bibliografia existente sobre "Setor Informal", visando a busca de novas abordagens que nos possibilitassem levantar as situações de informalidade. Para atingirmos esse objetivo foi necessária a compreensão da coexistência de diferentes formas de organização da produção informal e também analisar as relações existentes entre elas, visando descobrir em que grau estão subordinadas ao grande capital e qual a sua contribuição para o processo de acumulação capitalista. No primeiro capítulo, recuperamos a critica à "Teoria da Marginalidade". No segundo capítulo, retomamos a origem do conceito de "Setor Informal", problematizando questões referentes à articulação entre "Setor Informal" e "Setor Formal", propondo a utilização do conceito de informalidade, por ser mais abrangente. No terceiro capítulo, apresentamos a caracterização da diversidade de formas assumidas pelo trabalho informal no Brasil e, em que medida o desenvolvimento do capital está readequando novas formas de exploração da força de trabalho.

ABSTRACT

This dissertation consists of a theoretical study. The primary objective of this work is to discuss the literature on the informal sector in search of new approaches for the analysis of the informality context. Addressing the different types of informal production and the relationships between them was necessary to understand the role and the degree of subordination of these activities to the process of capitalist accumulation. The first chapter reviews the Theory of Marginality. The second chapter addresses the origins of the informal sector and discusses issues about the relationships between the informal sector and the formal sector to suggest the use of "informality" as a broader concept. The third chapter presents the different forms taken by informal labor in Brazil and discusses how the development of capitalism is reshaping new forms of labor force use.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

CAP. I – DA CRÍTICA À "MARGINALIDADE" À ATUALIDADE DA TEORIA DE MARX **6**

1. Marx e o Conceito de "Exército de Reserva" 6

2. "Marginalidade" versus "Exército de Reserva" 26

3. Revisão da Crítica da "Marginalidade" 31

CAP II – APONTAMENTOS PARA UMA TEORIA DA INFORMALIDADE **54**

1.O Surgimento do Conceito de "Setor Informal" 54

2. A Crítica ao Conceito de "Setor Informal" 64

3. As Imbricações entre os Dois Segmentos "Informal" e "Formal" 72

4. As Implicações da Reestruturação Produtiva do Capital sobre as Atividades Informais 76

5. Os Números da Informalidade 89

6. Tendências de Ampliação do Setor de Serviços 94

CAP III – AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA INFORMALIDADE **100**

1. As Diferentes Formas da Informalidade 100

1.1. Trabalhadores Informais Tradicionais 101

1.2. Trabalhadores Assalariados Sem Registro 103

1.3. Trabalhadores Autônomos ou Por Conta-Própria 104

1.4. Pequeno Proprietário Informal 106

2. Informalidade: Suas Formas de Reprodução e Sua Relação com o Processo de Acumulação de Capital 109

2.1. Quais os Vínculos que Podem Ser Estabelecidos Entre Trabalho Informal Tradicional e o Processo de Acumulação? 134

2.2. Quais os Vínculos que Podem Ser Estabelecidos Entre Trabalho Autônomo ou Pequeno Proprietário Informal e o Processo de Acumulação? 139

CONSIDERAÇÕES FINAIS **146**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **150**

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 – Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação no trabalho principal – Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2000

Tabela 2 – Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade econômica do trabalho principal - Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2000

Tabela 3 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação e os ramos de atividade no trabalho principal - 1999

Gráfico 1 – Evolução da distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação - Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2000

Introdução

Hoje vivenciamos grandes transformações mundiais no processo de produção e no mercado de trabalho, como meio de aumentar as taxas de lucro que sofreram quedas nos anos 60 e 70 (Chesnais, 1996; Harvey,1993). No caso brasileiro, um dos elementos que compõe essa nova conjuntura é a expansão do trabalho informal, que pode ser empiricamente percebida pelos autores Dedecca (1990); Cacciamali (2000); Malaguti (2000), entre outros. Nosso objetivo neste trabalho é analisar as formas contemporâneas do trabalho informal no Brasil e seu significado no processo de acumulação. Apesar do conceito de *Setor Informal* ser muito amplo, inicialmente, podemos entendê-lo como uma forma de organização de produção simples, mas subordinada às formas propriamente capitalistas (Cacciamali,1983; Souza,1980a). Este conceito provisório tem como objetivo apenas situar o leitor no debate inicial, pois será melhor desenvolvido no decorrer do texto.

Procuraremos mostrar que o trabalho informal hoje assume uma forma atípica em relação às décadas de 70 e 80 no Brasil. Também que a "Teoria da Marginalidade", surgida nas décadas de 60 e 70 para explicar o processo de precarização da força de trabalho na América Latina, não conseguiu explicar essas formas de trabalho, pois via os trabalhadores que não se encaixavam nos setores mais "modernos" e dinâmicos da economia como participantes de um "grupo não-integrado" ao sistema capitalista. Desconsiderava que as formas de inserção nas atividades não tipicamente capitalistas eram resultantes e conseqüências do processo de acumulação capitalista. E, por fim, os teóricos

da "marginalidade" influenciaram a literatura sobre informalidade que desenvolveu uma dicotomia entre *setor formal* e *setor informal*.

A partir da década de 80, a situação aprofunda-se ainda mais, devido à elevação do desemprego resultante de importantes alterações na estrutura produtiva, a baixa dinâmica de geração de empregos formais e a crescente precarização das condições e relações de trabalho (Mattoso & Siqueira Neto, 1997). Podemos dizer que os trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho e a regressão dos direitos sociais, configurando uma tendência à fragmentação da classe trabalhadora, diminuindo o poder de influência dos órgãos de representação coletiva. Ou seja, passamos a ter formas de desemprego mescladas com formas de trabalho precário.

A partir da análise do processo de desenvolvimento dessas novas estratégias, entendemos que a discussão sobre informalidade passa a fazer parte do debate contemporâneo relacionado à reestruturação produtiva, à flexibilização e precarização das relações de trabalho, à terceirização, às mudanças na cultura do trabalho e à configuração de novos padrões de consumo. Procuraremos caracterizar a conjuntura em que se dá a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital e o aumento da informalidade.

Inexiste um consenso conceitual para o estudo das situações de informalidade. Algumas obras tratam das questões relacionadas à informalidade, separando *Setor Informal versus Setor Formal*, como se fossem dicotômicos (cf. Tomazini, 1995). Mesmo dentro da informalidade há situações bastante diversas, sendo importante apreender as diferentes formas de trabalho que envolvem esses trabalhadores, porque a não apreensão

dessas diferenças poderia desqualificar a caracterização da informalidade. Outras obras tratam o problema do desemprego como reflexo da "globalização" e da automação, sem fazer referência ao contexto mais amplo, que é o processo de reestruturação produtiva do capital. Nesse sentido, é importante não considerar o progresso técnico como o elemento impulsionador da história, desconsiderando as formas de exploração do trabalho e as formas de organização do trabalhador.

O Conceito de *Setor Informal* tem sido utilizado indevidamente para caracterizar todas as situações de trabalho que não se encaixam nos segmentos assalariados. As transformações atuais nessa área têm dificultado ainda mais a precisão desse conceito, porque, hoje, nos deparamos com trabalhadores informais que assumem uma forma atípica em relação aos anos 80. Assim sendo, a utilização do conceito *Setor Informal*[1] torna-se inadequada. Portanto, optamos em fazer um estudo teórico que melhor caracterize as dimensões atuais da informalidade, e também, que nos permita dialogar com a bibliografia que trabalha temas ligados às atividades informais e suas formas de reprodução.

No primeiro capítulo deste trabalho, resgatamos alguns autores que fazem a crítica à "Teoria da Marginalidade", utilizando-nos do referencial da Teoria Marxiana para explicarmos a existência de um *exército de reserva atípico,* concentrado nas variadas formas da informalidade.

Entendemos que a manutenção de um comércio informal, com preços acessíveis, proporciona a manutenção de baixos salários, possibilitando ao trabalhador suprir suas necessidades gastando o mínimo possível. Portanto, o papel desempenhado por essa força

[1] Sobre esse assunto ver Malaguti (2000): "Caso conheçamos todas as restrições ao uso da distinção setorial, sua utilização poderá, no entanto, ser de alguma valia. Se a idéia de setor pode ter uma certa utilidade operacional, sua construção é categoricamente 'gelatinosa', podendo, no fundo, abarcar toda e qualquer realidade. Como primeira aproximação, ela é útil. Mas está longe de substituir o rigoroso conceito de

de trabalho considerada como "marginal", é essencial ao processo de acumulação de capital. Segundo Paoli (1978), embora os trabalhadores informais não produzam, diretamente, nem valor e nem mais-valia, eles participam do processo de produção social, sem serem, diretamente, expropriados de uma parte do trabalho excedente que realizam.

No segundo capítulo, retomamos a origem do conceito de *Setor Informal*. As análises dualistas (de inspiração funcionalista) feitas nas décadas de 60 e 70 sobre as atividades informais, eram influenciadas pela "Teoria da Marginalidade", associando a informalidade à pobreza e ao "subdesenvolvimento". Indicavam que o *Setor Informal* era uma opção de trabalho aos contingentes de trabalhadores desqualificados que buscavam inserir-se economicamente (Dedecca, 1990). Mas na realidade, a reprodução dos segmentos não-organizados dava-se como forma de obtenção de renda e ocupação de espaços produtivos permissíveis pelas grandes empresas capitalistas.

Na década de 70, as análises dualistas viam o *Setor Formal* como composto por unidades produtivas organizadas e o *Setor Informal* era caracterizado por unidades produtivas não organizadas que viviam à margem da legislação trabalhista. Na década de 80, alguns autores (Souza,1980a; Cacciamali,1983) rompem com a abordagem dualista e concebem o *Setor Informal* como intersticial e subordinado ao movimento das empresas capitalistas.

No terceiro capítulo, a grande preocupação foi mostrar que as atividades informais tradicionais converteram-se em novas formas da relação capitalista. O trabalho informal é parte do conjunto das transformações do mercado de trabalho e da intensificação da reestruturação produtiva do capital. Nos anos 90, identificamos a combinação de formas tradicionais de informalidade mescladas com outras formas de trabalho precárias.

---

informalidade" (Idem:102).

Conforme expusemos, na década de 90, com as mudanças produzidas pela reestruturação produtiva do capital, ocorreram inúmeras formas de precarização do trabalho. Assim sendo, os conceitos de *Setor Informal* e *Setor Formal* não dão conta de explicar essa nova realidade. Dessa forma, incorporamos a utilização do conceito de *Informalidade*[2], que é bem mais amplo, e nos permitirá compreender as relações que envolvem as formas de trabalho assalariadas e não-assalariadas, uma vez que entendemos que essas duas formas de trabalho estão imbricadas uma na outra.

Muitos trabalhadores estão, ora nos segmentos de trabalhadores assalariados, ora desenvolvendo atividades nos segmentos não-assalariados. Isso nos coloca o seguinte questionamento: como denominar aquele trabalhador que hoje está empregado mediante sucessivos contratos temporários e amanhã estará desenvolvendo atividades informais e vice-versa?

[2] A este respeito ver Cacciamali, 2000; Malaguti, 2000; Tedesco & Dalsoto, 1995.

I - DA CRÍTICA À "MARGINALIDADE" À ATUALIDADE DA TEORIA DE MARX

1. – Marx e o Conceito de "Exército de Reserva"

Para entendermos a origem da mais-valia e explicarmos as várias formas de subordinação do trabalho ao capital, se faz necessário recuperar Marx (s/d.:39-131).

A mais-valia é um produto específico do modo de produção capitalista. É através dela que se dá a transformação do dinheiro em capital. Isso ocorre quando o dinheiro é transformado em fatores do processo de produção e este se converte em meios de trabalho que vão possibilitar a extração do trabalho vivo, gerando dessa forma a mais- valia.

Na primeira parte do capítulo, Marx trabalha as questões ligadas à formação do capital. Expõe dois elementos constitutivos de sua formação: o dinheiro e a mercadoria. O autor entende o dinheiro, inicialmente, como uma grandeza constante que através do processo de produção transforma-se numa grandeza variável. Isso se dá porque o mesmo passou a conter trabalho vivo, e é a partir de sua exploração que se gera mais capital. A transformação do dinheiro nos fatores do processo de produção constitui um momento permanente do processo global.

Segundo Marx (s/d), a verdadeira função do capital enquanto capital é que a produção de valor excedente é a produção de sobretrabalho, apropriação que se dá no processo de produção real, que se objetiva como mais-valia.

A mercadoria é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca; portanto, o processo no qual ocorre a produção de mercadorias, é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização. Assim sendo, as mercadorias saem do processo como resultado, como produto, e também participam dele na qualidade de elementos constitutivos.

Para Marx (s/d), a transformação da soma de dinheiro, adiantada nos fatores de produção, constitui um ato do processo de circulação de mercadorias, do processo de intercâmbio, e faz parte ainda do conjunto e da continuidade da produção capitalista.

Inicialmente, a mercadoria deveria ser portadora de um valor de uso, devendo satisfazer alguma necessidade social e, conseqüentemente, possuir alguma propriedade útil. No processo de produção muda-se a natureza das mercadorias, que passam a atender outras necessidades; as determinações do valor de uso derivam da própria natureza do processo de trabalho. Assim, o valor de uso recebe uma determinação nova relacionada aos meios de produção, que passa a ser essencial para o desenvolvimento da relação econômica, ou seja, a mercadoria passa a desempenhar a função de gerar mais dinheiro.

No interior do processo de produção, uma parte do valor de uso é a própria capacidade viva de trabalho, que visa a realização de um fim, convertendo os meios de produção em momentos objetivos da sua atividade, transformando a forma original do seu valor de uso em uma nova forma do produto. Já na mercadoria o valor de uso é um objeto com propriedades determinadas, agora é a transformação de coisas que opera-se por intermédio do trabalho vivo (Marx, s/d.).

Em suma, a transformação do dinheiro em capital depende de dois processos autônomos: 1) a compra e venda da capacidade de trabalho e 2) o processo de trabalho.

O primeiro, a compra e venda da capacidade de trabalho, se efetua na esfera da circulação de mercadorias. Nesse caso, tem-se a figura do capitalista e do operário contrapondo-se no mercado.

No interior do processo imediato de produção, o capital variável transforma-se em trabalho vivo, isso ocorre quando o capitalista compra a capacidade de trabalho. É nesse processo que a soma de valores adiantada, sob a forma de dinheiro ou mercadorias, se converte em capital. Embora a compra/venda da capacidade de trabalho não esteja ligada diretamente ao processo imediato de produção, ela é o fundamento principal e, ao mesmo tempo, um elemento do processo capitalista de produção. As condições objetivas do trabalho, só se convertem em capital ao confrontarem-se com o trabalho assalariado.

A compra e venda da capacidade de trabalho, além de ser um elemento e uma premissa do processo capitalista de produção, é também o seu resultado constante.

O segundo, é o processo de trabalho que consiste no consumo da capacidade de trabalho adquirida, onde as condições objetivas do trabalho (o material e os meios de trabalho) servem para que o trabalho vivo se objetive.

Os capitalistas vêem o processo de trabalho, especificamente, enquanto veículo e meio do processo de valorização. O próprio trabalho é visto como substância criadora de valor, como trabalho social em geral, que se objetiva e do qual interessa especialmente a sua quantidade.

Embora esses dois processos existam de forma autônoma, os mesmos condicionam-se reciprocamente. O processo de compra e venda da capacidade de trabalho anuncia o processo de produção, onde a capacidade de trabalho é consumida.

Para Marx (s/d), o processo de produção do capital é um processo real de trabalho. Ele enfatiza que todos os meios de produção são potencialmente capital. O capital está condicionado pela natureza do trabalho humano. O autor enfatiza que, sendo o processo de produção do capital um processo de trabalho em todas as suas formas sociais, conclui-se que este é também um processo de trabalho do capital, pois seu objetivo seria valorizar o capital.

Quanto ao processo de produção, Marx conclui que o mesmo cria seus produtos com caráter de mercadoria, que traz implícita a materialização das determinações sociais da produção e seus fundamentos materiais que caracterizam o regime de produção capitalista. A mercadoria passa a ter um duplo caráter: valor de uso e valor de troca. De outro lado, o capitalista compra capacidade de trabalho (trabalho vivo), apossando-se desta da mesma forma que apossa-se das condições objetivas do processo de trabalho

No processo de trabalho há uma contradição em que as condições objetivas do trabalho (meios de produção) se contrapõem às condições subjetivas (capacidade de trabalho). Marx (s/d) entende que são os meios de produção, na qualidade de modo de existência do capital, que se contrapõem ao trabalho e aparecem também fora do processo de produção, potencialmente enquanto modo de existência específico do capital. Na realidade, são os meios de produção que funcionam como meios de sucção de maior quantidade de trabalho vivo, propiciando a extração de uma maior taxa de mais-valia.

Inicialmente, o dinheiro é transformado em mercadorias, as quais constituem os fatores do processo de trabalho, posteriormente é que adquirem a forma de capital. O dinheiro possibilita a aquisição da capacidade de trabalho e dos meios de produção, os quais servem como meios de subsistência do trabalho, como valores de uso do trabalho.

Portanto, o capitalista compra esses meios de produção devido a sua importância no processo de trabalho. Assim, o capital passa a existir sob a forma de processo de trabalho, já que este seria um meio para atingir um fim que seria a produção de mais-valia.

Marx (s/d) enfatiza que o processo de produção capitalista engloba dois processos: 1) de trabalho e 2) de valorização.

1) Como processo de trabalho: o trabalho humano torna-se a atividade finalista que transforma os meios de produção num produto determinado. Esse trabalho real é que gera valor, na medida em que ele intensifica-se e materializa-se no produto em determinadas quantidades, medidas pelo tempo.

O tempo de trabalho do operário é baseado no trabalho socialmente necessário. Para tanto, deve executar o *quantum* socialmente normal de trabalho útil. O capitalista passa a intensificar o trabalho visando extrair mais-valia do operário, promovendo o prolongamento da jornada de trabalho, ultrapassando o necessário para repor o valor do capital variável, o salário.

A forma real do capital no processo produtivo impõe novas exigências, segundo Marx:

> *[...] em primeiro lugar, a massa dos meios de produção disponível deve ser suficiente não só para absorver o trabalho necessário, mas também o trabalho excedente. Em segundo lugar, modificam-se a intensidade e a extensão do processo real do trabalho* (Idem, s/d.:53).

2) Como processo de valorização, nota-se que há introdução de um trabalho concreto, representado por um *quantum* de *trabalho socialmente necessário*, e sobre este *quantum* é acrescentado um adicional não embutido nos salários, podendo-se dar através da extração da mais-valia absoluta e relativa.

O capital se valoriza através da extração do sobretrabalho. Portanto, o trabalho participa diretamente do processo de valorização; é através da sua ação sobre os valores postos que procede a criação de valores.

O trabalho tem que ser considerado em sua forma dupla: como trabalho concreto, produtor de valor de uso das mercadorias, e como trabalho socialmente necessário no valor de troca. Nas palavras de Marx (s/d):

> *No que respeita aos fatores vivos do processo de valorização, deve-se: 1) conservar o valor do capital variável, reintegrando-o, reproduzindo-o, isto é, adicionando aos meios de produção uma quantidade de trabalho igual ao valor do capital variável ou do salário; 2) gerar um incremento do seu valor, uma mais-valia, objetivando no produto um quantum de trabalho excedente para além do contido no salário, um quantum adicional de trabalho* (Idem:52).

A diferença entre trabalho objetivado e trabalho vivo manifesta-se no processo real de trabalho. No primeiro, os meios de produção já trazem incorporados em si determinados trabalhos úteis, por exemplo, a construção de máquinas; no segundo, este é um trabalho específico que é realizado e expele constantemente de si o seu produto, em contraposição aos trabalhos já objetivados nos seus produtos peculiares, por exemplo, o trabalho de fiação. Há uma contradição no processo de trabalho: de um lado, tem-se uma parte do trabalho objetivado como existência presente do capital, e de outro, o trabalho vivo como trabalho vital do operário. "Além disso, no processo de trabalho o trabalho objetivado apresenta-se como momento objetivado, elemento [...] com vista à realização do trabalho vivo" (Marx, s/d.:60).

Para Marx, com o desenvolvimento do modo de produção, o capital ganha liberdade para ultrapassar as barreiras legais e econômicas que limitavam sua ação.

Quanto maior o desenvolvimento da produção capitalista, maior será a procura de versatilidade na capacidade de trabalho, o operário torna-se indiferente em relação ao conteúdo particular de seu trabalho e o movimento do capital se amplia, passando de uma esfera produtiva a outra.

A mais-valia é um produto específico do processo de produção capitalista, por isso seu produto não é apenas mercadoria, é também capital. No interior desse processo, o trabalho transforma-se em capital. Como diz Marx:

> *O trabalho, objetiva-se no processo de produção, converte-se deste modo em valor, mas como o trabalho já antes de começar deixou de pertencer ao próprio operário, aquilo que se objetiva é para ele objetivação de trabalho alheio, e, por conseguinte, é valor que se contrapõe de maneira autônoma à capacidade de trabalho, é capital* (Marx, s/d:83-84).

O trabalho, quando entra no processo de produção, sofre duas modificações: primeiro, o trabalho converte-se em trabalho objetivado, ou seja, em capital; e, segundo, devido a apropriação do trabalho no processo produtivo, o valor pressuposto processa-se e passa a gerar uma mais-valia diferente do valor original. A soma de valor pressuposta realiza-se como capital real, exclusivamente pelo fato do trabalho se transformar em capital no decurso do processo de produção. Portanto, o trabalho objetivado só se transforma em capital após ter absorvido o trabalho vivo no processo de produção.

Outro foco principal da análise de Marx são os conceitos de subsunção formal e subsunção real.

Marx (s/d.) enfatiza que o capital se apropriou da forma social do trabalho da manufatura e criou a grande indústria, com a produção voltada prioritariamente para a extração da mais-valia relativa. É a partir desse momento que se passa a ter a produção

especificamente capitalista. O capitalista e o operário se contrapõem no processo de circulação, no mercado, enquanto comprador e vendedor de capacidade de trabalho.

Marx (s/d.) entende que a subsunção formal do trabalho no capital ocorre com a manufatura através da produção da mais-valia absoluta. A subsunção real do trabalho ao capital somente se dá com a produção de mais-valia relativa, com a introdução das máquinas na grande indústria.

Com a subsunção real, os meios de produção recebem a função dupla de: a) servir como meios para a realização do trabalho; b) servir como meios para a exploração do trabalho alheio. Sendo o processo de trabalho o instrumento do processo de valorização e autovalorização do capital em que se dá a criação de mais-valia, tem-se a subsunção do trabalho ao capital.

Devemos considerar que a subsunção do processo de trabalho ao capital originou-se a partir de um processo de trabalho preexistente, no qual operou-se uma expropriação material dos produtores independentes, tornando-os trabalhadores assalariados.

O modo de produção especificamente capitalista operou mudanças não só nas relações entre os diversos agentes da produção, mas, também, mudou o caráter desse trabalho e a modalidade real do trabalho no seu conjunto.

A subsunção formal do trabalho somente passa a existir quando o capital sai de sua forma incipiente, momento esse em que o capital ainda não desempenhava suas funções dominantes. Naquele momento, o produtor imediato continuava a permanecer um vendedor de mercadorias e simultaneamente um utilizador do seu próprio trabalho (Marx, s/d.).

Na fase anterior ao modo de produção especificamente capitalista, já havia outras formas de relação capitalista que extraíam o sobretrabalho mediante o prolongamento do tempo de trabalho (através da extração da mais-valia absoluta). Mas, naquele momento, o capitalista intervinha apenas indiretamente no processo de produção: como proprietário dos meios de produção. Essa forma caracterizava a subsunção formal do trabalho ao capital.

Para Marx (s/d.), a subsunção formal do trabalho no capital se funda na mais-valia absoluta. Ela se baseia nos seguintes princípios:

1) Há uma relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e aquele que o fornece. O trabalhador se submete ao explorador devido à dependência econômica, porque este é proprietário das condições de trabalho, não existindo nesse caso nenhuma relação política de hegemonia e subordinação. Esse momento englobava a cooperação simples e a manufatura;
2) As condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo capitalista opõem-se ao operário como capital. Quanto mais essas condições de trabalho se apresentam como propriedade alheia, mais se intensifica a relação entre o capital e o trabalho assalariado.

Com esse processo, há perda da autonomia existente anteriormente no processo de produção. A própria relação de hegemonia e subordinação é produto da implantação do modo capitalista de produção.

Segundo Marx (s/d.), a diferença entre o trabalho formalmente subsumido no capital e o trabalho artesanal se acentua à medida que o capitalista individual aumenta

grandemente o volume de capital empregado e, portanto, a quantidade de operários que ocupa simultaneamente. A produção capitalista não é condicionada pelas limitações impostas ao seu capital. O capital pode ser trocado por qualquer tipo de trabalho e também por qualquer tipo de condições de trabalho.

O modo de produção capitalista toma a sua verdadeira dimensão à medida que o explorador da força de trabalho torna-se ausente do processo real de produção. Assim, a exploração intensifica-se sobre o operário, pois seu trabalho passa a ser mais intenso por estar vinculado às necessidades de exploração do capital que o emprega.

Com o desenvolvimento da grande indústria, surge pela primeira vez o significado histórico da produção capitalista, dando origem à subsunção real do trabalho ao capital. Essas mudanças se solidificam através das transformações do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.

Para Marx (s/d.) as duas formas da mais-valia, a absoluta (precedente) e a relativa são duas esferas diferentes da subsunção do trabalho ao capital.

O modo capitalista de produção transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho, operando mudanças na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e o operário. É a partir dessa transformação que surge a subsunção real do trabalho no capital.

As forças produtivas sociais do trabalho desenvolvem-se, possibilitando a aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. O modo capitalista de produção origina uma forma modificada da produção material, a qual constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista que atingiria seu topo com um elevado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (Marx, s/d.).

Para Marx (s/d.), um dos aspectos que distinguem o modo capitalista de produção do precedente, é que a produção não é pré-determinada pelas necessidades, e sim pela escala de produção. Desse modo, implantou-se a produção máxima com o mínimo de trabalho possível, barateando o custo das mercadorias. Esse passa a ser o princípio básico do modo capitalista de produção, mesmo que seja independente das vontades individuais de cada capitalista. O seu objetivo é que cada mercadoria produzida contenha o máximo possível de trabalho não pago. Com isso cada capitalista busca incessantemente meios de diminuir o trabalho vivo.

Há outro problema teórico a ser discutido que é o resgate da categoria de *exército industrial de reserva*, desenvolvida por Marx. Ela nos servirá de referencial para localizarmos qual o papel desempenhado pelos trabalhadores informais dentro das novas formas de trabalho contemporâneas, e também, de que forma se dá a participação dessas atividades nas formas de acumulação do capital.

Entendemos ser necessário recuperar algumas proposições feitas por Marx (1982:712-827), para melhor definir os trabalhadores que fazem parte do *exército industrial de reserva*.

Marx desenvolve nesse capítulo, como uma de suas abordagens principais, a formação de uma superpopulação relativa (ou de um *exército industrial de reserva*), que pode ser explicada quando remetida às formas de acumulação do modo de produção capitalista.

O citado autor analisa a influência que o aumento do capital tem sobre o *destino* da classe trabalhadora. Suas observações resultaram da análise da composição do capital e das modificações que o envolvem no curso do processo de acumulação.

Marx (1982), em sua análise da sociedade capitalista, afirma que o capital extrai anualmente uma mais-valia, cada vez mais crescente, que é agregada ao capital original. E, também, enfatiza que a escala de acumulação pode ser ampliada desde que surjam condições favoráveis ao enriquecimento, como por exemplo, o surgimento de novos mercados e de novas esferas de aplicação do capital, suscitadas pelo desenvolvimento de novas necessidades sociais.

Desse modo, a sobrevivência do capital está ligada à contínua exploração da força de trabalho, restando a esta apenas a possibilidade de se vender a este ou aquele capitalista; a sua reprodução constitui um fator de reprodução do próprio capital. "Acumular capital é portanto aumentar o proletariado" (Marx, 1982:714).

O capitalista compra a força de trabalho com o objetivo de aumentar seu capital. Esse processo se efetiva através da mais-valia extraída do trabalhador no processo de produção.

Marx enfatiza que no modo de produção capitalista, o trabalhador existe para atender às necessidades de expansão dos valores existentes e não o contrário, em que a riqueza material deveria existir para atender as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Referindo-se aos fundamentos gerais do sistema capitalista, Marx (1982) conclui que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. Em suas palavras:

> *Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável* (Marx,1982:723-724).

A condição básica para o aumento da produtividade do trabalho coletivo é a cooperação em grande escala. Na produção mercantil a produção de mercadorias ocorria de forma isolada e independente. Somente com o crescimento dos capitais individuais (ou na medida em que os meios de produção social e os meios de subsistência se tornam propriedade particular de capitalistas) é que se desenvolve a cooperação em grande escala. A produção de mercadorias torna-se produção em grande escala apenas quando assume a forma capitalista. Desta forma, a mercadoria torna-se a condição preliminar do modo de produção especificamente capitalista.

Segundo Marx (1982), a conversão contínua da mais-valia em capital torna-se a base da produção em escala ampliada, dos métodos utilizados para elevar a força produtiva do trabalho e também acelera a própria produção de mais-valia. O modo de produção capitalista adota práticas que modificam a composição técnica do capital, levando a que a parte variável torna-se cada vez menor em relação à constante.

Ao analisar a centralização do capital, Marx recorre às leis da concorrência, que são conduzidas por meio da redução dos preços das mercadorias, mas sobretudo, afirma que o barateamento das mercadorias está diretamente ligado à produtividade do trabalho, e este depende da escala da produção. Dessa forma, os grandes capitais se sobressaem em relação aos pequenos, e também com o desenvolvimento do modo de produção capitalista aumenta-se a exigência de uma considerável quantia de capital individual para levar

avante um negócio em condições normais. Assim, os capitais pequenos só conseguem ocupar os ramos da produção, de baixa rentabilidade, que ainda não foram ocupados pelos grandes capitais. Conforme a síntese de Marx:

> *A concorrência acirra-se então na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam. E acaba sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais ou soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor. Além disso, a produção capitalista faz surgir uma força inteiramente nova, o crédito* (Marx, 1982:727).

Os fatores que propiciaram a centralização do capital foram a concorrência e o crédito, que se desenvolveram a partir da ampliação da produção capitalista e do processo de acumulação.

A centralização tendo por objetivo aumentar e acelerar os efeitos da acumulação, conseqüentemente, impulsiona ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, favorecendo o aumento da parte constante em detrimento da variável. Nas palavras de Marx (1982):

> *O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava* (Idem:730).

Marx (1982) enfatiza que, o modo de produção capitalista (englobando o desenvolvimento da força produtiva e a mudança na composição orgânica do capital) não só acompanhou o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social, mas sobretudo, provocou profundas mudanças na forma de acumulação simples do capital que passa a ser acompanhada "pela centralização de seus elementos individuais, e a

transformação técnica do capital adicional é seguida pela transformação do capital primitivo. Com o progresso da acumulação varia a relação entre capital constante e capital variável" (Idem:730).

O processo de acumulação crescente e a própria centralização implicam em mudanças na composição do capital, ou seja, implicam em redução acelerada de sua parte variável em relação à constante. A redução da parte variável do capital se intensifica à medida que o capital global aumenta, isso implica em um crescimento absoluto da população trabalhadora disponível. "Mas, a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente" (Marx,1982:731).

O movimento de acumulação do capital social global provoca mudanças periódicas que podem influenciar em sua totalidade ou produzir mudanças simultâneas nos diversos ramos de produção. O aumento do capital variável está diretamente associado a flutuações violentas e a formação transitória de superpopulação, ligada à necessidade de repulsão dos trabalhadores já empregados. Segundo Marx (1982):

> *A população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é a lei da população peculiar ao modo capitalista de produção [...]* (Idem:732-733).

E continua:

> *Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição da existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absolutamente como se fosse criado e mantido por ele* (Idem:733-734).

Marx (1982) afirma que a indústria moderna experimentou fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação, sempre acompanhada da formação contínua do *exército industrial de reserva*, utilizando-o em maior ou menor grau dependendo do movimento oscilatório.

Nesse sentido, há uma transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados. Como podemos constatar nas próprias posições de Marx (1982):

> *Assim, com o progresso da acumulação, vemos que: um capital variável maior põe em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores; um capital variável da mesma magnitude põe mais trabalho em ação, utilizando a mesma quantidade de força de trabalho, e, finalmente mobiliza maior quantidade de forças de trabalho inferiores expulsando as de nível superior* (Idem:738).

Um instrumento utilizado pelos capitalistas foi o trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora. Desta forma, aumentou o *exército de reserva*, que passou a exercer forte pressão sobre os trabalhadores empregados. Por meio da concorrência, compele-os ao trabalho excessivo e a sujeitarem-se às exigências do capital. Na síntese de Marx (1982):

> *A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social* (Idem:738-739).

Para Marx, o *exército industrial de reserva* exerce pressão sobre os trabalhadores ativos em dois momentos: 1) nos períodos de estagnação e de prosperidade média e 2) nos períodos de superprodução e "paroxismo" em que moderam as exigências dos trabalhadores. A superpopulação relativa exerce pressão nos movimentos da oferta e da procura de trabalho. Ou seja, ela possibilita a manutenção dessa lei que impõe limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital.

Marx (1982) considerava como parte do *exército industrial de reserva* todo trabalhador desempregado ou parcialmente empregado. O autor distinguia quatro formas *de exército de reserva*: superpopulação flutuante, latente, estagnada e o pauperismo (Idem:743-747).

A primeira forma, *superpopulação relativa flutuante*, engloba os trabalhadores da indústria moderna, os quais dependem dos movimentos da tecnologia e do capital para a obtenção de emprego. Devido ao aumento da escala de produção, os trabalhadores ora são repelidos, ora são atraídos, gerando uma população relativa que aumenta com velocidade maior que aquela em que é consumida.

A segunda forma, *superpopulação relativa latente*, é aquela que se encontra nas zonas rurais e é "liberada" pela revolução na tecnologia agrícola, restando apenas a possibilidade de parte de sua força de trabalho engrossar as fileiras do proletariado urbano.

A terceira forma, é a *superpopulação relativa estagnada*, cujo emprego é irregular e eventual, com nível de vida abaixo da média normal da classe trabalhadora. O

movimento do capital exige que haja um aumento da massa de trabalhadores, a ponto de ultrapassar o número necessário para ser empregado. Assim, havendo uma superpopulação de desempregados, o capital negocia com maiores vantagens. Marx (1982) cita como exemplo, o caso do trabalho domiciliar.

A quarta forma, a *superpopulação relativa*, é aquela que vive em extremas condições de indigência e do pauperismo, praticamente não consegue empregar-se (Marx, 1982).

Destacamos da conclusão de Marx, a seguinte passagem:

> *Quanto maior a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e consequentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui* (Marx, 1982:747).

Segundo Marx, o mecanismo da produção capitalista cria um *exército industrial de reserva*, empurrando à miséria camadas cada vez maiores do exército ativo, levando ao "peso-morto do pauperismo" um grande número de trabalhadores.

Marx (1982) demonstrou que faz parte da lógica da produção capitalista criar uma população "excedente", que se torna supérflua na medida em que não é imediatamente necessária ao ciclo de expansão do capital.

Dentro da discussão da categoria de *exército de reserva*, apresentaremos as contribuições de Braverman com atualizações do conceito desenvolvido por Marx.

Braverman (1980), ao analisar a intensiva mecanização do processo de trabalho, afirma que os trabalhadores liberados das indústrias mais mecanizadas acabam sendo absorvidos por outras áreas menos suscetíveis às inovações tecnológicas. Dentro das novas circunstâncias, os salários são mantidos baixos devido à contínua disponibilidade de população excedente relativa. Devido à fragmentação desses trabalhadores, há maiores estímulos por parte das empresas em investir em formas de trabalho que exigem massas de trabalho manual a baixo custo.

Com a intensa utilização da ciência e tecnologia no processo de produção capitalista, há uma crescente diminuição do número de trabalhadores ligados às indústrias mais mecanizadas. Esse é o objetivo principal do modo de produção capitalista, reduzir cada vez mais o capital variável. Para Braverman (1980), essas condições propiciam o aumento do número de trabalhadores nos setores de menor incentivo técnico-científico com salários muito mais baixos, condições mais precárias e também, formas tradicionais de trabalho são recriadas, visando a atender as necessidades do grande capital.

Segundo Braverman (1980):

> *[...] a massa de emprego não pode ser separada de sua correlata massa de desemprego. Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção. É continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação* (Idem:326).

O autor citado retoma o conceito de Marx sobre *superpopulação relativa estagnária*, entendendo que hoje esta seria a camada irregularmente empregada e em precárias condições de vida, vivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esses trabalhadores atendem à demanda de ramos especiais da exploração capitalista, onde obtêm emprego apenas esporadicamente.

Braverman (1980) amplia o conceito de *exército industrial de reserva*, entendendo que esse assume formas variadas na sociedade contemporânea, inclui: os desempregados, os temporariamente empregados, os empregados em tempo parcial, a massa das mulheres donas-de-casa, os exércitos de imigrantes tanto agrícolas como fabris, a população negra.

Concordamos plenamente com a apropriação do conceito feita por Braverman, pois, nas últimas décadas, nos deparamos com a existência de um *exército de reserva atípico*. Entendemos que a conceituação que mais se aproxima da realidade dos trabalhadores em atividades informais tradicionais é a de *superpopulação relativa estagnada*. E os trabalhadores autônomos ou por conta-própria fazem parte da *superpopulação relativa flutuante*.

É possível afirmar que, com a reestruturação produtiva do capital, as empresas capitalistas adotam formas flexíveis de trabalho como meio de aumentar suas taxas de lucro, permitindo dessa forma sua expansão contínua. As crescentes inovações técnicas do capital, fator que aumenta a produtividade do trabalho, fazem com que um número cada

vez menor de força de trabalho seja requisitada. Assim, o processo de acumulação de capital mantém um amplo *exército industrial de reserva* que lhe dá ampla liberdade de ação.

Se partirmos da premissa de que a margem de lucro do capitalista continua sendo extraída do trabalho vivo, então, a categoria de *exército de reserva* continua tendo função explicativa para a sociedade atual. Podemos entender que a força de trabalho considerada supérflua faz parte da dinâmica do sistema capitalista.

No caso específico dos trabalhadores informais, estes fazem parte da força de trabalho e desempenham um papel importante no processo de acumulação. Eles contribuem para a valorização dos produtos industrializados e também para o custo da reprodução da força de trabalho. Sabemos que o processo produtivo capitalista necessita manter disponível o *exército de reserva* e determinadas formas de emprego e subemprego.

2. "Marginalidade" versus "Exército Industrial de Reserva"

Falar sobre as várias modalidades de trabalho nos leva a discutir um problema teórico que diz respeito ao *exército industrial de reserva*, que está diretamente ligado aos trabalhos desenvolvidos sob a forma de "subemprego", "informalidade" e "subocupação".

Paiva *et al.* (1997) afirmam que os estudos dos anos 70 redimensionaram a análise do trabalho informal. As noções de "massa marginal" e "pólo marginal" questionaram a validade do conceito de *exército industrial de reserva*, utilizado para designar o contingente de trabalhadores ligados às atividades informais, o qual jamais seria incorporado às relações capitalistas, já que as inovações tecnológicas têm por objetivo diminuir o trabalho vivo.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Desde já reforçamos a nossa discordância com as teorias que definem os trabalhadores desempregados, ou desempenhando funções em atividades aparentemente fora do circuito capitalista, como parte de uma "massa marginal", incapazes de participar do processo de acumulação capitalista.

Nun (1978) se propôs a discutir a noção de "massa marginal" utilizando duas categorias diferenciadas para designar a *superpopulação relativa*, são elas:

a) O *exército industrial de reserva*, que seria funcional, se constituiria na parcela da população plenamente disponível para o processo produtivo. Nun (1978) entendia que o processo de produção dependia da manutenção de um certo contingente populacional, que pudesse ser mobilizado em alguns momentos específicos. A noção de *exército industrial de reserva* englobava tanto a força de trabalho disponível para o processo produtivo quanto aqueles desempregados;
b) A existência de uma "massa marginal", não-funcional, que não se integrava ao processo de acumulação de capital. Pelo fato do capital diminuir cada vez mais a requisição de força de trabalho, não necessita manter disponível todo o excedente populacional. A esse excedente Nun denominou "massa marginal". O autor analisou o grau de funcionalidade desses segmentos em relação ao processo de acumulação.

Entendemos que as idéias defendidas por Nun (1978) não correspondem ao conceito de superpopulação relativa proposto por Marx. Já que esse último entendia que o *exército industrial de reserva* englobava toda a massa de trabalhadores e de alguma forma ela desempenha uma função no modo de acumulação capitalista.

Dedecca (1990) estabelece diálogo com alguns autores da década de 70 (Nun, 1978; Cardoso,1977) demonstrando que, naquele período, as análises sobre o excedente

populacional apresentavam uma diferenciação em dois segmentos: o *exército industrial de reserva* e a "massa marginal"

Dedecca entende que o primeiro conceito engloba os segmentos populacionais plenamente disponíveis à exploração produtiva. Critica o segundo conceito, por este radicalizar a idéia de falta de integração. Seria como se houvesse uma situação marcada por uma desconecção da estrutura econômica e social vigente. O autor afirma que esses trabalhadores não podem ser considerados como "massa marginal" na medida em que, mesmo estando na reserva, poderão vir a ter uma precária integração nas atividades informais.

O referido autor discorda do conceito de "massa marginal" utilizado pelos teóricos da "marginalidade", entendendo que esse conceito não trata das situações diferenciadas vividas pela *superpopulação relativa,* mas restringe todos a uma situação marcada por uma desconecção ao núcleo dinâmico da economia.

Dedecca (1990) fez sua leitura da categoria de *exército industrial de reserva* de Marx, entendendo que, de um lado, o excesso de população criado pela acumulação de capital pode ser considerado como força de trabalho abundante, e portanto, seria parte do *exército industrial de reserva.* De outro lado, há um excesso de população trabalhadora considerada como supérflua ou desnecessária ao movimento do capital.

Com base em Marx, Dedecca afirma que o aumento do *exército industrial de reserva* se dá por dois motivos: 1) pela modificação na composição técnica do capital; 2) pela destruição de formas de produção incompatíveis com a acumulação de capital. Com isso afeta aqueles espaços ocupados por formas de produção denominadas de "capitalistas simples".

O deslocamento dos trabalhadores entre a inatividade/atividade só pode ser desvendado após a análise do grau de subordinação das atividades não-capitalistas ao processo de acumulação que, destrói e recria as formas "não-organizadas" de produção, criando barreiras ao ingresso nas formas de trabalho não diretamente integradas ao movimento do capital (Dedecca, 1990).

Dedecca se mostra contrário às formulações dos teóricos da "marginalidade". Afirma que a força de trabalho pauperizada não é "disfuncional" ao sistema capitalista, pois à medida que é descartada pelas empresas mais capitalizadas, pode vir a ser reincorporada nas formas de produção tradicionais.

Kowarick (1977), fundamenta sua análise em Marx, propondo que os "segmentos marginais das sociedades dependentes" continuam a desempenhar o papel de *exército industrial de reserva.*

O autor retoma as idéias de Marx em que o *exército industrial de reserva* constitui um sustentáculo básico no processo produtivo, desempenhando um duplo papel: servir diretamente ao capital nos momentos de sua expansão, e indiretamente, quando não absorvido, reduzir o montante de remuneração do trabalho.

O referido autor analisa as noções de *exército industrial de reserva* desenvolvidas pelos autores J. Nun e Aníbal Quijano. Kowarick (1977) considera bastante semelhantes as teses defendidas por estes dois autores. Quijano propõe o conceito de "mão-de-obra marginalizada" e Num propõe "massa marginal", ambos se opõem ao conceito de *exército de reserva.*

Para Kowarick "[..] as formas de trabalho marginal, tanto "arcaicas" como "novas", não são auto-suficientes no sentido de se auto-reproduzirem, nem isoladas, pois

transferem excedente às estruturas de corte nitidamente capitalistas" (Kowarick, 1977:105). O autor cita o exemplo do *setor informal* gerador de um excedente que é cooptado pelo capital, ainda que represente uma participação diminuta na formação do produto global.

O autor comenta os teóricos da marginalidade (Nun e Quijano), os quais afirmam que a força de trabalho excedente não se constitui mais uma *reserva*, entendendo que os níveis hegemônicos da produção industrial intensificaram mudanças na composição técnica do capital, perdendo assim a capacidade de absorver essa população disponível.

Kowarick não concorda com as posições de Nun e Quijano, reforçando que a essência do capitalismo na sua fase monopolista é a mesma do capitalismo da época competitiva. Não se trata de um "novo capitalismo". A essência da acumulação funda-se na exploração do trabalho através da extração de mais-valia. O sistema monopolístico acirra as contradições entre o trabalho e o capital, e quanto mais se desenvolve, gera uma população excedente cada vez maior, já que os meios de produção são mobilizados com um dispêndio progressivamente menor de força humana.

Segundo Kowarick (1977), apesar do grande aumento da população relativa, isso não significa que ela deixa de ter funções para o capital. Se a base da acumulação continua sendo a produção de mais-valia centrada na exploração do trabalho, isso significa que as contradições ainda existem.

Para Kowarick, na hipótese remota do setor monopolista não utilizar o *exército industrial de reserva*, indiretamente, "este usufrui de tal 'dinâmica' através da transferência dos valores agregados pela indústria competitiva cuja acumulação implica na organização dos fatores produtivos onde a remuneração do trabalho tem um papel

ponderável" (Kowarick, 1977:122-123) O autor cita como exemplo típico a relação existente entre a indústria de montagem de veículos e as de autopeças.

Kowarick (1977) afirma que os "grupos marginais" continuam desempenhando o "papel" de *exército industrial de reserva*, que é decorrente do movimento contraditório básico e necessário que opõe o trabalho ao capital. A forma de inserção deve ser analisada levando em conta os ciclos de expansão e retração do capital, e de que maneira a força de trabalho é mobilizada para atender ou não às exigências de sua reprodução. E também, devem ser consideradas as formas desiguais de produção, que se combinam criando uma divisão social do trabalho, ao mesmo tempo parcializada e integrada, não só no âmbito de uma empresa, mas em nível societário e intersocietário.

3. Revisão da Crítica da "Marginalidade"

Entendemos ser necessário retomar as discussões sobre o conceito de "marginalidade"[3], especificamente, no que se refere às suas implicações sobre as análises das situações de *informalidade*, que fazem parte do mercado de trabalho no Brasil. Posteriormente, objetivamos superar a dicotomia *Setor Formal versus Setor Informal*, definição que surgiu na literatura dos anos 70.

Após a Segunda Guerra Mundial, na América Latina, desenvolveu-se a preocupação com a "marginalidade" urbana, inicialmente, referida em termos da precariedade habitacional. Foi nesse momento que apareceram núcleos de populações em

[3] O termo "marginal" teve sua origem sociológica no artigo "Human Migration and the Marginal Man", publicado em 1928 por Robert Park (repres. da Escola de Chicago). Este autor iniciou o estudo sobre o "homem marginal", definindo-o como um indivíduo que se supunha viver na margem de duas culturas (Oliven, 1980:39-40).

condições precárias, ocupando solos ilegalmente na periferia da maior parte das grandes cidades, que intensificou-se crescentemente com o aumento das migrações internas.

A abordagem físico-ecológica[4] foi a primeira forma de análise dos grupos "não integrados" ao sistema capitalista. Posteriormente, essa teoria deu origem à "Teoria da Marginalidade" que surgiu nos anos 60 e vigorou até os anos 70. Essas duas formas de análise das populações pauperizadas eram dominadas pela questão da integração aos padrões socioculturais e econômicos da sociedade capitalista. No plano sociológico, o problema era analisado em termos da dualidade estrutural que opunha o "tradicional" ao "moderno", o "marginal" ao "integrado".

Segundo Kowarick (1977), a abordagem físico-ecológica determinava como "grupos marginais", aquelas populações que viviam em precárias condições habitacionais. Esse aspecto passa a ser determinante para caracterizar sua situação de vida. Segundo essa abordagem, esses moradores não participavam do consumo, e estariam desvinculados dos padrões modernos da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, as habitações precárias não se limitavam a serem indicadores da "marginalidade", mas eram vistas como receptáculos das populações "não-integradas" ao sistema "urbano-moderno".

Para Prandi (1978:88), contrariamente ao que afirmavam as teses ecológicas, as favelas e os cortiços existentes nas periferias dos grandes centros são componentes importantes da vida urbana sob o capitalismo, elas completam o ciclo do capital. "São expressões da distribuição da riqueza material e, ao mesmo tempo, decorrência do

[4] A ecologia humana foi uma forma de abordagem utilizada pela Escola de Chicago a partir da década de 20, era uma ciência que procurava estudar as manifestações de "patologia social" e seus efeitos sobre os indivíduos e instituições. Nessa forma de abordagem a sociedade era vista como um organismo social (Oliven, 1980:20). Este tipo de abordagem habitacional tratava a favela como se ela fosse uma entidade

processo como um todo". Portanto, seus moradores não podem ser considerados "marginais".

A "Teoria da Marginalidade" defendia que os "grupos marginalizados" tinham uma condição social homogênea, não levava em conta que seus padrões de vida e o tipo de habitação em que residiam eram semelhantes aos dos demais grupos menos favorecidos existentes nas áreas urbanas. Portanto, viviam uma complexidade de situações, tanto econômicas como socioculturais, que eram reflexos dos processos e estruturas existentes no conjunto da sociedade. Esses teóricos estudavam apenas as conseqüências do processo de "marginalização", não faziam referência às causas que deram origem a esse problema.

As teorias sobre "marginalidade" urbana[5] entendiam que os trabalhadores dos segmentos informais não conseguiriam empregar-se nos setores mais "modernos" e dinâmicos da economia.

Dentro da problemática que envolve a "Teoria da Marginalidade", também conhecida como "Teoria do Subdesenvolvimento", apresentaremos resumidamente o debate que englobou inúmeras formas de abordagens teóricas, metodológicas e ideológicas.

Berlinck (1974) critica as análises dualistas que viam a estrutura social como composta, de um lado, por um núcleo "moderno" e "dinâmico" como agente ativo do processo de acumulação e, de outro, por um "setor marginal" que não participa de tal processo. E acrescenta:

---

social. Da análise do *habitat* passa-se à análise da maneira de viver destes grupos.

[5] Os teóricos que atuaram dentro dessa perspectiva eram Nun, José. "superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal". in Pereira, Luiz (org.). Populações Marginais. 2ª edição.São Paulo:Duas Cidades, 1978. Ver ainda no mesmo livro: Quijano, Aníbal. "Notas sobre o Conceito de

> *Neste caso, o 'setor marginal' é a-funcional para o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, ou seja, não desempenha nem a clássica função de rebaixamento salarial atribuída ao exército industrial de reserva nem dificulta ou impede o processo de acumulação* (Berlinck, 1974:213).

O referido autor entende que há um forte entrelaçamento entre o chamado "setor marginal" e o "núcleo moderno" das sociedades "subdesenvolvidas". Portanto, as posições defendidas pelas análises dualistas não dão conta de explicar essa realidade.

Berlinck (1974) conclui que não existe "marginalidade social" na forma como é concebida pelos teóricos da "marginalidade". Segundo o autor, a abundante *força de trabalho não qualificada* existente na cidade de São Paulo desempenhava as funções de *exército industrial de reserva*, submetida a níveis baixos de remuneração do trabalho ao mesmo tempo que criava condições institucionais para a realização da acumulação capitalista, que se dava através da superexploração do trabalho.

O referido autor indica que as camadas de renda mais baixas estavam sendo expoliadas através dos mecanismos da política salarial e do sistema tributário nacional, esse último apropriado pelo Estado brasileiro e redistribuído de forma a incentivar o processo de acumulação e promover o crescimento econômico. O autor apresenta suas idéias, mas não desenvolve até que ponto isso contribui para a acumulação capitalista.

Para os teóricos da "marginalidade", a urbanização dos países latino-americanos aconteceu sem que ocorressem transformações econômicas capazes de absorver uma crescente oferta de força de trabalho. Ou seja, o processo de urbanização se deu independentemente do processo de industrialização provocando um *inchaço* do setor terciário e o aumento da população carente que vivia numa situação de subemprego e

---

Marginalidade Social" (Idem).

desemprego. Essas teorias serviram de orientação política para as práticas governamentais, mostrando-se incapazes de promover a participação social e política dos "grupos excluídos" (Berlinck, 1974).

Assim, a ação de técnicos em planejamento urbano e "desfavelamento" se dava no sentido de referendar o discurso oficial que via aqueles moradores como produto de um desajuste circunstancial. Portanto, ao invés dessas tentativas produzirem uma diminuição da precariedade das habitações, resultaram num aumento paulatino das favelas. Segundo Berlinck (1974), nos países latino-americanos a rápida expansão do "setor moderno", através da urbanização e da industrialização, não foi capaz de diminuir as chamadas "populações marginais". Ao contrário, ela aumentou exatamente em áreas urbano-industriais, devido à migração do "meio rural" para o "urbano".

Posteriormente, devido às prioridades do desenvolvimento, surgiram novas necessidades de análise que norteassem as intervenções nos espaços urbanos. Essa situação propiciou a formação de uma corrente de pensamento, conhecida como estruturalista, que acabou caracterizando as proposições desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização das Nações Unidas.

Os teóricos da "teoria da dependência" (CEPAL) trabalharam a problemática do papel da dependência econômica e sua relação com a questão da "marginalidade", sugerindo que os países latino-americanos, na tentativa de se incorporarem ao mercado internacional, não conseguiriam gerar uma real demanda de força de trabalho. A dependência seria a causa da "marginalização" de amplos setores da população urbana, impedindo a incorporação dos mesmos ao mercado formal de trabalho.

A CEPAL propunha, para a América Latina, um processo de desenvolvimento auto-suficiente, visando o equacionamento dos problemas estruturais surgidos nas sociedades latino-americanas.

Dentro desta perspectiva de análise, os "grupos marginalizados" seriam os excluídos sociais devido às condições determinadas pelas estruturas econômicas. Na realidade, essa teoria não rompeu definitivamente com as análises dualistas como pretendia, mas manteve alguns dos pressupostos da teoria funcionalista.

A discussão sobre "marginalidade", desenvolvida nos marcos da formulação cepalina, ocorreu nos anos 60/70. Essa discussão acabou sendo levada para a maioria dos trabalhos sobre o desenvolvimento latino-americano, que foram realizados posteriormente. Essa abordagem esteve presente na maioria dos estudos sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos dos países latino-americanos (Dedecca, 1990).

Segundo Dedecca (1990), os anos 70 mostraram os limites das proposições da CEPAL, já que a modernização das economias nacionais não gerou os resultados esperados, pois percebia-se ainda um contingente populacional em idade ativa, que praticamente não se inseriu na nova estrutura econômica. Portanto, notava-se que as disparidades de renda foram mantidas ou ampliadas. A exclusão dessa parcela da população significou a não incorporação dela aos novos padrões produtivos e de consumo. Além disso, a "modernização" visava destruir formas de produção atrasadas e acelerar o crescimento populacional no meio urbano. Conforme a síntese de Dedecca:

> *É internamente a este debate sobre os entraves do processo de desenvolvimento latino-americano que se desenvolve a discussão da marginalidade. A exclusão como falta de integração representava a manutenção de uma extensa parcela da população em idade*

> *ativa à margem dos setores econômicos modernos. Mesmo assim, mantê-la nesta situação corresponderia à reprodução de um estoque populacional passível de exploração produtiva. A pergunta que se fazia era se todo ou parte daquele estoque era mobilizável* (Idem, 1990:8).

Um dos primeiros esforços que levou ao exame das explicações causais da "marginalidade social", relacionando-a ao processo de acumulação, foi um texto publicado, originalmente, em 1966 por Aníbal Quijano[6] na CEPAL.

Muitos teóricos desenvolveram estudos dentro da CEPAL que ficaram conhecidos como "teoria da dependência"[7]. É nessa vertente teórica que são formulados os argumentos sobre a questão da "marginalidade". Os esforços teóricos de Aníbal Quijano, J. Nun e Fernando Henrique Cardoso buscaram explicar a existência de um amplo segmento populacional "não-integrado" à estrutura sócioeconômica "moderna" (Kowarick, 1977; Dedecca, 1990).

Esses autores versam sobre o papel que a "massa marginal" desempenha no mercado de trabalho. Apesar de ser interpretada, pelos marxistas, como sendo parte integrante do *exército industrial de reserva*, alguns autores a consideram como irrelevante para o mercado de trabalho. Esses teóricos entendem que ela não cumpre mais a função de comprimir salários, pois mantém grande parte de seu excedente em disponibilidade (cf. Quijano, 1978; Nun, 1978).

Conforme as idéias expostas, os autores consideraram a estrutura social e econômica e sua capacidade ou incapacidade de absorver força de trabalho como a

---

[6] Sobre a teoria desse autor, ver Quijano (1978).

[7] A teoria da dependência é definida como: "é uma teoria que abrange fatores macro-estruturais, tanto políticos e econômicos, como sociológicos e culturais, a partir dos quais se analisa a trajetória histórica das sociedades-periféricas tendo em vista suas relações com os países centrais. É, portanto, uma teoria

principal explicação da "marginalidade". Considerando-se os fatores sócioeconômicos como responsáveis pela "marginalidade", permanece o desafio de explicitar as causas do problema.

Consideramos importante apresentar, resumidamente, algumas reflexões que tratam desse tema, principalmente aquelas que tratam das formas de inserção dos trabalhadores pauperizados na divisão social do trabalho, buscando saber qual o papel desempenhado pelo *exército de reserva* no processo de acumulação capitalista.

Oliveira (1987) vai centrar sua análise nas transformações estruturais, entendidas aqui no sentido da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção. Após a Revolução de 1930, a industrialização passa a ser o setor chave para a dinâmica do sistema capitalista no Brasil.

Nas últimas décadas, segundo Oliveira, a intelectualidade latino-americana desenvolveu esquemas teóricos em que:

> *[...] enquanto denunciavam as miseráveis condições de vida de grande parte da população latino-americana, seus esquemas teóricos e analíticos prendiam-nos às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade e a desembocarem, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza* (Oliveira, 1987:10).

Oliveira (1987) lembra que os dogmas dos economistas influenciaram largamente as ciências sociais, que passaram a utilizar conceitos como "sociedade moderna/ sociedade tradicional" inspirados no modelo dualista.

---

globalizante que procura interpretar a problemática do desenvolvimento – ou subdesenvolvimento –enquanto um processo histórico-social global" (Kowarick, 1977:65).

Apesar de reconhecer a importância da contribuição dos métodos de análise cepalinos, o autor torna-se um de seus principais críticos, opondo-se ao dual-estruturalismo, demonstrando discordância com o esquema cepalino que via nas relações externas apenas oposição aos interesses nacionais, sem articular os interesses internos com os interesses externos.

Oliveira propõe ruptura com os teóricos do conceito *do* "modo de produção subdesenvolvido" fazendo as seguintes críticas:

> *[...] No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor 'atrasado' e um setor 'moderno', não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se se quer manter a terminologia* (Idem, 1987:12).

Assim, o "subdesenvolvimento" seria comparado às economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, podendo chegar a formas mais avançadas e sedimentadas deste. Oliveira critica essa postulação, lembrando que o "subdesenvolvimento" é o resultado da expansão do capitalismo. Para o autor citado:

> *[...] Na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o 'subdesenvolvimento' é uma formação capitalista e não simplesmente histórica* (Oliveira, 1987:12).

Os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" enfatizavam o aspecto da dependência entre países do "centro" e da "periferia", esquecendo-se de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que fazem parte das estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil. A questão do desenvolvimento foi relacionada às questões das relações externas, acentuando sempre uma oposição entre nações, esquecendo-se de ressaltar que o desenvolvimento é um problema que também diz respeito às contradições sociais internas.

Segundo Oliveira (1987), os teóricos do "subdesenvolvimento" entendiam que ter um setor terciário "inchado" era uma das características do "modo de produção subdesenvolvido". Essa era uma idéia dualista que permeava a discussão da "marginalidade", e também influenciou algumas análises de inspiração marxista que viam dentro do setor de serviços os *improdutivos*, que seriam os serviços de intermediação. Enfatizando que nada agregavam de valor ao produto social, distinguiam os setores ligados às áreas de transporte e comunicação, considerando-os *produtivos*. O próprio Oliveira refuta essas idéias afirmando que as duas formas representam trabalho socialmente necessário para a reprodução das condições do sistema capitalista.

Para Oliveira (1987):

> *[...] o crescimento do Terciário na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma 'inchação', nem de nenhum segmento 'marginal' da economia* (Idem:31).

A absorção da força de trabalho pelo Terciário, segundo Oliveira, está ligada ao processo de acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento das atividades industriais exige das cidades brasileiras investimentos em infra-estrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente preparadas. Em suas palavras:

> A *intensidade do crescimento industrial [...] não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para acumulação propriamente capitalística. Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não-capitalístico do setor Terciário [...]. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da acumulação global – é que a aparência de 'inchação' esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, 'mais-valia' em síntese* (Oliveira, 1987:33).

Em sua análise, Oliveira faz críticas às formulações dos teóricos do "modo de produção subdesenvolvido", que na tentativa de explicarem o "subdesenvolvimento" dos países latino-americanos, atribuíram suas causas apenas aos fatores externos, sem considerar que havia condições internas propícias ao desenvolvimento capitalista.

Outro foco da discussão de Oliveira é que o setor Terciário não tem apenas a função de absorver o *exército industrial de reserva*, mas é adequado ao processo de acumulação global, acabando por reforçar a tendência à concentração da renda.

Kowarick (1977) privilegiou discutir a "marginalidade" sob a problemática do trabalho, caracterizando-a enquanto modo de inserção nas estruturas de produção do modo de acumulação capitalista, que se dá no quadro de uma economia dependente e monopolista. O citado autor busca saber como a força de trabalho é integrada ao processo

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

produtivo na medida em que o capitalismo se expande e domina os diversos setores da economia.

Segundo o autor, na ocasião do desenvolvimento do capitalismo, o mesmo não desarticula as formas tradicionais de produção – as economias de subsistência, o artesanato e a indústria em domicílio – ele as mantém e cria "novas" formas de atividades que se inserem na divisão social do trabalho e durante seu processo de acumulação as articula e delas se alimenta. Ambos os fenômenos são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo latino-americano e passam a fazer parte de sua dinâmica geral de criação de riquezas.

Diante do exposto, Kowarick (1977) entende a importância de indicar as principais características da acumulação das sociedades latino-americanas, especificamente, o momento em que a indústria, realizada no contexto urbano e voltada para o mercado interno, passa a ser o setor preponderante da economia. Com isso, o autor discute suas conseqüências sobre o processo de marginalização.

Apesar das formas de produção das sociedades latino-americanas serem de cunho capitalista, elas combinam-se com as formas não tipicamente capitalistas, estruturando diferenciadas modalidades produtivas. Segundo a análise da teoria da dependência, as modalidades produtivas que se tornam hegemônicas no processo de acumulação, não resultam de um "desenvolvimento orgânico" previamente amadurecido nas formações sociais latino-americanas, mas resultam de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante nos países centrais. Esses enxertos não penetrariam de forma ordenada nessas sociedades, gerando mudanças abruptas no processo de acumulação, sem que seus efeitos se generalizassem para o conjunto da economia (Kowarick, 1977).

Segundo os esquemas interpretativos da teoria da dependência, há um problema estrutural que vincula os países periféricos aos centrais. Para Kowarick:

> *[...] o processo de monopolização efetivado pelo capital estrangeiro desarticulou as economias preexistentes, liberando um contingente ponderável de força de trabalho que não foi incorporado de modo estável, bem como o caráter abrupto e parcial desta penetração constitui um fator de importância explicativa vital para a configuração da marginalidade urbana na América Latina* (Kowarick, 1977:75).

Para Kowarick (1977), a "marginalidade" das sociedades latino-americanas decorre das relações capitalistas de produção, sejam essas nacionais ou oriundas dos países hegemônicos. A "marginalidade" é decorrente das formas de inserção da força de trabalho nas estruturas produtivas, em que uma parte não é absorvida pelo capital. Nesse sentido, poderia ser caracterizada como "marginal" na medida em que reflete tanto as "novas" relações de produção não tipicamente capitalistas, como as "velhas" formas tradicionais de produção que o capitalismo, no processo de sua expansão, cria e recria.

Kowarick entende que, para a análise da "marginalidade", deve-se levar em conta tanto o reflexo do processo de acumulação como as situações históricas passadas, ou seja, trata-se de considerar a problemática em termos do "velho sistema tradicional de produção". Assim, a "marginalidade" deve ser associada à situação de dependência, tanto na sua modalidade nova como na antiga.

Para caracterizar o trabalho pauperizado é importante frisar a forma de inserção desses trabalhadores nas estruturas produtivas, independentemente da remuneração que os mesmos obtenham, pois a renda seria um critério classificatório que inviabilizaria definir o

problema de maneira adequada. Por exemplo, a renda do trabalhador autônomo vai depender da quantidade de trabalho desenvolvida.

Kowarick (1977) caracteriza as situações em que o trabalhador pode ser considerado como "marginal", tendo como parâmetro sua forma de inserção na estrutura produtiva:

1) Quando não há ruptura entre o trabalhador e os instrumentos de produção (ex. o artesanato e a indústria domiciliar); baseia-se em tecnologia rudimentar, com baixo nível de capitalização. Esses trabalhadores não são nem patrões e nem assalariados;

2) O trabalhador autônomo, que desempenha suas tarefas com pouca ou nula especialização, cujos produtos e serviços são vendidos a baixos preços;

3) Os empregados domésticos remunerados;

4) A força de trabalho que participa das unidades capitalistas de produção de maneira intermitente. Sua absorção depende das oscilações dos ciclos econômicos, vivenciam o desemprego ou trabalho ocasional resultantes de processos econômicos estruturais ou conjunturais.

O autor entende ser difícil caracterizar o trabalhador no artesanato e na indústria em domicílio como sendo assalariado, porque freqüentemente, esse trabalhador utiliza-se do trabalho de agregados e membros da própria família, não caracterizando a venda de força de trabalho. A forma de remuneração não é a do assalariado puro e seu trabalho envolve pequena divisão de tarefas utilizando tecnologia rudimentar:

> *Contudo, mesmo assim, é possível caracterizar o processo de superexploração pois, em última instância, é necessário haver alguma parcela de trabalho excedente, mesmo quando tal processo se efetiva às custas de um acentuado rebaixamento dos níveis de subsistência, o que parece ser a regra geral* (Kowarick, 1977:89).

Em síntese, Kowarick conclui que, tanto o capitalismo "dependente" quanto o capitalismo "autônomo" se originaram de forma monopolística, envolvendo de um lado, o emprego de um instrumental tecnológico que poupa relativamente força de trabalho, e de outro, levaram ao declínio certas modalidades produtivas tradicionais.

Por sua vez, Paoli (1978) analisa o conceito de "marginalidade" visando, especificamente, sua relação com alguns fatores ligados à inserção da força de trabalho no processo produtivo. Expõe que o conceito de "marginalidade" foi utilizado para caracterizar a população desempregada resultante do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos. A "Teoria da Marginalidade" procura dar conta da existência de uma força de trabalho que, praticamente, não é absorvida por tal processo. Paoli busca saber qual é a sua reprodução nos limites possíveis de existência social e, continua a referida autora:

> *O conceito de 'marginalidade' busca caracterizar certas relações sociais de produção que, sendo produto e presença necessária em um modo de acumulação de capital, não se definem claramente em termos das relações sociais típicas de produção: não se caracterizam como venda e compra regular de força de trabalho e não absorvem a generalização da produtividade gerada no processo de expansão e reprodução do capital* (Paoli, 1978:34).

Para Paoli, a acumulação de capital pressupõe a universalização da força de trabalho como mercadoria. É dessa forma que se dá a valorização do capital dentro do processo produtivo, tornando-se difícil analisar aquela força de trabalho que está fora dessa categoria. Para sua análise, seria necessário ter conhecimento das relações sociais

estruturais que caracterizam os modos de acumulação de uma sociedade, ou seja, trata-se de distinguir o tipo de desenvolvimento histórico dos países latino-americanos.

Segundo Paoli, a noção de "marginalidade" demonstra duas formas de inserção da força de trabalho no processo de acumulação:

A primeira delas seria a exploração do trabalho de modo não especificamente capitalista, não caracterizando uma forma direta e estável de compra e venda da força de trabalho, processo que se daria através de salários e da extração da mais valia. Essa teoria aponta para um trabalhador que não é subordinado diretamente aos donos dos meios de produção, mas sim, como participante de outras estruturas de dominação. Assim, o conceito de "marginalidade" se constituiu tomando-se por base as condições vigentes dos fatores de produção e, conseqüentemente, de seu mercado. Esta forma de trabalho se dá tanto em ocupações manufatureiras, como na produção de serviços no meio urbano;

A outra característica considera como "marginais" aquelas formas de trabalho que, apesar de terem superado traços pré-capitalistas, ainda não se incorporaram aos níveis de produtividade e rentabilidade considerados como fator fundamental para a acumulação capitalista. Ou seja, seria aquela força de trabalho fixada em torno das atividades não diretamente produtivas do sistema.

A autora reforça que a noção de "marginalidade" é bastante ampla, a mesma procura abranger todas as relações de trabalho e categorias de pessoas que não participam da relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados produtivos, e também aquelas que não se revestiram de racionalidade na reprodução do capital.

A noção de "marginalidade" foi utilizada para dar estrutura à teoria explicativa da América Latina, pensada como formação social única. Este conceito utilizou a noção de

"*dependência*" para explicar as determinações externas do modo de acumulação. E também, utilizou a teoria do "desenvolvimento desigual e combinado", para dar conta do nível interno das relações sociais que abrangem os tipos de exploração da força de trabalho e o modo de acumulação que suportam (Paoli,1978).

Para que se faça uma análise do conceito de "marginalidade" é necessária a compreensão das formas diferenciadas de inserção da força de trabalho em um processo histórico de formação de capital de uma sociedade. A argumentação utilizada entre aqueles que defendem tal conceito é a de que o "trabalho marginal" é aquele que não comporta as relações tipicamente capitalistas. Por exemplo, as idéias disseminadas sobre o setor agrícola demonstram que o mesmo é "arcaico" e comporta relações de produção pouco racionais e pouco produtivas. O meio rural era concebido como se estivesse à margem do processo capitalista e como elemento de entrave ao dinamismo do desenvolvimento da sociedade global.

Outra situação, também apontada como "marginal", diz respeito às formas de exploração do trabalho que não correspondem ao nível de produtividade e rentabilidade considerados essenciais ao sistema capitalista. Essa força de trabalho desempenha suas funções nos ramos da produção e distribuição em setores pouco capitalizados e com baixo nível de organização, normalmente em ocupações "residuais". Mesmo participando da renda através de um trabalho assalariado precário, com níveis abaixo dos mínimos de subsistência e com consumo restrito, são considerados "marginais" em relação ao modo de acumulação.

Segundo Paoli (1978), a "Teoria da Marginalidade" vê os setores "residuais" e as formas de trabalho que contêm, como possíveis de serem absorvidas pelo modo de

acumulação; desde que gerem recursos que possam se capitalizar. Porém, esses teóricos advertem que o crescimento constante dessa força de trabalho "marginal" estaria ultrapassando os limites necessários aos interesses constituídos, por isso não seria reabsorvida em sua totalidade.

Paoli (1978) critica a "teoria da marginalidade" por essa teoria reconhecer que a força de trabalho "marginal" está se excedendo, mas não explica quais são os vínculos mantidos entre esses trabalhadores e a reprodução global; e como os limites funcionais de suas ocupações são ultrapassados.

Paoli analisa um caso específico: o do pequeno comércio ambulante a varejo (no meio urbano da Baixada Santista), que atua na distribuição de produtos industrialmente baratos produzidos na área. Esses trabalhadores são vistos como agentes de circulação de mercadorias, necessários para a realização do valor e da mais-valia, que estão presentes nas mercadorias que vendem. Embora não produzam valor e nem mais-valia, eles participam do processo de produção social, mesmo que não façam parte diretamente da acumulação. Na realidade, suas atividades estão ligadas a um distribuidor maior, a sua atuação é necessária para a participação daquele (distribuidor) numa parcela da mais-valia total.

Esse mercado informal (ou comércio ambulante) é voltado ao atendimento da população de renda muito baixa, portanto, esses vendedores contribuem para a realização do valor dos produtos industrialmente baratos e também para o custo de reprodução da força de trabalho.

Para Paoli, o trabalho informal desenvolvido pelos ambulantes não pode ser considerado como "marginal", pois os mesmos funcionam como agentes de circulação de

mercadorias. Dentro desse quadro constata-se a presença da força de trabalho de reserva, raramente empregável nos "pontos decisivos da economia", que faz parte de várias atividades necessárias para a expansão da economia urbana, reproduzindo as condições favoráveis para a acumulação de capitais, por exemplo, nas áreas de construção civil, abertura de estradas, obras públicas, desmatamento.

A economia urbana regional abrange todos os níveis da força de trabalho, sendo esse um dos fatores que permitem sua continuidade. A autora não considera esses setores como um "pólo marginal" da economia local e sim como inseridos nela, sob duas situações: apoiando a expansão do capital, reproduzindo as condições necessárias para a produção, e propiciando, também, a manutenção da força de trabalho utilizável. Podendo-se dizer que existe aqui a sustentação de um tipo de trabalho indiretamente produtivo, que funciona até mesmo como força de trabalho de reserva (Paoli, 1978).

Segundo Paoli (1978:51), a situação desses trabalhadores não apresenta traços "marginais", mas representa "a sustentação de um tipo de trabalho indiretamente produtivo, que se combina com o trabalho diretamente produtivo, sendo ao mesmo tempo uma mão-de-obra de reserva, revelando no fato de os trabalhadores serem intermitentemente aproveitados". Ou seja, boa parte da expansão econômica das cidades foi sustentada pelo uso de força de trabalho pouco qualificada e intermitentemente aproveitada, com um custo de reprodução muito baixo.

Portanto, o trabalhador caracterizado como "marginal" não o é em realidade. Sua situação significa muito mais um componente da condição de vida de toda uma classe social, vivendo relações sociais que estão configuradas historicamente. Paoli critica os teóricos da marginalidade por não terem enfocado esse aspecto.

Para Paoli (1978), as relações de trabalho e de produção se dão pela continuidade do desenvolvimento das forças produtivas e estão integradas contraditoriamente ao mundo das mercadorias. Os pesquisadores deveriam tentar explicar o problema de sua articulação com o padrão de acumulação dado.

Como vimos, na busca de uma explicação para o aumento do *exército industrial de reserva*, alguns autores enfocaram essa questão de diversas formas, inclusive relacionando-a à problemática da "marginalidade" (ver Quijano, 1978; Nun, 1978). Para sua explicação, criou-se uma pluralidade de conceitos, como "massa marginal", "pólo marginal" e "mão-de-obra marginalizada".

Nesta apresentação elencamos alguns autores que fazem a crítica da "Teoria da Marginalidade", discutindo a importância da força de trabalho pauperizada para fomentar a acumulação em países que carecem de capital.

Dentro desta perspectiva, Dedecca (1990) afirma que o *exército industrial de reserva* corresponde aos segmentos de trabalhadores plenamente disponíveis à exploração produtiva. E, contudo, o excesso dessa população não pode ser considerado como "massa marginal", pois a falta de "integração" nos setores de tecnologia avançada pode significar a incorporação, mesmo que precária, em outros segmentos tradicionais.

Nesse grupo, temos ainda Oliveira (1987), que defende que o crescimento do Setor Terciário tem se dado com a absorção da força de trabalho, que longe de ser "marginal", é parte integrante do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil.

E também, temos Kowarick (1977) que critica a "teoria da dependência", enfatizando que não se pode responsabilizar unicamente o capital estrangeiro pelo

processo de "marginalização social" dos países latino-americanos. A responsabilidade caberia também a um capitalismo autônomo, enraizado em interesses nacionais.

Paoli (1978) entende que as atividades desenvolvidas pelo *Setor Informal* das cidades latino-americanas, longe de serem "marginais", estão inseridas no processo de acumulação capitalista, e têm como função reproduzir as condições necessárias para a produção, propiciando a manutenção da força de trabalho utilizável. A autora considera essas atividades como forma de trabalho indiretamente produtivo. Afirma, ainda que esses trabalhadores desempenham a função de força de trabalho de reserva.

Esses autores enfatizam que o trabalho pauperizado é uma forma peculiar de inserção na divisão social do trabalho.

Os autores Kowarick (1977) e Paoli (1978), apesar de criticarem as teses da "Teoria da Marginalidade", no entanto, em suas obras também utilizam alguns termos como "grupos marginais", "força de trabalho marginal" e "trabalho marginal". Essa utilização se deve ao fato de que esses autores se referem à própria forma de inserção desse trabalhador no processo produtivo, os quais não usufruem dos benefícios sociais básicos a que têm direito os trabalhadores assalariados com registro em carteira

Dentro desse debate podemos entender que a "Teoria da Marginalidade" considerou como "marginais", aquelas categorias de trabalhadores que não se encaixavam diretamente nos setores considerados fundamentais para a acumulação capitalista. Essa definição estigmatizou os trabalhadores que não se encaixavam nos setores mais "modernos" e dinâmicos da economia. Nesse sentido, não foi feita uma análise estrutural desse problema e nem de fatores mais abrangentes que pudessem caracterizar determinadas relações sociais.

A "marginalidade" da forma como foi concebida, influenciada pelas teorias funcionalistas, apresenta muitos problemas. A "Teoria da Marginalidade" serviu para referendar os discursos e procedimentos técnico-administrativos do poder público, determinando a adoção de políticas públicas, que atuavam de forma a não se envolver com os problemas advindos das desigualdades sociais, deixando a classe trabalhadora à própria sorte. As desigualdades entre as classes sociais traduziam-se em diferenças entre "integrados" e "marginais" (Lopes, 1997; Berlinck, 1974).

Com isso, os teóricos da "marginalidade" desconsideraram o fato de que as formas de inserção nas atividades não tipicamente capitalistas são resultantes e conseqüências do processo de acumulação capitalista, que impõe um modelo de produção. No qual, parte da força de trabalho é mantida na *informalidade* porque aí ela pode desempenhar um papel para o processo de acumulação, que é o de *exército industrial de reserva*.

Quando confrontamos a teoria de Marx com o momento atual, constatamos que ela continua tendo função explicativa para as formas de trabalho precarizadas, que abrangem os trabalhadores informais em suas diversas maneiras de inserção no processo de produção capitalista. Entendemos que a categoria marxiana de *exército de reserva* explica a existência dos trabalhadores informais tradicionais como participantes da *superpopulação relativa estagnada* e os trabalhadores autônomos ou por conta-própria fazem parte da *superpopulação relativa flutuante*.

A existência de um *exército industrial de reserva* cada vez mais crescente se deve à implantação de constantes inovações organizacionais e tecnológicas no processo produtivo com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho, diminuindo a quantidade de trabalho vivo utilizado, de modo a produzir um número maior de

mercadorias com um mínimo de trabalho possível, possibilitando dessa forma o barateamento das mercadorias como forma de atender aos princípios das leis de mercado do sistema capitalista.

As novas formas flexíveis de trabalho foram uma maneira que o capital encontrou de aumentar a submissão dos trabalhadores, permitindo manter sua exploração. Os trabalhadores informais encontram-se inseridos nas novas formas de acumulação, inclusive, no contexto de reestruturação produtiva do capital têm surgido algumas atividades informais totalmente novas.

Buscando analisar o trabalhador informal tradicional, entendemos que seu trabalho faz parte do processo de formação de valor da mercadoria. Sua atividade visa a obtenção de uma rênda para sua reprodução e, também, satisfazer necessidades humanas. Ele contribui para a circulação das mercadorias industrializadas que são transferidas aos trabalhadores por um preço mais acessível que o do grande comércio, possibilitando dessa forma baixar o custo de reprodução da força de trabalho.

No caso do pequeno proprietário, do trabalho em domicílio e do subcontratado informal, em muitos casos, há extração da mais-valia direta ou indiretamente de sua força de trabalho. Em algumas situações se configura a exploração direta entre capital e trabalho. No próximo item discutiremos o surgimento do conceito de *Setor Informal.*

II – APONTAMENTOS PARA UMA TEORIA DA INFORMALIDADE

1. O Surgimento do Conceito de "Setor Informal"

O debate sobre a "Teoria da Marginalidade" acabou influenciando a literatura sobre informalidade no Brasil. A discussão sobre "marginalidade" ocorreu nos anos 60/70, e foi levada para a maioria dos trabalhos sobre o desenvolvimento latino-americano que foram realizados posteriormente (Dedecca, 1990).

As teorias dualistas caracterizavam as sociedades dos países do chamado "3° Mundo" como constituídas de dois diferentes "setores": o *setor formal* composto por unidades produtivas organizadas, e o *setor informal* caracterizado por unidades produtivas não organizadas. Este último era visto como "resíduo" ou "entrave" ao "segmento moderno". Essa forma de abordagem foi trazida à análise do mercado de trabalho no qual os trabalhadores informais, considerados "marginais", eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento daqueles países.

As teorias sobre "marginalidade urbana" entendiam que os trabalhadores dos segmentos informais não conseguiriam empregar-se nos setores mais modernos da economia, buscavam empregar-se em ocupações instáveis e improdutivas, em geral no setor de serviços, ou muitas vezes engrossavam o contingente de desempregados.

No início dos anos 70, os estudos sobre *informalidade* tratavam fundamentalmente das características mais globais do mercado de trabalho, os aspectos mais predominantes estavam ligados ao desemprego e subemprego.

A partir da segunda metade dos anos 70, muitos autores (Paoli, 1978; Kowarick, 1977; Souza, 1980; Cacciamali, 1983) questionaram o conceito de "marginalidade" e passaram a discutir qual o papel cumprido pelas formas de atividades informais na dinâmica de economias fortemente heterogêneas, especialmente as latino-americanas. Alguns autores (Nun, 1978; Quijano, 1978) demonstraram que os trabalhadores ligados à economia informal pertenciam aos segmentos mais pauperizados da sociedade, os quais dificilmente se incorporariam às relações capitalistas.

O conceito de *Setor Informal* teve origem num estudo clássico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre emprego, realizado em 1972 no Quênia. Esse estudo considerava o processo de desenvolvimento como resultante da coexistência de setores "modernos" e "atrasados", podendo-se perceber aí uma concepção dual sobre a organização da economia urbana. A denominação de *Setor Informal* foi generalizada em estudos da OIT, a partir dos anos 70 (Cacciamali, 1983; Dedecca,1990).

A OIT definia como *Setor Informal* aqueles setores que apresentavam organização da produção com pouco capital, em mercados não regulamentados e pouco competitivos, com uso de técnicas de trabalho pouco complexas e intensivas, e utilizando pequeno número de trabalhadores remunerados ou membros da família (Cacciamali, 1983).

A incorporação do conceito de *Setor Informal* na problemática latino-americana, deu-se através da experiência do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), no início dos anos 70. Nessa concepção o *Setor Informal* era visto como complementar ao *Setor Formal*, ou seja, absorvia o excedente de força de trabalho do mercado formal. O *Setor Informal* agruparia as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes e empresas muito pequenas ou não

organizadas. Agrupariam categorias distintas de trabalhadores não subordinadas à legislação trabalhista (Cacciamali, 1983).

Em fins da década de 70, buscou-se compreender as diferentes formas de inserção da população pauperizada nos dois setores da economia: o mercado de trabalho *formal* e o *informal*.

Souza (1980a), faz críticas às formulações do PREALC, entendendo que esse órgão não definia claramente as relações entre *Setor Informal* e o funcionamento do sistema econômico, principalmente no que se referia ao processo de acumulação capitalista.

O referido autor rompe com as formulações do PREALC, entendendo que o processo de acumulação capitalista tem a capacidade de criar, destruir e recriar os espaços econômicos ocupados pelas unidades informais. Assim, na fase de expansão esses espaços são ampliados, e nos momentos de crise os mesmos são reduzidos. Portanto, o desenvolvimento dos setores informais se dá de forma intersticial junto com as formas propriamente capitalistas (Souza, 1980a).

A posição assumida por Souza (1980a) rompe com a visão dual do mercado de trabalho e concebe o *Setor Informal* como resultado do movimento econômico realizado pelo *Setor Formal*, ou seja, o segundo subordina o primeiro.

Cacciamali (1983) concorda com as formulações de Souza, que concebem a produção informal como determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica do processo de acumulação capitalista.

A autora citada constatou em seu estudo, na década de 80, que as atividades informais podiam ser eliminadas pelo capital, que criava firmas que absorviam

relativamente menos trabalho devido ao fato de apresentarem patamar de produtividade mais elevado. A autora lembra que:

> *[...] a penetração capitalista por meio de produtos realizados em larga escala alteram os hábitos de consumo e conduzem à substituição de produtos informais. Este fato é mais marcante nos produtos e serviços de consumo de massa (alimentos, móveis e utensílios domésticos, roupas, calçados, medicamentos, serviços de reparação de bens duráveis, por exemplo)* (Cacciamali, 1983:30).

Com relação ao conceito de *Setor Informal*, Cacciamali (1983) faz as seguintes considerações, entendendo que esse setor está ligado a determinadas condições: 1) o produtor direto é simultaneamente patrão e empregado; 2) ele próprio participa diretamente da produção, podendo se utilizar de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 3) o objetivo último da atividade informal é a renda para consumo individual e familiar, e para a manutenção da atividade econômica; essa forma de trabalho não propicia acumulação ao produtor direto; 4) a atividade é mantida pelo fluxo de renda que fornece ao trabalhador e a seus ajudantes o salário; 5) nesta forma de produção quase não existe vínculo impessoal e é freqüente a força de trabalho familiar e 6) pode haver divisão do trabalho informal, mas o proprietário mantém o domínio sobre a totalidade das etapas que compõem aquela produção.

Cacciamali expõe que a diferença entre a relação de trabalho assalariada e o trabalhador informal proprietário é que este último também explora a força de trabalho alheia, mas o trabalho excedente é de pequena monta e a finalidade é aumentar a renda, o consumo do proprietário/produtor. Em suas palavras:

> *Os meios de trabalho não têm a finalidade de extrair trabalho excedente alheio para valorizar o dinheiro aplicado, mas, em geral, o próprio sustento e melhoria nas condições de vida. [...] Não é a sub-remuneração que cria ou mantém o Setor Informal; este, em primeiro lugar, depende da existência de espaço produtivo e, em segundo lugar, da existência de pessoas que se disponham e/ou não tenham outra opção, mas que possuam requisitos necessários para ocupá-lo* (Cacciamali,1983:34).

O segmento informal não abrange somente os setores mais pauperizados que nele subsistem de forma precária. Na totalidade das atividades autônomas, auto-organizadas, estão também as ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que dela retiram uma renda relativamente elevada face à média dos salários vigentes no mercado. É o caso dos pequenos comerciantes, trabalhadores autônomos e por conta-própria, prestadores de serviços (Cacciamali, 1983; Fagundes, 1992).

As formulações de Cacciamali (1983) podem ser utilizadas como referencial teórico explicativo das circunstâncias atuais, que envolvem o trabalhador informal tradicional, especialmente quando revelam que as atividades informais continuam a ocupar os insterstícios permitidos pela dinâmica das empresas capitalistas.

Apesar de reconhecer a existência de trabalhadores mais qualificados e pequenos proprietários como pertencentes ao *Setor Informal*, a autora, nessa obra, não busca qualificar a heterogeneidade dessa força de trabalho. Entendemos que a forma de inserção das pequenas empresas no modo de produção capitalista leva as mesmas a intensificarem a exploração sobre seus trabalhadores. Admitimos que a pequena empresa artesanal (ou familiar) acumula apenas o necessário para sua sobrevivência, o que a diferencia do pequeno proprietário subcontratado ou "terceirizado" que é levado a explorar a mais-valia

de sua força de trabalho, mesmo que não usufrua diretamente de seu resultado, que na maioria das vezes é repassado quase que integralmente ao grande capital.

A nossa posição em relação ao pequeno proprietário (subcontratado ou terceirizado), é que a sua atividade está inserida num ambiente competitivo, estimulado pelas leis de mercado e pela grande empresa. Dessa forma, sua produção estará voltada para a comercialização e, para tanto, deve atender aos princípios impostos pelas leis de mercado. Apesar da relativa aparência de independência, eles são explorados pelo grande capital. Essa exploração dá-se em cadeia, pois, em alguns casos, eles também empregam outros trabalhadores em condições precárias e são levados a explorar o trabalho excedente alheio.

Carvalho & Souza (1980) entendem que as formas de inserção nas atividades não tipicamente capitalistas propiciam as condições necessárias para assegurar uma maior exploração da força de trabalho e acumulação que garantem a expansão do desenvolvimento capitalista.

Segundo Carvalho (1986), muitos dos trabalhadores informais, na década de 70, tiveram participação mais expressiva na estrutura produtiva urbana. Nos anos 80, esses trabalhadores têm um espaço restrito de atuação, podendo ser extintos caso haja penetração do grande capital nessas áreas. Eles não possuem condições de competir com a produção organizada em moldes capitalistas. Somente permanecem em atividades de baixa produtividade, com estabilidade provisória, com remunerações muito precárias e, devido à sua trajetória ocupacional, dificilmente conseguem mudar de profissão.

Para Carvalho (1986), as atividades informais contribuem para a acumulação do capital e para o avanço da expansão do capitalismo:

Isto ocorre na medida em que elas: (1) facilitam de maneira mais direta o processo de acumulação em algumas empresas do setor capitalista, como ocorre, por exemplo, quando tais empresas se apropriam da produção de pequenos produtores autônomos, realizando grandes lucros na etapa de comercialização; (2) asseguram a manutenção do exército de reserva que o capitalismo necessariamente exige e produz; (3) atendem à demanda de certos bens e serviços quando ainda não existem condições que atraiam investimentos capitalistas para a produção de bens equivalentes ou sucedâneos; (4) estimulam um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação; (5) contribuem para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho (Idem:10).

Concordamos com as concepções de Cacciamali (1983) e Carvalho (1986), que confirmam a tendência da produção capitalista, sob o processo de reestruturação produtiva do capital, de criar, destruir e recriar determinadas atividades informais visando impor seus interesses. Para ilustrar essa tendência, lembramos o exemplo do comércio dos vendedores ambulantes que é uma forma de produção mais voltada ao consumo de massa, e atualmente sofre a concorrência de grandes magazines ou hipermercados que têm criado alguns setores com preços populares (como por exemplo os produtos de R$ 1,99). Assim, essas empresas se protegem criando estratégias de mercado, e com isso o vendedor ambulante está perdendo seu espaço e tem que recriar outros, oferecendo produtos diferenciados que ainda não tenham grandes concorrentes. Outro exemplo, seriam as oficinas de reparação e as pequenas confecções que sobrevivem devido a relações pessoais e a clientela do "bairro", pois não podem ocupar outros mercados. Adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, pois não dispõem de grande volume de capital e nem de

tecnologia suficiente para se aperfeiçoar. Portanto, é a grande empresa que define sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Alguns trabalhos mais recentes definem o *setor informal* analisando sua forma de regulamentação junto ao Estado e as relações de trabalho intrínsecas a ele.

Segundo Tomazini:

> *[...] distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas e o outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente* (Idem, 1995:6).

Para Pires (1993), os estudos dos anos 80 se limitaram a apontar a persistência das atividades informais ocupando os interstícios deixados pelas atividades capitalistas, considerando esse aspecto como determinante para sua reprodução.

Segundo Pires, apesar dos avanços, as teorizações dos anos 80:

> *[...] ainda concentradas no âmbito da produção, dão pouca atenção ao que acontece no processo geral da produção, como as esferas da circulação e realização das mercadorias. Isto é fundamental para o entendimento atual da dinâmica global do trabalho informal, posto que o que mais vai impactar no mercado informal de trabalho nos anos 80 são as ocupações e atividades intersticiais na esfera da circulação, especialmente nas atividades de serviços e no comércio de mercadorias nas ruas e de pronta-entrega* (Pires, 1993:915).

Para Pires (1993), a dinâmica das atividades informais não deve ser vista apenas como resultado da expansão produtiva capitalista nacional e internacional, mas persistem

na economia devido à estrutura concentrada do mercado e do nível de distribuição de renda na sociedade.

Ainda segundo Pires, o caráter de subordinação das atividades informais é difícil de ser medido, pois essas atividades não assumem a forma mercadoria, baseada na taxa de sobretrabalho que é extraída da força de trabalho que daria a base da medida econômica do valor de troca do seu produto.

Segundo Pires (1993):

> *[...] o resultado de muitas dessas atividades informais produz um valor que só se revela em confronto com a renda e não com as outras mercadorias, produz-se nessas condições um valor de uso que, embora seja para troca, não é um valor de troca plasmado no tempo de trabalho socialmente necessário, que tem a moeda como meio de circulação mas não como expressão de igualdade. É portanto uma espécie de valor de troca sem medida de valor, uma negação do valor, um 'valor' ao acaso. Esta (anti) medida, subjetiva por excelência, é uma forma monetária que se ajusta às condições de remuneração do consumidor. Como o trabalho socialmente necessário não se põe ex-ante, ocorre uma indeterminação dos custos que podem ser subestimados por várias destas atividades* (Idem:924).

Pires exemplifica suas afirmações, lembrando que numa oficina de pequenos reparos a remuneração de seu proprietário dependerá da renda global auferida pela atividade, que por sua vez oscilará conforme o movimento e renda recebida. Não é o consumidor que se ajusta à renda, como ocorre na regulação tipicamente capitalista, em que a queda do lucro é compensada no aumento dos preços e também se traduz numa maior exploração sobre a força de trabalho. A produção informal se dá de acordo com as demandas imediatas, ela é fruto das condições da clientela.

Concordamos com as observações de Pires, quando ele enfatiza que os estudos dos anos 80 persistiram na análise das atividades informais como ocupantes dos interstícios permitidos pelas empresas capitalistas. A análise dos economistas, desse período, sobre o mercado de trabalho, também se limitaram a medir os níveis de emprego e desemprego, sem discutir os reflexos disso para a sociedade.

Entendemos que a partir da década de 80, houve um crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, que passou a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. De um lado, estão aqueles que contribuem com a Previdência Social, atuando como autônomos; e de outro, encontramos uma parcela "desprotegida", sem benefícios sociais, desenvolvendo suas atividades em espaços urbanos variados. Portanto, faz-se necessária a utilização de outro referencial teórico, que considere a heterogeneidade desses trabalhadores, para que possamos analisar a precariedade dessas ocupações e sua relação com o processo de acumulação capitalista.

É somente em fins dos anos 80 e início dos anos 90 que os estudiosos começam a incorporar as novas formas de trabalho desregulamentadas como características do trabalho informal. Buscando tratar a questão do emprego e das condições de vida da força de trabalho informal como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho, passam a considerar as especificidades dessas formas de organização social da produção. Nesse sentido, a maioria dos autores rompem com a concepção dual de mercado de trabalho, passando a privilegiar as formas produtivas e as relações de trabalho "não tipicamente capitalistas", buscando estabelecer qual a relação com o processo de acumulação capitalista

No próximo item discutiremos as análises mais recentes que representam um avanço na ampliação do conceito de *setor informal*, abrangendo as outras formas de *informalidade*.

2. A Critica ao Conceito de "Setor Informal"

As análises a partir da década de 80 sobre o *Setor Informal* indicavam que o mesmo apresentava relações de produção não capitalistas, apesar de subordinadas ao processo de acumulação capitalista. Na década de 90 percebemos que aquelas formas não capitalistas converteram-se em novas formas da relação capitalista.

Para Fagundes (1992), existem duas definições de *setor informal*: atividades econômicas não baseadas no trabalho assalariado *versus* atividades não subordinadas à legislação fiscal, trabalhista e previdenciária. A autora citada entende que os estudos mais recentes sobre o *setor informal* seguem duas direções principais: a primeira, de caráter mais conceitual-teórico e a segunda, voltada para a caracterização e dimensionamento da informalidade. Afirma que uma parcela considerável desses estudos acaba utilizando indiscriminadamente o termo "informal", com referência a fenômenos distintos, descaracterizando o conceito, de forma a comprometer a própria interpretação dos resultados conseguidos.

Será que as novas formas de trabalho precarizadas podem ser consideradas como atividades informais? Ou são novas relações de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, as quais carecem ainda de denominação e podem ser vistas como conseqüência da crescente precarização do trabalho. Por exemplo, temos trabalhadores

que passam da condição de assalariados com carteira para a de assalariados sem carteira. Vários autores (Meneleu Neto, 1993; Martins & Dombrowski, 2000; Tedesco & Dalsoto, 1995) demonstram que o número de trabalhadores assalariados sem carteira assinada aumentou na década de 90.

Segundo Paiva *et al.* (1997), nos anos 90, a *informalidade* é redefinida, deixando de ser concebida apenas como um espaço alternativo ao assalariamento e passando a ser relacionada à esfera da reprodução social e aos conflitos de legitimidade, associados às próprias condições de trabalho. Assim, a informalidade, além de possibilitar a análise das formas de coexistência conflituosa de diferentes âmbitos de sociabilidade, relaciona a informalização com os processos de reprodução da força de trabalho, abrangendo, também, as estratégias de sobrevivência.

A nossa proposta de trabalho se encaminha no sentido da superação de conceitos como *Setor Informal e Setor Formal*, devido ao fato de entendermos que essas duas formas de trabalho estão imbricadas uma na outra, e já não dão conta de explicar a nova realidade. Incorporamos a utilização do conceito de *Informalidade*[8], entendendo que este é bem mais amplo e pode abarcar situações diversas.

Para tanto, necessitamos estabelecer novas formas de abordagens, capazes de captar essas novas mudanças. Mesmo em alguns trabalhos mais recentes sobre a *informalidade* ainda encontramos a dicotomia conceitual *Formal versus Informal*, quando a própria realidade caminha no sentido de superação dessa dualidade. No momento atual, a

---

[8] Tal concepção se baseia em Cacciamali (2000), que define o *Processo de Informalidade* como "um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições" (Idem:163). Na mesma linha de abordagem temos Tedesco & Dalsoto (1995), que definem: "a informalidade é uma etapa do processo econômico global, em que não se estabelecem relações permanentes de assalariamento; não há registro dessas relações e elas não figuram nas contas nacionais; são 'invisíveis' aos olhos do Estado, em alguns casos, não havendo uma nítida separação entre capital e trabalho"

lógica do capital tem imposto novas mudanças nas formas de trabalho, no sentido de "abolir" os direitos sociais.

Apresentaremos a bibliografia que sugere a superação dos conceitos de *Setor Formal* e *Setor Informal*, propondo a criação de outros conceitos que abarquem as diversas situações de informalidade.

Segundo Malaguti (2000), o *Setor Informal* expressa alguns aspectos da Informalidade, mas sem esgotá-los; na realidade ela engloba o primeiro conceito. A Informalidade não pode ser entendida através de conceitos fechados ou "setoriais", é um conceito mais amplo que o de *Setor Informal.*

Malaguti propõe, para análise da informalidade, a criação de:

> *[...] novos instrumentos teóricos que permitam detectar e compreender esta nova padronização do mercado e da legislação do trabalho, em toda sua complexidade, desvendando sua lógica, suas formas de reprodução, as redes de sociabilidade que engendra, suas ligações com a pequena marginalidade e com o crime. Além, é claro, de sua estreita colaboração com o grande capital e seu papel na crise estrutural do capitalismo mundial* (Idem, 2000:81).

Martins & Dombrowski (2000), em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, dão mostra da dificuldade de caracterizar os trabalhadores informais:

> *É evidente a diferença entre os diversos tipos de trabalhadores informais. Sob o rótulo de informal ocultam-se desde trabalhadores razoavelmente capitalizados – como os perueiros, proprietários de seus veículos com acesso a financiamentos bancários – até ambulantes, vendedores em trens ou vendedores em faróis, que compram diariamente pequenas quantidades de artigos para vender durante o dia. Para estes, a incerteza e a*

(Idem:102). Ver também Malaguti, 2000:99.

> *insegurança são constantes e a sobrevivência é conquistada a cada dia. Também há uma grande diversidade de trajetórias de vida: trabalham como informais jovens, crianças e adolescentes, ao lado de pessoas idosas; muitos estão na informalidade há mais de dez anos, outros há menos de um ano: enquanto alguns são ex-assalariados, outros jamais chegaram a ter o primeiro emprego. Esta diversidade demonstra a complexidade do chamado setor informal e coloca em questão os conceitos normalmente utilizados para estudá-lo* (Idem, 2000:50-51).

Os autores citados acima concluíram que a maior parte dos trabalhadores informais estão nessa ocupação por não terem conseguido se encaixar nas formas de trabalho assalariado, isso significa que a dinâmica das atividades informais é influenciada pelo movimento das formas de trabalho "formalizadas".

Bagnasco (1997) observa que diferentes graus de informalidade são encontráveis em diferentes tipos de produção de bens e serviços. Propõe mudanças no conceito de *Setor Informal* de modo a levá-lo a abranger as combinações complexas das "velhas" e "novas" formas de atividades informais. Para o autor:

> *O principal assunto em questão, entretanto é a relação entre certos tipos e processos da economia formal e certos tipos e processos da economia informal, no sentido de que estão interligados em uma estrutura de relações particular e estável. Em outras palavras, não se trata apenas de uma questão de ver se uma atividade é transferida do formal ao informal. Temos também que estabelecer como certas atividades formais e informais são interligadas e entrelaçadas* (Bagnasco, 1997:23-24).

Apesar da economia informal estar diretamente relacionada a estruturas e relações tradicionais, como por exemplo o comércio ambulante, as suas mudanças não parecem reintroduzir apenas as formas anteriores. Na prática essas combinações têm apresentado

inovações nas estruturas econômicas tradicionais. Nesse novo contexto as atividades informais, apesar dos traços fortes da economia informal tradicional, "parecem constituir uma transição em direção a formas não ocultas e totalmente institucionalizadas" (Bagnasco, 1997:29).

Devido ao intenso processo de concorrência entre as empresas, tendo que lidar com mercados mais diversificados e instáveis, com restrições maiores no uso de recursos e de força de trabalho, essas empresas optaram por transferir a responsabilidade de suas operações às pequenas empresas, através da descentralização da produção. Dessa forma, pôde-se baixar o custo da força de trabalho ao mesmo tempo em que se aumentava a taxa de extração da mais-valia relativa e absoluta, explorando a falta de representação sindical em pequenas unidades de produção, podendo também infringir leis trabalhistas (Bagnasco, 1997).

Cacciamali (2000), analisando o *Processo de Informalidade*[9], propõe a existência de quatro elementos condicionantes da configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e do *Setor Informal*: 1) os processos de reestruturação produtiva; 2) a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; 3) o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; 4) a desregulamentação dos mercados. Para a autora esses processos geram insegurança nos negócios e, como conseqüência, tem-se menores taxas de crescimento econômico e do emprego que apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes.

[9] Nesta obra, observamos que a autora supera a utilização de conceitos setoriais *informal* e *formal* e propõe o uso da informalidade.

As grandes empresas, para enfrentarem o acirramento da competitividade, desenvolvem estratégias visando a reorganização do trabalho de modo a flexibilizá-lo de inúmeras formas, mudando a jornada de trabalho, a remuneração, os cargos e também aumentando a responsabilidade do trabalhador. Dessa forma, criam-se e recriam-se novas relações e formas de trabalho. Como diz Cacciamali:

> *Em paralelo, recria-se o trabalho em domicílio, o trabalho temporário organizado, em maior ou menor escala, através de firmas locadoras de mão-de-obra, algumas delas especializadas por ocupações (construção civil, limpeza, segurança, digitação, enfermeiras, etc) ou subcontratadas diretamente na montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou ambulante, etc. Essa plêiade de relações de trabalho (criadas ou recriadas) reflete um único fenômeno que está sendo engendrado pela dinâmica empresarial, especialmente das grandes empresas* (Cacciamali, 2000:160).

Para Cacciamali (2000) o termo *Setor Informal* é utilizado pela literatura especializada de uma maneira muito abrangente, podendo representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em micro ou pequenas unidades produtivas, cujas relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, tanto no que se refere à organização do trabalho quanto ao cumprimento de regras legais.

Cacciamali (2000) propõe a utilização do conceito *Processo de Informalidade* que deve se referir às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reestruturação das economias mundial, nacionais e locais.

Segundo Cacciamali (2000):

O Processo de Informalidade pode ser apreendido através de suas relações e contrastes com o setor formal, analisando-se a evolução de cada uma das seguintes categorias: o conjunto de indivíduos assalariados que foram contratados à margem da legislação laboral ou da seguridade social; o conjunto de trabalhadores por conta própria e de empregadores que não exercem profissões liberais e que não dependem de mão-de-obra assalariada para o desempenho do seu trabalho; o trabalho sem remuneração; e o serviço doméstico (Idem:160).

Cacciamali caracteriza o *Processo de Informalidade* como representado por duas categorias de trabalhadores: *os assalariados sem registro* e os *trabalhadores por conta-própria:*

1) Os *assalariados sem registro*, por serem admitidos através de contratações ilegais que burlam a legislação laboral, não têm acesso a um conjunto de garantias sociais. Assim, esses fatores acabam refletindo negativamente sobre a sua própria condição de trabalho. Em casos de acidentes ou problemas de saúde decorrentes do trabalho, eles têm sua renda suspensa e por não serem sindicalizados, não têm acesso às resoluções dos acordos coletivos de sua categoria e também não recebem os benefícios do seguro-desemprego;

2) Os *trabalhadores por conta-própria* estão engajados principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar, podendo engajar familiares ou ajudantes-assalariados como extensão de seu próprio trabalho. O trabalhador por conta-própria visa a obtenção de uma renda para sua reprodução e de sua família, sem pretender exclusivamente o acúmulo de capital. Suas atividades se desenvolvem nos interstícios não ocupados pelas grandes empresas.

Segundo Meneleu Neto (1993), a atual desregulamentação do mercado de trabalho nos leva à necessidade de reavaliação dos conceitos usados para entender as situações de

informalidade. "As transformações nos processos de trabalho e no gerenciamento da força de trabalho avançam rumo à generalização do trabalhador em tempo parcial, ao trabalhador domiciliar, à terceirização etc." (Idem:831).

Para Meneleu Neto (1993), as explicações tradicionais sobre o chamado *Setor Informal* são insuficientes para dar conta da nova realidade. A análise dessas formas de trabalho através da posse ou não de carteira assinada, ou pela categoria ocupacional, ou pela forma de realização do trabalho, não dão conta das atuais transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Esse autor acredita que o número de trabalhos flexibilizados, "periféricos", de tempo parcial, em domicílio, deverão se expandir, principalmente quando há uma redução de empregos nos setores centrais da produção material na administração e nos serviços, em seu conjunto.

O autor chama essas novas situações vivenciadas pelos trabalhadores de "desformalização" das relações de trabalho.

Segundo Meneleu Neto:

> *[...] a mudança no processo de trabalho se dirige para a implantação de novas e mais flexíveis combinações de trabalhador e máquina, para a criação de novas hierarquias entre os assalariados e uma individualização sistemática das relações de trabalho. Seus objetivos: fragmentar e diversificar o antigo trabalhador através de mudanças do processo de trabalho e da organização do trabalho, reduzir o risco do processo de produção, elevar o uso da capacidade instalada e debilitar a organização coletiva dos trabalhadores que se baseava em interesses que derivavam de condições de trabalho comuns* (Meneleu Neto, 1993:835).

Meneleu Neto entende que a *terceirização* é um dos mecanismos mais evidentes da "desformalização" das relações de trabalho. Para o autor é estabelecida uma "parceria" entre a empresa e ex-trabalhadores da empresa, a relação aparece como entre empresas, distorcendo o caráter subordinado desses trabalhadores. "Através dos mitos ligados à pequena empresa, é sugerida uma nova relação, agora uma relação de parceria, que 'substituiria' a tradicional relação capital X trabalho pela relação entre novos parceiros capitalistas" (Idem, 1993:835).

Assim sendo, a *informalidade* tem que ser rediscutida sob novas perspectivas teóricas, que nos permitam levantar as *situações de informalidade*, buscando suas formas de reprodução e sua relação com o processo de expansão e acumulação capitalistas.

Veremos a seguir que as atividades informais, em suas várias formas, mantêm relações intrínsecas com as formas de trabalho *formalizadas*.

3. As Imbricações Entre os Dois Segmentos "Informal" e "Formal"

Sobre as formas de imbricação entre os dois segmentos *Informal e Formal*, entendemos que os trabalhadores informais dependem do movimento do mercado de trabalho regulamentado, ou seja, da renda dos trabalhadores assalariados para sobreviverem. Assim sendo, as rendas obtidas pelos informais têm decaído, devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores assalariados e dos desempregados.

Outro fator responsável pela diminuição de sua renda é a forte concorrência entre os próprios informais, pois o número desses trabalhadores é cada vez mais crescente, levando-os a obterem apenas o necessário para sua subsistência (Charmes, 1997).

Como podemos constatar, Cacciamali trata das imbricações existentes entre os dois segmentos:

> *A renda dos trabalhadores por conta própria depende essencialmente de sua ocupação e da renda de sua clientela, constituída fortemente por assalariados. Dessa maneira, o nível de atividade, o emprego e os ganhos dos trabalhadores por conta própria (e formas análogas) dependem especialmente da massa de salários procedente dos empregados com registro e sem registro. [...] Por outro lado, a renda média dos trabalhadores por conta própria dependerá da demanda por serviços e da oferta de trabalho para esses serviços. Dessa maneira, em períodos de expansão do nível de atividade, com o aumento do nível de renda e da massa salarial, a demanda pelo trabalho por conta própria aumenta e a renda média dos trabalhadores tende a ser maior, caso a oferta de trabalho para as atividades demandadas não aumente na mesma proporção. Em períodos de retração ocorre o fenômeno contrário (diminui a demanda e a renda média), sendo que a queda no nível de renda média pode ser agravada, nesse momento, pelo aumento na oferta de prestadores de serviços decorrente de maior desemprego do setor formal* (Cacciamali, 2000:168).

Cacciamali afirma que a condição de sobrevivência das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informais (por conta-própria e microempresas) estão condicionadas pelo desenvolvimento e fortalecimento das empresas capitalistas, pelos empregos ali gerados e pelos níveis de salários decorrentes.

Dedecca (1990) comenta a imbricação existente entre os trabalhadores informais e formais. Para o autor, as formas de inserção dos trabalhadores informais nos "segmentos não organizados" aumentaram nos momentos de expansão do emprego no segmento capitalista. O autor conclui que nas fases de maior expansão capitalista aumentam-se os espaços passíveis de ocupação pelas atividades informais e nos momentos de crise essas atividades se retraem.

> *[...] constatava-se que o segmento não-organizado – o informal – tendia a se expandir nos momentos de crescimento dos níveis de atividade e de emprego, refluindo nos períodos de retração econômica. Ao contrário do esperado, este segmento não apresentava um inchamento quando o nível de emprego mergulhava em queda* (Dedecca, 1990:xi e xii).

Malaguti (2000) chama a atenção para os casos de trabalhadores assalariados, com contrato de trabalho formalizado, que trabalham sem condições de segurança, fazem horas extras sem recebê-las, desenvolvem atividades informais no mesmo expediente de trabalho formalizado, trabalham nas horas de folga, enfim, essas são práticas atribuídas à informalidade, mas que na realidade, ocorrem também à margem da legislação trabalhista. Para o autor, o *Setor Informal* está no *Setor Formal*, as relações salariais mais "transparentes" contêm informalidades.

Malaguti lembra que o informal, em alguns casos, para se manter na ocupação, usufrui da situação dos trabalhadores formalizados de sua família. Cita o exemplo de um ambulante casado com uma funcionária pública que utiliza o contracheque da esposa para a obtenção de crédito e para financiar suas compras junto aos fornecedores. Assim, boa parte dos "meios de produção" utilizados pelo ambulante é de propriedade da esposa. Pode-se concluir que grande parte dos trabalhadores informais necessitam do trabalho formal para subsistir. "[...] A formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis" (Malaguti, 2000:101).

E, continua o autor:

> *[...] a sobrevivência do trabalhador parece depender da multiplicidade de suas atividades, de sua atuação simultânea como 'assalariado' e 'independente'. Tudo leva a crer, então, que procedimentos e atividades 'informais' são indispensáveis à obtenção do 'Rendimento Mínimo Necessário' à sua sobrevivência* (Malaguti, 2000:132).

Alguns estudos[10] demonstram que só é possível o trabalhador informal pauperizado sobreviver e se manter na profissão porque vive num grupo familiar em que outros membros estão empregados nos segmentos assalariados, podendo garantir a renda mínima para reprodução da força de trabalho familiar. Muitas vezes, os membros da família, assalariados em outros segmentos ou não (nas suas horas de folga/lazer, à noite ou nos finais de semana) auxiliam o produtor informal nos momentos de acúmulo de trabalho. Essa ajuda se dá tanto nas atividades de produção quanto naquelas dedicadas ao comércio. Assim, os mesmos atuam como força de trabalho eventual e não paga. E o tempo despendido para realizar esse trabalho nem é percebido como um tempo racional de trabalho. Dessa forma, atuam tanto na produção de mercadorias como na reprodução do grupo familiar.

No caso do trabalhador informal ter alguma ligação com o mercado de trabalho regulamentado, ou ter algum membro do grupo familiar ligado a ele, acaba criando facilidades para o escoamento das mercadorias produzidas. Por exemplo, a venda de malhas de lã, de bonecas, chinelos e outros artigos produzidos na própria residência. Assim, a participação paralela nos dois segmentos, *formal* e *informal*, acaba sendo uma estratégia para garantir e ampliar as vendas, sem ter que depender exclusivamente da

[10] Sobre esse assunto ver: Tedesco & Dalsoto, 1995; Azevedo,1997; Bruschini & Sorj, 1993.

formação de uma clientela externa, o que tomaria mais tempo e dedicação (Bruschini & Sorj, 1993).

A seguir, veremos que a tendência do padrão de acumulação do capitalismo mundial tem sido a de intensificação da precarização das várias formas de trabalho, abarcando, inclusive, as atividades informais.

4. As Implicações da Reestruturação Produtiva do Capital Sobre as Atividades Informais

Tanto o desenvolvimento quanto a manutenção do mercado informal estão relacionados às condições sociais, políticas e econômicas do contexto mais amplo da relação entre o Estado e a economia mundial. A partir dos anos 80, com o advento do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, os Estados Nacionais (principalmente dos países "subordinados") inseriram-se no mercado mundial, expondo sua economia à concorrência internacional, reduzindo dessa forma, sua capacidade de criar políticas macroeconômicas voltadas à criação de emprego, e políticas sociais capazes de atender a classe trabalhadora.

Apresentaremos as argumentações de alguns autores, entre os quais há consenso de que, após a crise estrutural do capital na década de 70, houve uma internacionalização do capital monetário no mesmo patamar do capital produtivo, promovendo a expansão do capital no âmbito mundial.

Sabemos que os princípios neoliberais, bem como, o impacto da mundialização e da flexibilização da produção, geram o desemprego estrutural e a precarização da força de

trabalho. Percebe-se que os Estados nacionais dos países "subordinados", através da liberalização de seus mercados, acabaram por criar as condições para que o capital pudesse desenvolver-se de forma rápida e eficiente. Hoje, com relação aos conflitos capital-trabalho, a mobilidade do capital permite que as empresas transnacionais pressionem os países a alinharem suas legislações trabalhistas e de proteção social às condições que forem mais favoráveis a essas empresas.

Os autores relacionados abaixo entendem as mudanças ocorridas na esfera do capital como atreladas ao movimento global. Buscando caracterizar esse momento de várias formas, utilizam conceitos como: *empresas multinacionais* e *transnacionais, capital internacionalizado, mercado mundial, mundialização do capital* e *globalização*.

Entre as novas tendências, está a valorização do capital financeiro especulativo em detrimento do capital produtivo. Essa tendência intensificou-se a partir da década de 70, com o processo de concentração de capitais, das novas situações de mercado, dos princípios da mundialização e da correlação de forças entre as classes sociais. Essas são as principais condições que determinaram mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho.

Para Chesnais (1996), houve um período pleno de expansão capitalista no sistema fordista, que durou aproximadamente de 1950 a 1975. Segundo o autor, nesse momento, as relações políticas entre as classes sociais e a soberania do Estado garantiam o respeito das empresas transnacionais a certas convenções e formas de relacionamento, correspondentes à relação de trabalho, assim como, sua colaboração visando acertos de política econômica nacional. Posteriormente, o capital busca outras formas de intensificar a extração da taxa de lucro implantando novas experiências de gestão e organização da

força de trabalho, bem como, inovações tecnológicas, fazendo surgir novos processos de trabalho através da especialização flexível.

Chesnais (1996) relata as três formas institucionais essenciais para o sucesso de 25 anos da acumulação fordista, assegurando estabilidade e expansão da acumulação capitalista: 1) a que permitiu gerir a acumulação capitalista, colocando o trabalho assalariado na única condição que propiciava a inserção social e o acesso à renda; havia um alto nível de emprego assalariado que atendia a produção de massa; 2) a que criou um sistema monetário internacional estável, que estava marcado por instituições e mecanismos que criavam um grau significativo de subordinação das finanças às necessidades da indústria; 3) e um Estado forte, importante naquele momento, para impor ao capital privado disposições de todo tipo e disciplinar seu funcionamento; e dispor de recursos que lhe permitiam tanto suprir as deficiências setoriais do investimento privado, como fortalecer a demanda.

Ainda segundo o autor, com a crise desse sistema, houve modificações nas relações entre capital e trabalho, também intensificou-se a hegemonia do capital financeiro especulativo sobre o capital produtivo.

Segundo Chesnais (1996):

> *[...] a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação, ela não cria nada por si própria. Representa a própria arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha, dentro de um circuito fechado do sistema financeiro, outro perde* (Idem:309).

Chesnais (1996) afirma que a riqueza é criada através do processo de produção, a partir da combinação social de formas de trabalho humano. Porém, nota-se que é a esfera financeira que comanda a repartição e a destinação social dessa riqueza.

Temos à frente um novo tipo de economia industrial, muitas operações podem ser terceirizadas ou subcontratadas. Na atual fase, o que deve ser considerado é a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associados à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira, em escala mundial (Chesnais, 1996).

Harvey (1993) fala sobre a crise do sistema fordista, enfatizando o papel que as relações de produção têm na transição de um sistema de acumulação para outro. Entende que, a partir de 1973, com o colapso do chamado sistema fordista-keynesiano, o dinheiro foi desmaterializado, objetivando desvalorizar o antigo capital fixo, iniciando-se uma transição tanto no regime de acumulação, quanto no modo de regulamentação social e política a ele associado.

O referido autor utiliza o termo "acumulação flexível", para caracterizar o surgimento de setores de produção inteiramente novos, as novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros e os novos mercados e taxas altamente intensificados de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Apesar da aparente desorganização do capitalismo, o mesmo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo; tudo isso acompanhado por uma grande dose de inovação tecnológica (Harvey, 1993).

Essa organização deu-se por dois motivos. Primeiro, o desenvolvimento de informações precisas e atualizadas instantaneamente. Segundo, a potencialidade de

formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes, mesmo apesar do sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de capital de setores em decadência para setores lucrativos.

O aumento da competição internacional levou todos os Estados a criarem condições favoráveis ao desenvolvimento do capital, fazendo com que forçassem um maior controle sobre a força de trabalho. Assim, embora os Estados retenham um considerável poder de intervenção nos contratos de trabalho, a "estratégia de acumulação" de cada Estado-Nação capitalista tornou-se mais estritamente circunscrita ao padrão de acumulação do capitalismo mundial (Harvey, 1993).

Ainda segundo o autor, atualmente, o Estado tem que desempenhar, ao mesmo tempo, funções antagônicas. Por um lado, é chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação, e por outro, é forçado, também, no interesse nacional, a criar um clima favorável aos negócios para atrair o capital financeiro transnacional e global, e conter a fuga de capitais para regiões mais atrativas.

Já para Gorender (1997), o antigo processo de internacionalização ou de criação do mercado mundial, nascido com o próprio capitalismo, deve ser conhecido como "globalização". Nesse processo, as fronteiras políticas dos Estados nacionais são constantemente ultrapassadas pelo movimento das empresas *multinacionais*.

Com as inovações tecnológicas, sobretudo a informática e as telecomunicações, implantadas pelo sistema capitalista mundial, diminuiu-se o tempo que certa soma de dinheiro leva para se valorizar. Isso impulsiona as empresas a revolucionarem seus processos de trabalho mediante a adoção da automação.

Muitas operações podem ser terceirizadas ou subcontratadas. Segundo Gorender (1997), temos à frente um novo tipo de economia industrial. Dentro das regras do jogo do sistema capitalista, o resultado é o da supremacia adquirida pelas finanças através dos bancos e de instituições não-bancárias. A supremacia do capital financeiro especulativo foi implantada, e se exerce em associação com os interesses das empresas multinacionais (EMs) do setor industrial.

Ainda segundo este autor, à grande empresa convém transferir operações às empresas médias e pequenas nas fases lucrativas, enquanto que, nas fases depressivas, refluem para seu interior as operações antes terceirizadas, deixando-as em má situação, já que só são solicitadas conforme a conjuntura. A desconcentração e descentralização das operações produtivas associam-se à concentração e centralização da propriedade e do poder de decisão. E acrescenta:

> *As EMs não se desgarraram dos Estados Nacionais nos quais têm origem e sofrem as contingências das economias nacionais desses Estados [...] as EMs precisam do seu Estado nacional para se legitimar e para contar com abrigo político e salvaguardas jurídicas na atividade no mercado interno e no mercado mundial* (Gorender, 1997:327).

Segundo Gorender (1997), como efeito do processo de mundialização, os Estados nacionais dos países "desenvolvidos" e mais ricos aumentaram seu poder de influência e intervenção sobre os Estados dos países ditos em "desenvolvimento".

Os Estados nacionais dos países "subordinados" passam a articular suas políticas promovendo a "abertura" econômica. Quanto aos efeitos internos, sabemos que a economia de livre mercado não é capaz de proporcionar condições de trabalho e de vida condignas para a população local.

A economia globalizada adota um mecanismo para impedir o ascenso de todos ao mesmo tempo. Sua lógica inexorável é a de desigualdade entre os "perdedores" e os "vencedores". Sendo assim, a ascensão de um país não aconteceria sem o declínio relativo dos seus concorrentes e simultaneamente, parceiros na economia globalizada (Gorender, 1997).

O processo de mundialização do capital implicou em: expansão dos mercados financeiros; abertura comercial das economias e desregulamentação dos mercados de trabalho. Portanto, essas determinações são responsáveis pelas grandes mudanças nas formas de trabalho contemporâneas.

Em concordância com as afirmações dos autores citados, entendemos que, no contexto das mudanças no padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo, como forma de superar as quedas nas taxas de lucro nos anos 70, implantaram-se mudanças na relação entre Estado Nacional e economia mundial. Os grandes grupos industriais e financeiros passaram a influenciar mais intensamente nas políticas adotadas pelos Estados dos países do "Terceiro Mundo", dessa forma, podendo intensificar os princípios neoliberais, criar novas práticas de mercado e implantar inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho. E, também, foram criadas novas formas de produção mesclando o trabalho informal, parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado" com formas de trabalho assalariado.

Com a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital a exploração sobre a força de trabalho passa a se dar de duas formas: primeira, aumentando a intensidade do trabalho, que consiste em realizar uma quantidade maior das mesmas operações sem aumentar as horas trabalhadas; segunda, aumentando a sua qualificação,

que significa realizar novas operações que exijam maior destreza manual, ou conhecimento mais especializado com maior capacidade de raciocínio e de organização (Bernardo, 2000).

Com a junção desses dois aspectos o trabalho torna-se cada vez mais complexo, ou seja, é ao mesmo tempo mais intensivo e mais qualificado. "O desenvolvimento da qualificação abre um novo quadro de complexidade, e o desenvolvimento da intensidade explora as possibilidades internas desse quadro" (Bernardo, 2000:63).

Aumenta-se a intensidade do trabalho, duplicando as operações realizadas, sem aumentar o número de horas trabalhadas, o trabalhador passa a ser explorado duplamente. Com o aumento da qualificação, esse passa a desenvolver vários trabalhos elementares que são ampliados na medida em que aumenta sua qualificação (Idem).

O grau de complexidade em que se encontra o modo de produção capitalista exige também uma força de trabalho com uma formação cada vez mais demorada, de forma a levar o trabalhador a aumentar o tempo dedicado à instrução e preparação para o trabalho. Quando se fala em redução do tempo de trabalho, na realidade essas horas não significariam horas de lazer, mas sim horas de formação da força de trabalho. Bernardo (2000) cita o exemplo da difusão maciça de variados jogos eletrônicos entre os jovens, tendo como objetivo introduzi-los ao uso da nova tecnologia. Segundo o autor citado, "[...] quanto mais qualificada é a força de trabalho, mais ela demora a ser produzida e reproduzida e, por isso, tem-se de se diminuir o tempo em que ela produz outras coisas dentro da empresa, para aumentar o tempo em que, fora da empresa, ela se reproduz a si própria" (Bernardo, 2000:65).

Para Bernardo, no âmbito da reestruturação produtiva do capital, está havendo uma reorganização global da força de trabalho, em que uma minoria de profissionais altamente qualificados tem acesso à seguridade social e estabilidade no emprego. E a maioria dos trabalhadores estariam condenados a uma atividade instável ou em tempo parcial, e boa parte atuando na "ilegalidade". Ainda segundo o autor, a força de trabalho vista como desempregada poderá ter uma parte de si atuando em atividades informais.

No Brasil, as transformações em curso desde os anos 80 tornaram mais complexas e heterogêneas as estruturas de emprego. As formas alternativas de sobrevivência, até então consideradas características do "subdesenvolvimento", passaram a ser vistas como universais. Com isso, outras formas de trabalho e de aquisição de renda exercidas fora do controle estatal ganharam importância.

Para Mattoso & Siqueira Neto (1997), nos anos 80, as condições gerais do mercado de trabalho urbano começaram a deteriorar-se, em decorrência do crescimento relativamente lento do emprego formal e do aumento da proporção dos trabalhadores por conta-própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado, além da significativa redução do nível dos salários, levando ao aumento do desemprego. Os autores entendem que tratava-se, ainda, de um desemprego vinculado, em grande medida, às oscilações da atividade produtiva.

A recessão econômica, a retração das atividades produtivas, a diminuição do papel do Estado e das políticas públicas e as transformações na estrutura produtiva, ocorridas no Brasil na década de 90, levaram à elevação dos níveis de desemprego e ao aumento da economia informal, favorecendo a expansão da pobreza e da precarização no mercado de trabalho.

Segundo Azevedo & Menezes (1996), observa-se a exigência de uma elevação da escolaridade formal para o ingresso no mercado de trabalho, ampliando a polivalência dos novos empregados e exigindo dedicação ampliada. Novas exigências são impostas sem elevar os salários médios.

Observamos que as várias empresas vêm alterando seus processos produtivos para atender às exigências da economia de mercado, passando a idéia de que há uma defasagem em relação aos requisitos profissionais necessários para que o trabalhador volte ao mercado de trabalho, e de que os novos processos de produção exigem um conhecimento maior do conjunto das atividades e o desenvolvimento de versatilidades quanto ao domínio de diversas tarefas.

O discurso dominante utiliza termos como *competitividade, eficiência, qualidade total*, para justificar as novas exigências feitas ao trabalhador para que ingresse no mercado de trabalho. Com isso, os trabalhadores ainda têm que arcar com os custos de cursos preparatórios na tentativa de encontrar uma oportunidade de emprego, o que nem sempre ocorre. Essas transformações havidas estão ligadas ao processo de reestruturação produtiva do capital que utiliza técnicas poupadoras de força de trabalho, criando inúmeras formas de precarização do trabalho, intensificando o desemprego. Ressaltamos que o problema não está na falta de qualificação do trabalhador, mas sim na falta de emprego[11].

Pochmann (2001) afirma que nos anos 80, o desemprego concentrava-se mais entre os jovens e pessoas com pouca experiência profissional ou baixa qualificação. Nos anos 90, a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para os trabalhadores com escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo, do que para as pessoas com menos de 1 ano de acesso à

[11] Sobre esse assunto ver Pochmann (2001): "Em 1999, por exemplo, o Brasil assumiu a terceira posição no *ranking* mundial do desemprego, pois possuía, segundo dados da PNAD do IBGE, 7,6 milhões de pessoas

educação. O autor explica que essa situação se deve ao fato das ocupações criadas recentemente estarem mais voltadas às atividades de baixo rendimento e às formas precárias de trabalho. E, em contrapartida tem-se diminuído as vagas nos setores de produção com uso intenso de tecnologia. Essas condições acabam desfavorecendo os trabalhadores com média escolaridade e capacitação técnica. Para Pochmann:

> *Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, somente as empresas com menos de 10 empregados aumentaram continuamente a sua participação relativa no total de empregos formais, pois as demais empresas terminaram por adotar, de maneira generalizada, os processos de terceirização, redução de hierarquias funcionais, diminuição do núcleo duro de empregados, entre outros. Assim, a participação dos empregados com menos de 3 anos de serviço numa mesma empresa em relação ao total da ocupação caiu de 60,5% para 46,4% entre os anos 80 e 90, enquanto os empregados com mais de 5 anos numa mesma empresa aumentaram sua participação relativa de 26,4% para 39%* (Pochmann, 2001:118).

O setor empresarial, através do SEBRAE, oferece orientações e cursos sobre os novos métodos de trabalho, visando a adaptação das pequenas empresas às necessidades da economia de mercado. Essa é uma forma de transferir para os trabalhadores os riscos de implantação de serviços em novas áreas, mesmo que muitas delas atendam aos interesses das grandes empresas. Dessa forma, é estimulada a criação de microempresas como forma de atender às necessidades do grande capital, que seria reduzir custos com encargos sociais. Essa seria uma forma de forçar os trabalhadores por conta-própria a arcar com vários impostos, inclusive legalizar o trabalho das pessoas que empregam, de forma a aumentar a arrecadação de encargos trabalhistas. A posição do Estado seria a de não

---

sem trabalho. No total do desemprego, o Brasil perdeu apenas para India, Indonésia e Rússia" (Idem:101).

interferência nessas atividades apostando em um crescimento auto-sustentado, que na maioria das vezes não ocorre e muitas dessas empresas acabam fechando suas portas.

Segundo Arbix (1997), as mudanças nas estruturas de produção estão sendo introduzidas pelos grandes capitalistas, com dois alvos básicos. Primeiro, aumentar a participação e o envolvimento de trabalhadores de modo a contornar relações conflitivas, estimulando maior motivação e compromisso com as empresas. Segundo, modificar a organização do trabalho e os sistemas de remuneração, de forma a pressionar por alterações na legislação trabalhista, diminuindo encargos, custos e flexibilizando contratações.

Acreditamos que as mudanças na política econômica brasileira dar-se-ão no sentido de consolidar as relações entre os segmentos econômicos nacionais e a economia mundial, mantendo enfraquecidas as relações de trabalho no espaço nacional. No Brasil, ao se empurrar uma massa de trabalhadores de setores industriais e de serviços formalizados para a situação de informalidade, consolida-se uma nova forma de precarização do trabalho, tornando ainda mais graves e profundas as desigualdades sociais. Acentuam-se as inseguranças da sociedade, cuja sociabilidade está baseada no trabalho.

Assim, a atividade produtiva tem papel central na organização da sociedade. Ela é estruturante do processo de socialização, da construção identitária, das formas de dominação e de resistência. As mudanças no mundo do trabalho alteraram profundamente as formas de inserção na esfera produtiva.

Ao analisar as mudanças que ocorrem no *mundo do trabalho* contemporâneo, Antunes (1995) afirma que, com a reestruturação produtiva do capital, houve uma diminuição do proletariado industrial, herdeiro do taylorismo e do fordismo, nos países de

capitalismo avançado. Paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho precarizado, com uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da incorporação do contingente feminino no mundo operário. Vivencia-se uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado", que marca a sociedade dual no capitalismo avançado.

Para Antunes (1999), a noção de classe trabalhadora nas sociedades contemporâneas se ampliou significativamente, incluindo todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Abarca desde o proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, os trabalhadores precarizados, o subproletariado moderno, os trabalhadores terceirizados e também os trabalhadores assalariados e por conta-própria da chamada "economia informal".

Propomos que a informalidade seja analisada no contexto do processo de desenvolvimento capitalista, dentro de condições específicas. As grandes empresas impõem sua dinâmica ao espaço econômico, delimitando os interstícios que a produção informal pode ocupar. Assim sendo, a expansão do trabalho informal passa a depender do ritmo da expansão e reprodução capitalista. As formas de introdução dos trabalhadores nas atividades informais estão inseridas nos movimentos de transformação estrutural da economia urbana e nos movimentos conjunturais dessas atividades.

No próximo item veremos os dados que demonstram a expansão das atividades informais na Região Metropolitana de São Paulo.

5. Os Números da Informalidade

Neste item, procuraremos mostrar o grande crescimento da informalidade na Região Metropolitana de São Paulo nas duas últimas décadas através de uma análise dos dados de algumas pesquisas de emprego.

No caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), pode-se constatar o forte aumento da informalidade, através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE-DIEESE sobre a distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação entre 1985 e 2000 na RMSP.

Segundo os dados da PED, a porcentagem de assalariados com carteira assinada na Região Metropolitana de São Paulo caiu de 51,9% em 1985 para 39,7% em 2000, enquanto os assalariados sem carteira assinada passaram de 8,2 para 13,9% dos trabalhadores ocupados na Grande São Paulo, no mesmo período (ver tabela 1).

Outro indicador do aumento da informalidade foi o crescimento da porcentagem de autônomos, que passou de 15,1 para 21,2% entre 1985 e 2000. Entre os autônomos, o maior crescimento ocorreu entre os que trabalham para o público, que é um dos segmentos mais característicos da informalidade. Assim, os autônomos para o público passaram de 8,6 para 13% dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo no período citado (ver tabela 1 e gráfico 1).

Já o emprego doméstico apresentou uma tendência de queda na segunda metade dos anos 80 (passando de 8,2 para 6% entre 1985 e 1990), após o que apresentou um forte aumento percentual, chegando a 8,9% em 1999 e 8,6% em 2000 (ver tabela 1).

Os dados mostram, portanto, uma significativa precarização do mercado de trabalho da Metrópole de São Paulo, particularmente uma crescente expansão da informalidade, expressa na queda dos assalariados com carteira assinada, aumento dos assalariados sem carteira, crescimento dos autônomos e do emprego doméstico.

Junto com o aumento da informalidade, ocorreu a chamada terciarização do mercado de trabalho da Grande São Paulo. Assim, houve uma grande queda na porcentagem de ocupados na indústria de transformação (de 32,8% em 1985 para 19,9% em 2000) e um expressivo aumento da ocupação no setor de serviços, que passou de 40,7 para 53% no período 1985-2000 (ver tabela 2).

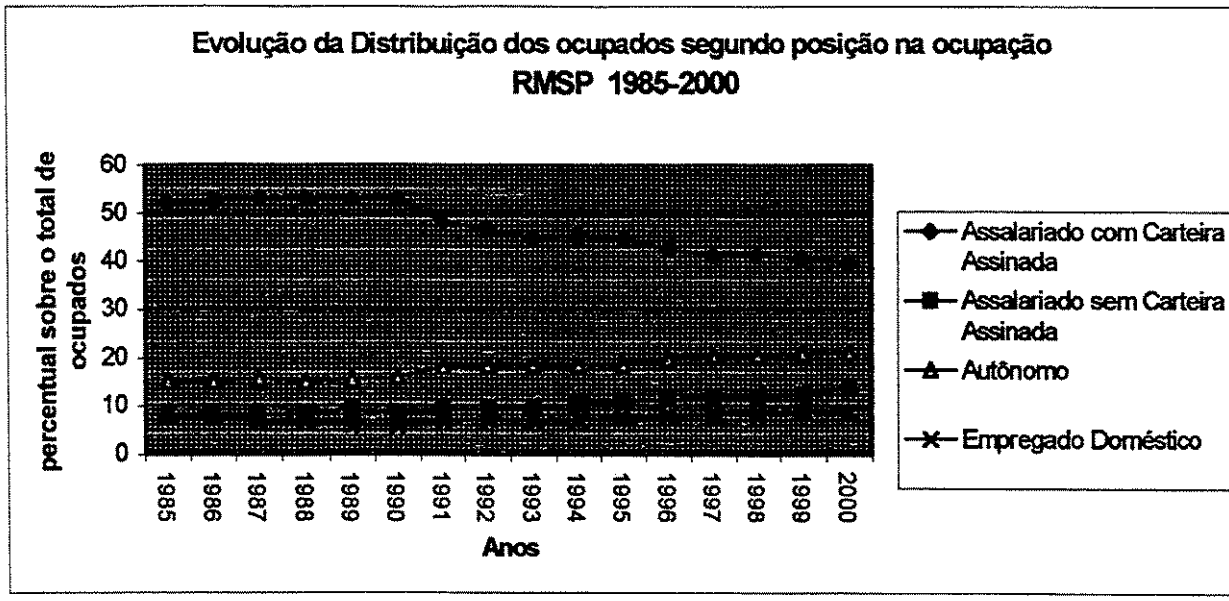
Tabela 1
Distribuição dos Ocupados Segundo Posição na Ocupação no Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000

Em porcentagem

Posição na Ocupação	Distribuição dos Ocupados															
	Anos															
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado	70,3	70,9	70,7	71,7	72,1	71,6	67,4	66,6	65,8	65,8	65,1	63,0	61,6	62,2	61,4	62,0
Setor Privado	60,1	61,1	61,3	61,6	62,1	61,3	57,4	55,8	54,4	55,7	55,4	53,9	53,2	53,5	52,8	53,6
Com Carteira Assinada	51,9	52,7	53,2	53,0	53,0	53,0	48,2	46,7	44,9	45,3	44,5	42,5	41,3	41,5	40,4	39,7
Sem Carteira Assinada	8,2	8,4	8,1	8,5	9,1	8,3	9,2	9,1	9,5	10,4	11,0	11,4	11,9	12,0	12,5	13,9
Setor Público	9,9	9,7	9,3	9,9	9,8	10,2	9,9	10,7	11,3	10,0	9,6	9,1	8,3	8,6	8,5	8,4
Autônomo	15,1	15,1	15,7	15,1	15,6	16,0	18,2	18,5	18,6	18,6	18,7	19,8	20,5	20,6	21,0	21,2
Trabalha para o Público	8,6	8,8	9,8	9,6	10,1	10,7	12,2	12,1	11,9	11,7	12,0	12,5	12,9	12,9	12,9	13,0
Trabalha para Empresa	6,5	6,3	5,9	5,5	5,5	5,3	6,0	6,4	6,7	6,9	6,7	7,4	7,5	7,7	8,1	8,2
Empregador	4,2	4,3	4,5	4,2	4,1	4,3	5,0	4,8	5,1	5,4	5,5	5,8	6,0	5,5	5,4	5,1
Empregado Doméstico	8,2	7,7	6,9	6,9	6,1	6,0	6,9	7,3	7,1	7,2	7,6	8,1	8,4	8,4	8,9	8,6
Trabalhador Familiar Sem Remuneração Salarial	1,6	1,4	1,6	1,5	1,5	1,5	1,6	1,9	2,3	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	1,9	1,7
Outras	0,7	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,2	1,4	1,3	1,5	1,4

Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Gráfico 1



Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego

Tabela 2
Distribuição dos Ocupados Segundo Setor de Atividade Econômica do Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000

Em porcentagem

Setor de Atividade	Distribuição dos Ocupados															
	Anos															
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação	32,8	34,7	33,8	32,2	33,0	31,2	28,3	26,4	25,2	25,3	24,7	22,6	21,0	19,8	19,6	19,9
Construção Civil	3,3	3,4	4,0	4,3	3,9	3,4	2,9	3,3	2,9	3,0	2,6	3,0	2,7	2,6	2,3	2,2
Comércio	14,1	14,0	14,5	14,1	14,8	16,0	16,3	16,3	16,3	16,9	17,0	17,2	17,0	16,7	16,1	15,7
Serviços	40,7	39,4	39,9	41,6	41,3	42,5	44,9	46,0	47,7	46,9	47,6	48,6	50,3	51,8	52,7	53,0
Serviços Domésticos	8,2	7,7	6,9	6,9	6,1	6,0	6,9	7,3	7,1	7,2	7,6	8,1	8,4	8,4	8,9	8,6
Outros	0,8	0,7	0,7	0,5	0,5	0,6	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,6
Sem Declaração	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Faremos a seguir uma análise comparativa dos dados sobre os mercados de trabalho das Grandes Regiões Geográficas brasileiras no ano de 1999.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE para o ano de 1999 revelam uma grande heterogeneidade entre os mercados de trabalho das grandes regiões brasileiras. De acordo com a PNAD de 1999, a distribuição das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação era bastante diferenciada entre as grandes regiões, com as maiores disparidades entre as regiões Nordeste e Sudeste. Assim, enquanto no Sudeste 36% dos ocupados eram empregados com carteira de trabalho assinada, no Nordeste apenas 14,6% possuíam carteira assinada em 1999 (ver tabela 3).

Já os trabalhadores por conta-própria eram 29,1% dos ocupados na região Nordeste, enquanto essa categoria correspondia a 20,1% dos trabalhadores ocupados no Sudeste. Outro indicador da precariedade do mercado de trabalho nordestino é a porcentagem de trabalhadores não remunerados, que chegava a 16,9% em 1999, enquanto no Sudeste apenas 4,2% dos ocupados não tinham remuneração (ver tabela 3).

É importante fazer a ressalva de que esses dados da PNAD que estamos utilizando referem-se ao agregado dos mercados de trabalho urbanos e rurais, o que acaba dificultando a comparação entre as grandes regiões brasileiras, uma vez que na região Nordeste, por exemplo, as atividades agrícolas têm um peso relativo muito maior no mercado de trabalho do que em regiões como o Sudeste. Assim, enquanto 40,7% dos ocupados no Nordeste estavam no setor agrícola, apenas 13,4% dos ocupados no Sudeste estavam neste setor em 1999. Por outro lado, cabe destacar que apesar do Nordeste apresentar a maior porcentagem de trabalhadores por conta-própria entre as grandes regiões brasileiras (29,1%), a porcentagem de ocupados no setor de serviços era de apenas 15%, bastante inferior ao Sudeste, por exemplo, onde o setor de serviços respondia por 22,5% dos ocupados (ver tabela 3).

Tabela 3
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação e os ramos de atividade no trabalho principal - 1999

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (%) - Grandes Regiões - 1999						
Total	100,0	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição na ocupação						
Empregados (3)	51,4	51,3	39,4	59,4	49,7	55,3
Com carteira de trabalho assinada	27,4	17,7	14,6	36,0	31,4	24,3
Militares e estatutários	6,6	12,2	5,6	6,7	5,5	9,4
Outro	17,3	21,4	19,2	16,7	12,7	21,6
Trabalhadores domésticos (4)	7,4	8,1	5,6	8,6	6,6	9,3
Com carteira de trabalho assinada	1,9	0,5	0,8	2,8	1,9	1,6
Sem carteira de trabalho assinada	5,6	7,5	4,8	5,8	4,8	7,7
Conta própria	23,2	26,6	29,1	20,1	21,6	19,7
Empregadores	4,1	3,9	2,7	4,7	4,7	4,9
Não remunerados	9,3	7,2	16,9	4,2	11,5	5,8
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,5	2,7	6,2	2,9	5,7	4,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2
Ramos de atividade						
Agrícola	24,2	13,2	40,7	13,4	26,4	22,8
Indústria de transformação	11,6	8,9	6,7	14,5	15,2	7,1
Indústria da construção	6,6	6,4	5,9	7,3	6,3	6,7
Outras atividades industriais	1,1	1,3	1,0	1,2	0,9	1,4
Comércio de mercadorias	13,4	19,2	12,4	14,0	12,0	14,1
Prestação de serviços	19,3	21,2	15,0	22,5	16,9	22,6
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,9	2,9	1,9	5,3	4,1	3,6
Transporte e comunicação	3,9	4,3	2,9	4,7	3,7	3,9
Social	9,5	12,2	8,3	10,3	8,8	9,0
Administração pública	4,6	8,9	4,0	4,4	4,1	7,0
Outras atividades	1,9	1,5	1,2	2,4	1,9	1,7

Fonte: IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - 1999

Para demonstrarmos o crescente número de trabalhadores informais na Região Metropolitana de São Paulo, utilizamos os dados oficiais de pesquisas de emprego (IBGE e SEADE-DIEESE) mesmo reconhecendo suas limitações, pois existem poucas fontes de pesquisa confiáveis que nos permitam apreender o seu crescimento, principalmente se considerarmos a grande diversidade de ocupações surgidas nas duas últimas décadas.

Com relação aos trabalhadores autônomos ou por conta-própria, também considerados como trabalhadores informais, podemos ter números aproximados se compararmos duas fontes de pesquisa. Quando analisamos os dados sistematizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de São Paulo, no ano de 2000, obtemos 21,2% nessa ocupação (perfazendo o total de 51,9% se acrescentarmos todas as outras atividades sem vínculo empregatício). Se compararmos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE com análise dos dados das grandes regiões brasileiras, no ano de 1999, encontramos na região Sudeste 20,1% de trabalhadores por conta-própria (perfazendo o total de 37,8% se acrescentarmos todas as outras atividades sem vínculo empregatício).

No próximo item indicaremos as tendências de ampliação do *Setor de Serviços*, por entendermos que a maior parte das atividades informais são desenvolvidas dentro dessa área.

6. Tendências de Ampliação do Setor de Serviços

Nos anos 60/70, todas as atividades não encaixadas no setor agrícola e no setor industrial eram designadas pejorativamente como pertencentes ao setor de serviços. Os

teóricos da "marginalidade" viam esse setor como depositário das ocupações da "massa marginal". Na literatura mais recente os serviços tomaram outra conotação englobando os profissionais liberais, os profissionais das áreas da saúde, educação, transporte, comunicação, os trabalhadores domésticos e os prestadores de serviços em geral.

Cacciamali (1983), em seu trabalho sobre o *Setor Informal*, destaca o setor de serviços, devido às profundas modificações sofridas em sua composição, pela flexibilidade em adequar-se aos avanços das modificações da produção e, também, por ser nesse setor que existem as maiores possibilidades de trabalhos autônomos decorrentes da especialização de alguns tipos de serviço, do reduzido tamanho do mercado, e/ou da inexistência de uma tecnologia apropriada para sua exploração em larga escala.

Houve uma grande expansão dos serviços[12] nas últimas décadas e também uma intensa diversificação para atender as novas demandas.

> *Também houve um crescimento do setor em função da 'desinternalização' das atividades que eram realizadas dentro das indústrias, como pela criação de novos ramos, como o da informação e das comunicações em geral, produzindo uma nova gama de atividades. Essa pulverização de atividades nos serviços dentro do espaço da sociedade industrial representou efetivamente um crescimento do volume de empregos, que vem sendo verificado desde os anos 70, compreendendo mais de dois terços do total do emprego* (Itani, 1996:162).

Para Chesnais, a internacionalização dos serviços está ligada aos grupos industriais, interessados em manter sua influência sobre importantes atividades de serviços complementares às suas operações centrais (Idem: 1996:185).

---

[12] Para retomar a reflexão sobre as tendências de ampliação do setor de serviços, resgataremos as obras de Chesnais, 1996; Beynon, 1998; Pochmann, 1998a e 1998b.

Segundo Chesnais (1996), as atividades de serviços são agrupadas numa categoria "tampão". Desde que não pertençam ao setor manufatureiro, de construção civil, da agricultura, ou extração mineral, todas são classificadas como pertencentes ao setor "terciário" (Idem:187).

O referido autor analisa o interesse que os grupos industriais têm pelos serviços, a ponto de neles investirem, no exterior, de forma bastante vultuosa. Dois elementos ajudam a explicar esse interesse: 1) esses grupos querem dominar também os aspectos complementares (da esfera da produção e consumo), pois desses depende parte da rentabilidade de suas operações; 2) esses serviços ocupam um lugar importante em relação ao movimento total de valorização do capital (Chesnais, 1996:188).

Para Chesnais, a expansão do *terciário* deu-se devido à complexificação da produção, havendo a generalização dos chamados "produtos-serviços", em que a venda de um bem é acompanhada de uma série de serviços complementares. Outro aspecto a ser considerado é o papel assumido pelos investimentos imateriais. Esses fatores provocaram um aprofundamento da divisão do trabalho dentro do setor produtivo, com a formação de novas profissões (Idem:188).

Chesnais utiliza dois exemplos para demonstrar a preocupação das indústrias com a distribuição de seus produtos: a) o da indústria de informática, demonstrando que as empresas industriais desenvolveram uma grande variedade de serviços afinada com os materiais fornecidos. Assim, era possível preservar suas vantagens concorrenciais e suas posições no mercado; b) na indústria automobilística, alguns desses grupos preferem criar suas próprias firmas de financiamento, em vez de recorrer aos bancos.

Chesnais (1996) entende que o sucesso da multinacionalização das companhias de serviços empresariais dá-se pela sua capacidade de acumular informações sobre a clientela, através da constituição de bancos de dados, podendo, assim, oferecer serviços aparentemente personalizados.

Para Beynon (1998), as organizações do setor de serviços têm uma concepção particular de consumidor, até mesmo os trabalhadores para essas áreas são requisitados visando suas habilidades para lidar com o público. Dentro do próprio processo de produção industrial, o consumidor é a preocupação fundamental. Essas alterações produziram novos tipos de ocupação e atividades que tiveram impacto significativo na estrutura social e no modo como as pessoas se pensam no seu interior.

Segundo Beynon, no contexto de uma economia competitiva, as empresas têm como preocupação fundamental vender e satisfazer seus consumidores. O mercado assumiu papel fundamental, subordinou as atividades dos escritórios e do chão de fábrica às suas exigências.

Beynon (1998), analisando a realidade européia, conclui que o trabalho por conta-própria está concentrado em relativamente poucos setores industriais. O transporte, as comunicações e as indústrias associadas a bancos e serviços financeiros respondem por 13% da força de trabalho, hotéis e vestuário 14%, e a construção civil 45%.

Para Beynon, ao número de trabalhadores em tempo parcial e por conta-própria, pode ser somado o número de empregados que trabalham mediante sucessivos contratos temporários. A instabilidade dos anos 90 propagou-se para outros setores, atingindo a nova economia "pós-industrial" e a de serviços.

Num estudo analisando a realidade brasileira, Pochmann enfatiza que, historicamente, o setor de serviços como um todo, já apresentava na economia brasileira um "inchaço", devido ao grande êxodo rural e insuficiente geração de empregos no setor industrial. Em função disso, as alternativas de ocupação e renda, no meio urbano, terminaram sendo direcionadas para o chamado *setor informal*, que abrigava parcelas expressivas de trabalhadores nas ocupações de serviços, sobretudo, no setor de distribuição - comércio, comunicações e transportes (Pochmann, 1998a).

Segundo Pochmann, com as mudanças na reestruturação produtiva do capital nos anos 90, houve uma acentuada diminuição dos empregos industriais e um aumento dos postos de trabalho no setor de serviços de distribuição. Esse setor continua absorvendo uma parte dos trabalhadores, que anualmente ingressam no mercado de trabalho e que são demitidos dos setores industrial e agropecuário (Pochmann, 1998a:12). No período recente, as ocupações profissionais que mais perderam postos de trabalho foram as de calçadistas, mestres em manufaturas, carpinteiros, tecelões, torneiros mecânicos, chefes administrativos (Pochmann,1998a:21).

Pochmann (1998b) enfatiza que - com as altas taxas de desemprego e com a ampliação das ocupações não assalariadas, geralmente precárias e de baixa produtividade - o mercado de trabalho passou a apresentar sinais de desestruturação, observando-se que para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 não são assalariados e 2 são assalariados.

Podemos entender que, em relação às alterações no mercado de trabalho a partir da década de 80, há uma redução dos empregos assalariados com registro, enquanto que os sem registro, continuam aumentando e intensificando o trabalho informal.

Pochmann, ao fazer um estudo sobre as tendências ocupacionais no Brasil nos anos 90, investigou a evolução do emprego formal, observando as 45 ocupações profissionais que mais cresceram. Elas concentram-se nas atividades vinculadas ao setor de serviços básicos: asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, comércio, alimentação, educação e funcionalismo público. Ou seja, há uma intensificação do trabalho nos setores de prestação de serviços (Pochmann,1998a:18-19). Percebe-se que a nova estruturação do capital diminui cargos, principalmente nas atividades vinculadas ao setor industrial, o que dificulta a criação de novos empregos.

Antunes (1999) chama a atenção para o fato de as mutações organizacionais e tecnológicas e as mudanças nas formas de gestão do trabalho, já estarem afetando o setor de serviços, que está submetido à racionalidade do capital. Cita, como exemplo, a diminuição do trabalho bancário e também a privatização dos serviços públicos ocasionando uma grande dispensa de trabalhadores, podendo-se entender que o crescimento do setor de serviços estará limitado às necessidades do padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo.

III - AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA INFORMALIDADE

1. As Diferentes Formas da Informalidade

Discutiremos as formas diferenciadas da informalidade, visando mostrar suas contradições, fazendo um desenho das repercussões da reestruturação produtiva do capital sobre a força de trabalho informal, já que a reprodução social desses trabalhadores está diretamente ligada às transformações impostas pelo capital.

Lembrando que a informalidade está sendo tratada aqui num sentido mais amplo, por abarcar uma grande diversidade de situações, podendo ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário sem contrato de trabalho "formalizado".

Para Cacciamali, a economia informal:

> *[...] pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc.* (Cacciamali, 2000:153).

Pochmann (2000) enfatiza que as características iniciais do "segmento não-organizado" foram alteradas, incluindo-se nele as formas de terceirização, a subcontratação de força de trabalho, a organização em redes de produção, a externalização

de partes do processo produtivo que simplificam as tarefas e ocupações antes encontradas no interior da grande empresa.

1.1. Trabalhadores Informais Tradicionais

Os trabalhadores informais tradicionais são aqueles que vivem de sua força de trabalho e em alguns casos incorporam a força de trabalho de familiares, mas normalmente não contratam trabalhadores assalariados. Essa forma de trabalho deve ser analisada dependendo das condições econômicas em que é realizada. Dificilmente conseguem acumular capital, obtém apenas o necessário para sua subsistência. Os trabalhadores informais se subdividem em várias categorias específicas:

a) *Trabalhadores informais "estáveis"*. Possuem meios de trabalho ou um mínimo de conhecimento profissional. Exemplos: costureiras, alfaiates, pedreiros, pintores de casas, calçadeiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato como alimentos, vestuário, calçados e de consumo pessoal, camelôs, empregado doméstico, engraxates, barbeiro, cabeleireiro, sapateiros, oficinas de reparos, trabalhadores que realizam atividades em sua própria casa, enfim, inúmeros trabalhadores desenvolvendo várias atividades no setor de prestação de serviços (Berlinck *et al.*, 1977; Carvalho, 1986; Prandi, 1978, Machado da Silva, 1971).

b) *Trabalhadores informais "instáveis"*. Esses dependem de ocupação eventual, de sua força física e da disposição para realizar pequenas e diversificadas tarefas de pouca

qualificação. Em alguns casos trabalham por empreitada. São recrutados eventualmente dependendo do ciclo econômico da produção ou do acúmulo de trabalho, nesse caso são contratados e remunerados por peça ou por serviço realizado. Normalmente são mal remunerados. Esse trabalhador já desistiu de procurar um trabalho assalariado devido ao rigor das exigências feitas pelas empresas. Por exemplo: confecção e colagem de embalagens, auxiliar de costura, serviços em geral, guardadores de carro, carregadores, carroceiros, trabalhadores de rua, "flanelinhas" (Berlinck *et al.*, 1977; Prandi, 1978; Bruschini & Ridenti, 1993).

c) *Trabalhadores informais "ocasionais" ou "temporários"*. Eventualmente permanecem sem trabalho e desenvolvem atividades informais temporariamente, e às vezes passam a trabalhar como assalariados. Esse trabalhador vê essa atividade como secundária, seu objetivo é retornar ao trabalho assalariado. E, também, não podemos descartar aqueles trabalhadores que atuam em atividades assalariadas e, ao mesmo tempo, nas horas vagas, desenvolvem tarefas diversificadas em atividades informais. Praticam os chamados "bicos", conciliando o trabalho "regular" com o ocasional. Nesses casos obtém-se um baixo nível de rendimento com essas atividades. Exemplos: vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupas), digitador, salgadeiras, boleiras, faxineiras, manicures e confecção de artesanato nas horas de folga (Berlinck *et al.*, 1977; Prandi, 1978; Charmes, 1997, Malaguti, 2000).

Observamos que em todos esses casos a remuneração desses trabalhadores visa garantir a sua própria reprodução e a do capital.

1.2.Trabalhadores Assalariados Sem Registro

Esses trabalhadores, em sua maior parte, foram contratados "à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical" (Cacciamali, 2000:166).

Martins & Dombrowski (2000) analisam o segmento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no município de São Paulo.

Conforme a síntese dos autores citados:

> *Constituem um segmento em crescimento: em 1990, representava 2,8% dos ocupados no município de São Paulo contra 3,9% em 1999, correspondendo a um aumento de 39,2%. [...] Trata-se de um segmento constituído majoritariamente por homens (63,3%), brancos (62,8%), com idade entre 18 e 39 anos (62,9%). São indivíduos com um grau muito baixo de instrução: 50,8% deles não concluíram o 1° grau, percentual superior ao dos demais indivíduos ocupados em atividades informais que também não concluíram o 1° grau. Estes trabalhadores têm um rendimento médio de 2,9 salários mínimos, sendo que a metade ganha até R$ 315,00, em jornadas médias de trabalho de 44 horas semanais* (Martins & Dombrowski, 2000:30).

Esses trabalhadores encontram-se distribuídos 52,1% no setor de serviços; 31,5% no comércio e 14,6% na indústria de transformação.

Martins & Dombrowski (2000) afirmam que 96,4% desses trabalhadores não contribuem com a Previdência Social. Quase 1/3 (32,5%) são chefes de família, sendo que a maioria (42,4%) é constituída por filhos. E acrescentam:

> *Em suma, os assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira assinada encontram-se nos níveis mais baixos da escala social e econômica dos indivíduos ocupados nas atividades informais. Eles se caracterizam por um grau muito baixo de instrução, baixos salários, alta rotatividade no emprego, insegurança no trabalho e desproteção previdenciária no futuro* (Martins & Dombrowski, 2000:30).

Nos anos 80, havia um pequeno número de empresas locadoras de força de trabalho temporária, normalmente recrutava-se trabalhador temporário para cobrir férias, licença-maternidade ou saúde e esses contratos eram fixados por um período restrito. Outra prática adotada era contratar um funcionário temporário por um período de experiência de 45 a 90 dias e após comprovada "eficiência" na função, esse trabalhador passava a ter registro formalizado pela empresa para a qual prestava seus serviços. Na década de 90, o número das empresas locadoras de trabalho aumentou para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem a obrigatoriedade de efetivá-los. Com isso a empresa aumenta a rotatividade de sua força de trabalho e mantém os salários reduzidos.

1.3.Trabalhadores Autônomos ou Por Conta-Própria

Os trabalhadores autônomos são aqueles, geralmente mais qualificados, que possuem seus meios de trabalho e utilizam força de trabalho própria ou familiar. Há casos em que empregam um número pequeno de trabalhadores assalariados. Geralmente, possuem um capital mínimo representado pelo pequeno estabelecimento comercial e possuem meios de trabalho que lhes asseguram certa estabilidade de ocupação, pertencem aos segmentos médios da sociedade (Prandi, 1978).

Esses trabalhadores prestam seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada empresa.

Essa categoria se subdivide em:

a) *Autônomo para o público: é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa* (Jakobsen *et al.*, 2000:8).

   Por exemplo: dono de banca de frutas, de banca de jornais e revistas, motorista de taxi (dono do próprio carro), donos de pequenos negócios, oficinas, prestadores de serviços pessoais especializados e serviços de reparação e manutenção (Carvalho, 1986).

b) *Autônomo para empresa: é o indivíduo que trabalha por conta própria exclusivamente para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente, nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar e ter ou não ajudantes). Essa categoria inclui também o trabalhador vinculado a uma empresa que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo é expressamente formalizado em contrato de autônomo* (Jakobsen *et al.*, 2000:8).

Engloba, também, os trabalhadores que, em muitos casos, têm sido incentivados pelo grande capital a se incluírem nas categorias de trabalhadores "independentes", que prestam seus serviços às grandes empresas visando com isso baratear os custos com a

força de trabalho. Essas formas de trabalho se devem às novas estratégias adotadas para enfrentar a forte concorrência entre as empresas. Esses trabalhadores também são ameaçados pelo avanço do capitalismo, subsistem na medida em que atendem determinadas necessidades do padrão de desenvolvimento do capital e mantêm baixos preços, têm jornadas extremamente prolongadas de trabalho, com precariedade das remunerações (Carvalho, 1986; Cacciamali, 1997).

As tendências mais recentes indicam que as ocupações informais têm um papel muito importante, não apenas de ocupar os interstícios deixados pelo grande capital, mas desempenham outras funções no processo de acumulação capitalista. Essas atividades podem se concentrar na produção, nas áreas de comércio e prestação de serviços, englobando desde os empregos familiares do setor artesanal, os pequenos ofícios, os pequenos comércios e as atividades ocasionais diversas.

1.4. Pequeno Proprietário Informal

Falar da pequena empresa informal separando-a da definição dos trabalhadores autônomos ou por conta-própria nos parece contraditório, já que na realidade essas definições estão muito próximas, pois as atividades desenvolvidas por todos esses trabalhadores estão inseridas nas formas de exploração do modo de acumulação capitalista. Mas, essa definição torna-se necessária, na medida em que muitos autores empregam esse termo para referirem-se ao trabalhador por conta-própria.

Nas análises mais recentes sobre a pequena empresa tem-se priorizado as empresas terceirizadas que ampliaram-se significativamente nos anos 90. Dessa forma, entendemos

que seria necessário destacarmos em que âmbito poderíamos encontrar relações informalizadas nessas empresas. Na análise de algumas obras (Druck, 1999; Souza *et al.*, 1997), observamos que as formas de terceirização existentes englobam desde o trabalho em domicílio até a subcontratação de pequenas e médias empresas, inclusive há exploração em cadeia envolvendo as próprias empresas subcontratadas, em que uma subemprega outras em condições cada vez mais precárias.

No nosso entendimento, as formas de inserção das pequenas empresas se diversificaram muito e boa parte de suas atividades não são práticas novas, mas foram recriadas como forma de possibilitar a combinação da extração da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta, como é o caso da pequena empresa artesanal (familiar), cujo proprietário utiliza força de trabalho própria e subemprega a força de trabalho familiar não paga, obtendo-se apenas uma renda necessária para sua subsistência. Nesse caso, apenas o grande capital se beneficia do resultado de sua produção.

Temos as pequenas empresas que recebem rendas de uma certa magnitude e que possuem um considerável número de empregados assalariados. Aparentemente desfrutam de uma situação diversa e privilegiada em relação aos demais trabalhadores informais. Mas suas atividades estão estreitamente ligadas à demanda das grandes empresas capitalistas e, portanto, se mantêm subordinadas a elas. Alguns desses trabalhadores foram assalariados dessas empresas, onde adquiriram as qualificações profissionais para exercerem a atual ocupação (Carvalho, 1986; Cacciamali, 2000; Pochmann, 2000).

No caso da pequena empresa subcontratada ou terceirizada, para definirmos o seu grau de informalidade estabeleceremos como elemento diferenciador o emprego de força

de trabalho assalariada dentro das normas estabelecidas pelas leis trabalhistas e a propriedade dos meios de produção.

Existe uma série de conceituações para dar conta da generalidade do pequeno proprietário, que vão desde a definição de produtor simples de mercadoria, envolvendo força de trabalho própria ou de familiares, e, em alguns casos, força de trabalho permanente assalariada, até as formas de subcontratação pelas grandes empresas. Apesar de todas essas formas de trabalho estarem subordinadas ao grande capital, há algo que as diferencia, que é a propriedade dos meios de produção por alguns, e outros totalmente despossuídos, que são os informais.

a) O pequeno proprietário que utiliza o seu próprio trabalho e subemprega força de trabalho temporária e em condições precárias, sem os benefícios sociais e que não tem a propriedade dos meios de produção, sua forma de atuação faz parte das práticas da informalidade. Muitas pequenas empresas por atuarem "ilegalmente" acabam intensificando ainda mais a exploração e nesse sentido, acabam sendo mais vantajosas ao capital, já que permitem uma maior exploração com menor custo social e possibilitam alternar formas de extração da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta (Carvalho, 1986; Cacciamalli, 1997; Colli, 1997).

b) O pequeno proprietário que exerce uma profissão ou ofício e conta com o auxílio de um ou mais empregados assalariados com registro em carteira, de forma permanente e tem a propriedade dos meios de produção, está fora do âmbito da informalidade, é

considerado como empregador e tem sua situação "regulamentada" junto aos órgãos públicos (Jakobsen *et al.*, 2000).

No nosso entendimento, a reestruturação produtiva do capital atinge desde os trabalhadores informais tradicionais até os pequenos proprietários autônomos que atuam em várias áreas da economia.

Se as novas atividades informais estão crescendo a cada dia, isso é um indicativo de que as mesmas apresentam lucratividade ao grande capital, especialmente por sua capacidade de se adaptarem às várias modalidades de exploração criadas pelo capital. O próximo item se destina a estudá-las, procurando resgatar em que contexto as novas atividades informais mesclam-se com as formas tradicionais.

2. Informalidade: Suas Formas de Reprodução e Sua Relação Com o Processo de Acumulação de Capital

Em relação ao processo de acumulação e as formas de inserção dos trabalhadores informais no novo contexto de reestruturação produtiva do capital, podemos perceber que alguns autores dos anos 70[13] já demonstravam preocupação com essa temática.

Iniciaremos a discussão com Prandi (1978), que optou por fazer uma análise do trabalho por conta-própria enfatizando que esse trabalho visa a sua própria reprodução e a do capital. O autor afirma que o trabalhador por conta-própria além de produzir bens e

[13] Resgataremos as obras de Prandi, 1978 e Berlinck *et al.*, 1977 para avaliarmos as formas de subordinação do trabalho informal ao capital.

serviços, também possibilita força de trabalho barata para o capital, colaborando para a produção e reprodução do proletariado em geral.

O trabalhador conta-própria para desempenhar suas tarefas no âmbito da divisão social do trabalho, depende do dispêndio da força de trabalho própria, muitas vezes incluindo o uso da força de trabalho de membros da família. Esse trabalhador presta serviços em áreas que requerem baixa capitalização. "São os artesãos, os pequenos vendedores, notadamente os ambulantes, os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos, os prestadores de serviços pessoais e muitos outros conhecidos da paisagem das cidades brasileiras, pequenas e grandes" (Prandi, 1978:25). Dentro dessa categoria incluem-se também os profissionais liberais e os técnicos não submetidos a assalariamento.

Prandi (1978) faz a seguinte definição:

> *Entende-se por 'trabalhador por conta própria', 'trabalhador independente', 'trabalhador autônomo' ou 'auto-empregador' o trabalhador que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregado, nem como empregador[...]* (Idem:26).

A gênese do trabalhador por conta-própria, advém de uma categoria remanescente de uma época passada, que conseguiu sobreviver e se enredou nas brechas do modo de produção capitalista, que o manteve subordinado às suas flutuações, contrariando as suposições de que haveria uma grande redução do número desses trabalhadores. Várias teorias foram criadas para explicar a permanência do trabalhador não assalariado (conta-própria) dentro do modo capitalista de produção, sem dar conta de explicar o seu surgimento. Por exemplo, os teóricos da "marginalidade" explicavam a coexistência de

trabalhos de tipo não capitalistas no modo de produção capitalista como causas do "subdesenvolvimento" dos países do "Terceiro Mundo" e que tenderiam a ser extintos com o desenvolvimento de suas economias nacionais. Nesse caso não consideravam essas formas específicas de trabalho como submetidas à ordem hegemônica do capital (Prandi, 1978).

Os trabalhadores por conta-própria apareciam na teoria da "marginalidade" exatamente por que estariam situados fora da oposição trabalho assalariado/capital, contudo, esses teóricos não perceberam que a existência desses trabalhos é dependente das condições em que aquela oposição se realiza.

Nas palavras de Prandi (1978):

> *Nem vende ao capitalista sua força de trabalho nem dispõe de capital para se transformar (no momento dado) em comprador da força de trabalho alheia. É seu próprio patrão e seu próprio empregado. Mas depende da ordem burguesa, pois é nesta ordem que sua existência está enclausurada, como num espelho a repetir a memória do passado. [...] Assim, o trabalho autônomo, no nível formal e aparente, nem está subordinado ao capitalista nem às classes assalariadas, mas tem sua exploração determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção, que, por ser predominante, historicamente já colocou em plano secundário o trabalhador incapaz de gerar excedente, mesmo que ainda dele faça uso, na finalidade última de se realizar* (Idem:31).

Os trabalhadores por conta-própria fazem parte do *exército industrial de reserva* e dessa forma, é de interesse do capital mantê-los; desde que o trabalho autônomo não se apresente como oponente no mercado capitalista de mercadorias e serviços.

As grandes empresas deixam a cargo do trabalhador autônomo a produção de bens e serviços de baixo rendimento. Dessa forma, possibilitam a ocupação de uma parcela da força de trabalho. Prandi (1978) acrescenta:

> *Neste jogo, ganha o capital ainda mais um ponto: boa parte da população que poderia estar desempregada, sem meio algum de garantir a satisfação de suas necessidades mínimas, dissolve, na aparência imediata da autonomia no trabalho, o conflito possível das classes sociais* (Idem:37).

Todas as formas de trabalho por conta-própria estão subordinadas ao capital e dependem das flutuações dele, que por estratégias múltiplas mantém as atividades informais, as recria ou as destrói.

Para Prandi (1978), o trabalhador autônomo ocupa um papel específico na divisão social do trabalho. No caso da existência de pequenas oficinas de reparação (sapateiro, encanador, eletricista, costureira), elas têm a função de recuperar a baixo custo certas mercadorias de consumo que não necessitam assim ser repostas integralmente. Isso contribui para o rebaixamento do salário necessário à reprodução do trabalhador assalariado, possibilitando o aumento da taxa de exploração relativa do trabalho assalariado. Ainda segundo Prandi (1978):

> *A lógica geral está no barateamento de mercadorias que contribuem para o barateamento da força de trabalho, passando o trabalho autônomo a fazer parte do processo de organização dos vários ramos da produção. Isso não retira, no entanto, o caráter de forma arcaica do trabalho autônomo pois, em essência e em forma, ele não é próprio do modo de produção capitalista* (Idem, 1978:40).

Segundo Prandi, apesar da extração da mais-valia ser a forma clássica de exploração que permite a reprodução do capital, muitas outras formas de exploração existem, como por exemplo, a exploração do trabalho doméstico da mulher, a exploração do trabalho assalariado não produtivo, o aumento indireto da jornada de trabalho obrigando o trabalhador a produzir nas "horas vagas" bens que lhe permitam complementar o necessário à sobrevivência familiar. No caso dos trabalhadores por conta-própria, além do uso de sua força de trabalho, podem estar sendo consumidos força de trabalho dos membros de sua família sem remuneração, bem como seus meios de trabalho. Portanto, os níveis de renda-trabalho estariam superestimados pelo uso não pago dessa força de trabalho.

Berlinck *et al.* (1977) analisaram a integração do segmento *Informal* com a economia da cidade de Campinas (SP). Os autores afirmam que há uma intensa integração deste com as empresas industriais, comerciais e as de serviços, envolvendo a compra de matérias-primas e artigos para comércio, venda de produtos e mercadorias, prestação e utilização de serviços.

Na pesquisa realizada constatou-se que 90% das *unidades industriais informais* compravam matérias-primas de empresas pequenas, médias e grandes. Sendo que 33% desse total compravam exclusivamente de grandes empresas (Berlinck *et al.*, 1977).

No caso das *unidades do setor comercial*, os autores observaram que 31% das unidades informais compravam mercadorias exclusivamente de grandes empresas. Dentre essas, as que compravam de grandes e pequenas empresas chegavam a 70% do total (idem).

As *unidades do setor informal* se relacionam com as empresas capitalistas exclusivamente como compradoras de matérias-primas e mercadorias para o comércio, pois a venda de seus serviços e mercadorias está mais ligada a domicílios ou consumidores individuais. Suas atividades se caracterizam por executarem operações de pequena escala voltadas basicamente para os consumidores finais e não ao processo produtivo de outras empresas (Berlinck *et al.*,1977*)*.

Mesmo considerando que esse quadro possa ter mudado razoavelmente na década de 90, e hoje termos um maior número de pequenas empresas produzindo componentes para as grandes empresas, esta pesquisa nos servirá de referência para avaliarmos o aspecto da contribuição das mesmas para com o grande capital.

Conforme a síntese de Berlinck *et al.* (1977):

> *Da mesma maneira, também as unidades comerciais do 'setor informal' geralmente executam operações de distribuição de mercadorias em pequena escala, funcionando como os elos finais da cadeia de distribuição de mercadorias que abrange a economia em seu conjunto, ou seja, a produção nacional e internacional. Essas unidades comerciais atendem basicamente mercados locais ou regionais, mas suas fontes fornecedoras estão ligadas não só à economia da cidade e região, como às demais regiões do país, e mesmo ao exterior. Suas relações com as fontes fornecedoras envolvem tanto ligação direta com as grandes indústrias como a seus intermediários grandes ou médios* (Berlinck *et al.* 1977: 64-65).

Sobre as formas de inserção das pequenas empresas no modo de produção capitalista, há um número crescente das mesmas que acabam gerando uma certa concorrência entre elas, podendo-se deduzir que só se manterão no mercado aquelas que tiverem maior produtividade do trabalho e se apropriarem de uma maior taxa de sobre-

trabalho. Essas empresas também sofrem com a concorrência das grandes empresas, que devido ao uso intensivo da alta tecnologia têm mais condições de baratear sua mercadoria (Idem).

Para Berlinck *et al.* (1977):

> *[...] a capacidade de acumulação da pequena empresa dependerá fundamentalmente do número de trabalhadores que empregue, ou seja, da massa de sobretrabalho de que seu dono se aproprie. À medida que aumenta o número de trabalhadores e a escala de produção, a utilização conjunta dos meios de produção, a divisão de trabalho e o uso de instrumentos e máquinas mais adequadas às várias operações possibilitam um acréscimo considerável na produtividade do trabalho* (Idem:24).

Em muitos casos, os proprietários das pequenas empresas podem ser considerados capitalistas, na medida em que personificam o capital em sua tendência à acumulação e ao emprego de trabalho assalariado (Idem).

Dessa forma, entendemos que essas atividades são subordinadas ao movimento da grande empresa que cria dificuldades para impossibilitar a expansão das *unidades informais*, essas práticas podem se traduzir na falta de recursos para compra de mercadorias e matérias-primas; na falta de capital para compra de máquinas e equipamentos; na dificuldade de acesso a técnicas modernas; na dificuldade em obter crédito e na falta de apoio do governo (Berlinck *et al.*, 1977).

Jakobsen *et al.* (2000), em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, reconhecem o papel que os trabalhadores informais têm na cadeia produtiva. No caso dos vendedores ambulantes, esses atuam no escoamento de produtos variados. Os catadores de papelão e metais revendem esses produtos para reciclagem e, há ainda, aqueles que atuam na

prestação de serviços diversos para o público ou para empresas. Os autores admitem que essa forma de inserção é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos.

Segundo os autores citados, há os trabalhadores informais atuando na produção de vestuário e outros trabalhos descentralizados em domicílio, ou trabalhando de forma terceirizada. Essa pesquisa indicou que os vendedores informais em ponto fixo procuravam manter um vínculo com seus clientes e com seus fornecedores, procurando se especializar no comércio de uma linha de produtos, já que atuavam como revendedores de mercadorias.

Se de um lado há relação de compra e venda de mercadoria, esse segmento contribui para a acumulação capitalista, que por sua vez se dá pela exploração da mais-valia dos trabalhadores da grande empresa e possibilita a circulação de suas mercadorias. Por outro lado, a venda dessas mercadorias a preços acessíveis possibilita a reprodução da força de trabalho com custos mais baixos, implicando em menores salários (Jakobsen *et al.*, 2000).

É através do processo produtivo que o capitalista extrai sobretrabalho da classe trabalhadora com o objetivo principal de produzir mercadoria. Busca-se saber de que forma o trabalhador informal contribui para a circulação dessa mercadoria.

Para explicar qual a importância da atuação do informal na circulação de mercadorias, nos reportamos a Marx (1982:165-197), em que ele discute a importância da circulação de mercadoria para a manutenção do capital. Sobre a circulação de mercadorias, Marx diz:

> *É portanto impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera da circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, consiga expandir um valor, transforme portanto dinheiro ou mercadoria em capital.*
> *Capital, portanto nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem* (Marx, 1982:186).

Apesar de Marx reconhecer a importância da circulação, ele deixa claro que não é no âmbito da compra e venda da mercadoria que advém o lucro do capitalista, e sim na manutenção do sistema capitalista em que a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção.

Segundo Marx (1982), no processo de produção de mercadorias o capitalista adianta uma certa soma de dinheiro (instrumentos de trabalho, meios de produção) para posteriormente apoderar-se dela novamente, devendo a mesma retornar valorizada (com acréscimo de mais-valia extraída da força de trabalho). Assim sendo, o objetivo do capitalista seria expandir o valor aplicado e isso depende de um movimento continuamente renovado, que envolve a produção de uma mercadoria e seu valor de troca.

Entendemos que a atuação do trabalhador informal passa a ter um papel importante na esfera da circulação da mercadoria, contribuindo decisivamente para a reprodução do capital. É interessante notar que o informal compra a mercadoria e ao vendê-la não poderá aumentar seu preço acima daquele valor estipulado no mercado. Caso o faça logo perderá a sua renda, já que sua ação desencadearia um processo de subida de preços em todas as escalas. Marx (1982), no que tange ao processo de produção capitalista, deixou claro que a "circulação ou troca de mercadorias não cria nenhum valor" (Idem:183).

> *As mercadorias podem ser vendidas realmente por preços que se desviam de seus valores, mas esses desvios, representam violações da lei que regula a troca de mercadorias. Esta, em sua forma pura, é uma permuta de equivalentes, não é, portanto, nenhum meio de acrescer valor* (Marx, 1982:178).

Os vendedores informais compram suas mercadorias no mercado atacadista e há também produtos comprados nos circuitos paralelos a esse mercado. Nesse sentido, a circulação das mercadorias foi garantida, transcorrendo normalmente em conformidade com as leis do mercado. Após o informal estar de posse da mesma, cabe a ele todas as inseguranças no repasse dessa mercadoria.

O trabalhador informal para sobreviver ainda tem que enfrentar a concorrência do grande comércio e nesse caso quando não consegue vender seus produtos fica com o prejuízo, tendo que reduzir o preço e caso opte pela substituição do tipo de produto a ser oferecido, necessita dispor de capital para a compra do mesmo. A sua escolha deve se basear naqueles produtos que não tenham atraído o interesse dos grandes lojistas. Se, por um lado, o informal não paga tributos, por outro lado, vende suas mercadorias a preços mais baixos.

Para falarmos do pequeno proprietário considerado por alguns autores como trabalhador informal e por outros como autônomo ou por conta própria, entendemos que na realidade essas definições estão muito próximas. Podemos definir esses trabalhadores como participantes das diferenciadas formas da informalidade. Buscaremos estabelecer quais os vínculos existentes entre esses trabalhadores e o acúmulo de capital.

Há diferentes formas de inserção das pequenas empresas no modo de produção capitalista, para sua análise devemos considerar a grande heterogeneidade que as cercam.

Existem os trabalhadores informais ou autônomos ligados aos vários ramos de atividades econômicas, participando na compra de matérias-primas e meios de produção e também na comercialização de seus produtos. Sua forma de inserção possibilita a obtenção de uma renda para se reproduzirem. Temos também a pequena empresa artesanal (familiar), nesse caso entendemos que a sua atividade possibilita apenas uma renda necessária à sobrevivência de seus membros.

O elemento diferenciador da pequena empresa e o trabalhador autônomo é o montante de capital e/ou emprego de força de trabalho assalariada (Berlinck *et al.*, 1977).

No caso da pequena empresa subcontratada ou terceirizada entende-se que a grande empresa só transferirá suas atividades para essas empresas se for possível baratear ainda mais os custos com a manutenção da força de trabalho através da extração da mais-valia relativa combinada com a mais-valia absoluta. Dessa forma, fica garantida a intensificação da extração do sobretrabalho sem aumentar os salários. Em muitos casos, a pequena empresa não usufrui diretamente de seu resultado, que na maioria das vezes é repassado indiretamente ao grande capital; sendo que muitas dessas empresas cumprem a função de produzir os componentes antes fabricados no interior da grande indústria.

Nesse caso, a produção da primeira está tão estritamente ligada às necessidades da segunda que há interferência na sua forma de organizar a produção, como por exemplo, a escolha do tipo do produto, a quantidade a ser produzida e a fixação de seu preço.

Há casos em que devido aos poucos trabalhadores empregados e ao lucro de pequena monta, o dono da empresa acaba trabalhando junto com seus assalariados. No caso das empresas com um número maior de empregados, o dono da empresa se dedica às funções de compra e venda de mercadorias e a exercer controle sobre seus trabalhadores.

Em muitos casos, o dono da empresa se auto-explora e também explora a força de trabalho de seus próprios familiares.

Podemos afirmar que em todos os casos os pequenos proprietários estão direta ou indiretamente subordinados ao movimento do grande capital.

Sobre as variadas situações de informalidade, suas formas de reprodução e sua relação com o processo de expansão e acumulação capitalistas, nos pautaremos em alguns estudos empíricos[14], demonstrando que os trabalhadores por conta-própria e as pequenas empresas desempenham importantes funções em relação à acumulação de capital.

No caso das pequenas empresas *terceirizadas*, elas são diretamente subordinadas à grande empresa que controla as decisões técnicas e econômicas de sua produção. O pequeno proprietário enfrenta a incerteza, instabilidade nos ganhos e riscos, estando constantemente sujeito aos efeitos das crises econômicas.

Druck (1999), em estudo realizado na indústria petroquímica na Bahia, expõe que, com a reestruturação produtiva intensificada em nível mundial, as grandes empresas brasileiras têm implantado duas formas de terceirização: a primeira, justificada pela busca de produtividade, qualidade e competitividade e a segunda, mais utilizada, se dá como forma de reduzir custos intensificando o aumento da precarização das relações e condições de trabalho. A citada autora afirma que a responsabilidade de atingir os objetivos propostos é transferida para as empresas terceirizadas.

Druck define as formas de terceirização existentes:

---

[14] Resgataremos as obras de Druck, 1999; Souza *et al*, 1997; Cacciamali, 1997; Malaguti, 2000; Colli, 1997; Tedesco & Dalsoto, 1995.

1) Utiliza-se o trabalho doméstico ou trabalho domiciliar, com a subcontratação de outros trabalhadores sem contrato formal. Essa prática ocorre nos setores mais tradicionais da produção industrial (têxtil/confecções e calçados);
2) Vigora um sistema de subcontratação através de redes de fornecedores, em que as empresas subordinadas fornecem componentes/peças para as empresas contratantes. A produção das pequenas empresas está voltada, quase exclusivamente, para as grandes empresas, apesar de terem a sua própria instalação, maquinaria e força de trabalho;
3) Recorre-se à subcontratação de empresas especializadas, prestadoras de serviços de apoio, que atuam no interior das plantas das contratantes;
4) Ocorre a subcontratação de empresas e/ou trabalhadores autônomos nas áreas produtivas/nucleares. O trabalho pode ser realizado tanto no interior da planta da contratante, como fora, na empresa contratada (Druck, 1999).

Souza *et al.* (1997) analisaram as mudanças nas relações entre empresas, clientes e fornecedoras, visando identificar as implicações para as pequenas e médias empresas, verificando qual o espaço ocupado pelas mesmas.

As relações interfirmas é o instrumento-chave da manutenção de vantagens competitivas para as grandes empresas:

> *[...] seja sob a ótica da redução de custos; seja buscando maior flexibilidade e compartilhamento dos riscos de investimentos; seja buscando intensificar a "especialização"(focalização no núcleo central) e integrar "competências complementares"; seja a partir da ampliação da capacidade de inovação [...]* (Souza *et al.*, 1997:201).

As grandes empresas impõem, constantemente, novas exigências nos âmbitos tecnológico e organizacional para que as pequenas e médias empresas se ajustem. As exigências impostas acabam restringindo a participação das mesmas nesse mercado, isso se dá pela própria concorrência entre elas, pela hierarquização, pela exclusão e pela eliminação de empresas, devido ao número restrito de subcontratadas convocadas para participarem de programas de desenvolvimento e capacitação de fornecedores comandados pelas grandes empresas (Souza *et al.*, 1997).

Quanto às estratégias competitivas das empresas fornecedoras, para atender as novas exigências há esforços no sentido de :

- desverticalização, que pode vir associada à especialização;
- ações intensificadas na diversificação das linhas de produtos;
- reestruturação (reorganização), para atender ao requisito de 'maior variedade' - busca de opções em resposta à menor identificação, por parte dos clientes, dos produtos de uma determinada empresa;
- alterações nos tamanhos de plantas;
- *modificações na organização social e espacial dos processos de produção [...]* (Souza *et al.*, 1997:204).

É altamente vantajoso para a grande empresa terceirizar suas atividades, já que ela impõe normas e procedimentos operacionais às empresas terceiras e ainda mantém o controle da situação.

Conforme a síntese de Souza *et al.* (1997):

Assim, os fornecedores acabam colaborando com a arquitetura peculiar de atividades diferenciadas, que garantem a sustentabilidade do posicionamento estratégico de uma

empresa. Essa arquitetura é de difícil cópia por parte dos concorrentes, dado que exigiria a reconfiguração de muitas atividades simultaneamente (Idem:207).

Como forma de assegurar os compromissos firmados entre as grandes empresas e as fornecedoras é firmado um contrato. Há vários casos em que as primeiras solicitam revisão do mesmo: primeiro, quando percebem a existência de um fornecedor com preço menor, pressionam o subcontratado para reduções de preço. Além disso, praticam o expediente de incentivar a concorrência entre fornecedores visando a redução de preço. Segundo, quando há reestruturação da empresa-cliente, ela solicita revisões de preço (para baixo) à rede de fornecedores (Idem).

Souza *et al.* (1997) expõem:

De modo geral, os critérios de avaliação e de classificação aparecem sistematizados no Manual de Avaliação do Fornecedor. O manual estabelece que:
- o fornecedor deve estar apto a demonstrar a eficiência do seu sistema de qualidade;
- a documentação técnica deve estar atualizada e à disposição da empresa-cliente;
- o uso de controles estatísticos de processo deve ser uma rotina;
- os procedimentos internos devem assegurar o controle das modificações de processo;
- devem ser desenvolvidos estudos de capacidade de processos e de equipamentos;
- o fornecedor deve estar apto a demonstrar o controle de calibradores e de instrumentos de medição (esse aspecto é considerado um dos mais importantes);
- os controles devem ser registrados, estar disponíveis e permitir a rastreabilidade do processo de fabricação;
- devem ser estabelecidos e difundidos procedimentos claros para ações preventivas e corretivas:
- os fornecedores devem estabelecer mecanismos de controle sobre os seus fornecedores (Souza *et al.*, 1997:224-225).

Além dos aspectos técnicos, são valorizados também aspectos qualitativos, como: alinhamento da alta gerência com os programas de qualidade; conhecimento operacional da equipe administrativa; preservação e difusão dos princípios da qualidade; definição de um grupo de trabalho que garanta a qualidade dos produtos e, por último, a existência de treinamento que garanta a capacitação de seus trabalhadores. (Idem:225).

Algumas empresas "não resistem a uma avaliação formal dos processos e de sua organização interna"(Souza *et al.*, 1997:226) e nesse caso perdem o *status* de fornecedora direta. Para sobreviverem buscam se relacionar com *empresas intermediárias*, transformando-se em subordinadas de fornecedoras diretas. Nessa nova forma de se relacionar, as exigências formais são mais brandas e possibilitam a reinserção das mesmas à rede. Cria-se, dessa forma, uma cadeia de subordinação integrada, a empresa-núcleo impõe regras aos fornecedores e estes obrigam os subcontratados a se integrarem às exigências. Portanto, em qualquer posição ocupada, o fornecedor é reavaliado constantemente (Idem).

Nas concepções de Souza *et al.*, somente sobreviverão no mercado as pequenas e médias empresas que tenham maior dinamismo, a ponto de reunir condições de investimento em melhorias e inovações organizacionais e tecnológicas, de forma a estarem preparadas para atender às novas demandas das grandes empresas-cliente. Isso inviabiliza a manutenção das pequenas empresas tradicionais.

Além dos problemas apresentados, para que a pequena empresa conquiste um lugar no mercado, tem que fazer altos investimentos em sua imagem para que se torne visível, pois não existem outros mecanismos de contato entre pequenas e grandes empresas que não seja através da mídia.

Cacciamali (1997) faz uma análise das tendências de criação e manutenção de empresas de pequeno porte, os incentivos aos movimentos de desverticalização ou verticalização das empresas[15] e a heterogeneidade desse segmento e sua subordinação ao movimento das grandes empresas.

A literatura especializada, incluindo a mídia, destaca a importância das micros e pequenas empresas alegando que essas possuem maior flexibilidade e maior capacidade adaptativa para ajustarem-se às mudanças macro e microeconômicas. Cacciamali destaca que a *globalização* dos mercados estaria enfraquecendo a capacidade competitiva das grandes empresas, e dessa forma, acabam por abrir espaço para as empresas de menor porte. Para a autora:

> *A maior flexibilidade desse último segmento lhes proveria condições mais adequadas para fazer frente a características essenciais da economia global, como a ampliação dos mercados, as mudanças rápidas de demanda e as novas tecnologias de produção e de organização do trabalho e lhes permitiria um ajustamento mais rápido a essas transformações* (Cacciamali, 1997:47).

Para Cacciamali (1997), a maior internacionalização das economias gerou maior competitividade e maior incerteza. A primeira se dá pela redução de custos e estratégias de ampliação de mercado que aumenta os retornos da flexibilidade na produção e no uso do trabalho com gradativa redução deste último. As incertezas aumentam devido às flutuações bruscas nas demandas dos diferentes mercados e na instabilidade das taxas de juros. Nesse caso, as grandes empresas descentralizam sua produção repassando-a às pequenas empresas, por entenderem que essas poderiam se ajustar mais rapidamente às

[15] Produção verticalizada é quando todas as etapas do processo de produção são efetuadas dentro da mesma empresa. A produção desverticalizada corresponde ao fenômeno inverso, é quando mais firmas assumem

exigências do mercado por serem menos burocráticas e poderem criar sistemas mais ágeis de ajustamento em seus custos.

Cacciamali afirma que há descentralização das empresas no espaço produtivo, inclusive os defensores do liberalismo econômico também defendem o desenvolvimento das pequenas empresas, com o objetivo de ter o apoio das mesmas para atingir as metas pretendidas, como uma maior desregulamentação dos mercados, privatização de setores públicos e um maior número de mercados descentralizados.

Através dessa estratégia descentralizada, as grandes empresas tendem a manter o controle e, ainda assim, a aumentar a concentração no mercado. Já no caso do grande comércio, concentrado em espaços urbanos estratégicos, oferece um grande volume de produtos, o que tende a diminuir preços, atraindo um grande número de consumidores. Em muitos casos, esses espaços agrupam um elevado número de serviços que são franqueados, criando-se uma barreira de capital à entrada de pequenas empresas, reservando espaço apenas aos grupos econômicos com significativo aporte de capital, podendo atuar em escala global (Cacciamali, 1997).

Apesar de haver desconcentração das empresas no espaço produtivo, não há desconcentração do poder econômico. Em muitos casos os pequenos negócios não conseguem se manter no mercado devido a uma série de fatores. Primeiro, a insuficiência de capital. O grande capital impõe barreiras à escolha das atividades a serem desenvolvidas por eles, que acabam sendo aquelas inseridas em mercados competitivos e em geral oferecendo bens com pequeno valor unitário. Se há um pequeno volume de negócios, isso resulta numa pequena participação no mercado. Segundo, a absorção de novas tecnologias fica limitada ao acesso às informações e à existência de capital para

---

diferentes etapas do processo de produção (Cacciamali, 1997:49-50).

implantá-las, que estão sujeitas à capacitação do proprietário, à sua capacidade de acumulação e ao seu crédito (Cacciamali, 1997).

Para Cacciamali (1997), devido aos fatores elencados, um elevado número de pequenos negócios não conseguem cumprir as diferentes regulamentações, e acabam operando de forma "ilegal". Seus proprietários ficam impossibilitados de assinarem contratos mais longos e estáveis e encontram restrições de crédito. Por outro lado, não pagam os tributos, perseguem um padrão de concorrência desleal no mercado, desrespeitam normas sanitárias, ecológicas e o padrão de qualidade. Isso talvez explique o fato de algumas empresas menos eficientes, em virtude de práticas predatórias de mercado ou por fatores políticos, sobreviverem enquanto que outras mais eficientes desaparecem.

Cacciamali (1997) conclui que as pequenas empresas ocupam um espaço econômico, num mercado restrito, com pouca rentabilidade, e em condições que não atraem as grandes empresas; e caso uma dessas condições mude, o pequeno proprietário encontra dificuldade para suportar a concorrência. Nesses termos é que os pequenos negócios abrem e fecham suas portas constantemente. Embora haja um espaço numérico significativo, é altamente instável.

Malaguti (2000) analisa o papel da pequena empresa como inserida no contexto mais amplo das formas de acumulação capitalista. Afirma que a sobrevivência da pequena empresa só pode ser mantida através da superexploração e da intensa utilização dos recursos humanos, que acabam intensificando o processo de precarização das condições do trabalho. E, continua o autor:

> *É bom ressaltar, porém, que remunerações, salários e condições de trabalho degradantes são indispensáveis ao funcionamento dos pequenos empreendimentos. É uma*

> *característica intrínseca e irrevogável, sua forma necessária de sobrevivência. Exigir a abolição dessas condições de trabalho implica, na realidade, a supressão dos pequenos negócios e de boa parte das situações de informalidade. A exigência é radical, sendo, por isso, dificilmente realizável sem mudanças sociais e políticas estruturais* (Malaguti, 2000:83).

Sobre o papel do Estado em relação às pequenas empresas, Malaguti acredita que há uma política de consentimento estatal da ilegalidade, ou seja, criou-se uma política de "vistas grossas" por parte das autoridades governamentais. O autor ainda reforça que a política oficial de subsídios a essas empresas representa uma institucionalização de uma situação "ilegal".

Na avaliação de Malaguti (2000), a necessidade social da pequena e microempresa decorre de uma opção política por parte do Estado, sendo uma forma de transferir todo o ônus da crise do capital para os trabalhadores. Em suas palavras:

> *Hoje o trabalho informal aparece como a única forma de sobrevivência para milhões de brasileiros. Retirar-lhes ou dificultar-lhes essa possibilidade é decretar-lhes a morte física: sem um sistema de seguridade ou previdência social que possa acolhê-los, os desamparados do Plano Real, da modernidade subdesenvolvida, não têm opção. Devem submeter-se agradecidamente aos critérios da informalidade [...]* (Malaguti, 2000:88-89).

Malaguti, baseado em pesquisas do IBGE, afirma que os trabalhadores por conta-própria, pequenos empresários optam por esta forma de trabalho para escapar do desemprego ou dos salários degradados, e não é uma questão de escolha (opção) como divulgam os meios de comunicação em massa. Na realidade, os trabalhadores sonham com empregos estáveis, bem remunerados e que lhes atribuam um status social positivo.

O autor ressalta que o trabalho iniciado nas grandes empresas é "completado" nas pequenas e nesse caso, são as primeiras que determinam as normas e padrões a serem seguidos por elas. Dessa forma, houve uma proliferação dos pequenos negócios vinculados às grandes corporações.

Sobre trabalho autônomo, ou trabalho por *conta-própria*, Colli, faz um estudo sobre a facção[16] no pólo têxtil de Americana, e afirma que o capitalismo, na tentativa de superar a crise, impôs a convivência de uma "racionalidade contraditória", com formas de trabalho precarizado, através da terceirização e do aumento da informalização, visando economizar com encargos fiscais e trabalhistas. Observa que o elemento determinante do atual capitalismo é um modelo de organização e estruturação do processo de trabalho que cria "prefigurações de novas formas de produção de mais-valia" (Colli, 1997:45).

O intenso investimento em novas tecnologias acelera o tempo de rotação do capital com o objetivo de desvalorizar o antigo capital fixo, mediante sua obsolescência frente às novas máquinas produtivas. Assim, o grande capital torna-se mais centralizador e, ao mesmo tempo, descentraliza a produção. Para Colli (1997):

> *O modo de produção capitalista utiliza-se das transformações tecnológicas e organizacionais da produção, que recriam formas arcaicas de trabalhos 'externos', como é o caso do façonismo, para exigirem relações de trabalho cada vez mais individualizadas. Isto fortalece no sistema uma aparência de igualdade e liberdade entre as partes no contrato de trabalho que antes era confrontada pela politização e regulamentação estatal de suas leis* (Idem:131).

[16] Segundo Colli (1997), "a facção nasce como trabalho domiciliar, prestação de serviço individual e familiar, e se desenvolve em pequenas e médias empresas que continuam prestando serviços a terceiros, o que não significa necessariamente que as empresas façonistas deixem de apresentar algumas das características da antiga facção"(Idem:31).

Colli (1997) afirma que o façonista apresenta uma dupla identidade: é considerado "como 'capitalista', porque possui os meios de produção e gerencia seu próprio negócio, e como 'assalariado de si mesmo', pois o seu trabalho se confunde com os dos outros trabalhadores". Apesar da aparência de liberdade e igualdade nas relações de produção, o mesmo está subordinado ao controle do capital (Idem:133).

A citada autora conclui também que "enquanto terceirização o novo façonismo é também uma forma de aumentar a exploração pela via da mais-valia relativa e mais-valia absoluta com a extensão e intensificação da jornada de trabalho do façonista" (Idem:135).

Tedesco & Dalsoto (1995) fazem uma pesquisa com trabalhadores informais do bairro São João, da cidade de Passo Fundo (RS), buscando apreender suas estratégias de sobrevivência e as articulações possíveis entre o redimensionamento das atividades informais locais com aspectos históricos, econômicos e sociais mais gerais.

Para Tedesco & Dalsoto (1995), a informalidade é uma parte do processo econômico global, onde não se estabelecem relações permanentes de assalariamento; não há registro dessas relações e elas não são computadas nos números oficiais do Estado, em alguns casos, não há uma nítida separação entre capital e trabalho. Afirmam que a inter-relação de aspectos estruturais com os conjunturais, trazem como conseqüências políticas econômicas recessivas de combate à inflação e desajustes externos da economia brasileira, além desses, temos a questão da dívida externa. Os autores entendem que esses fatores elevam os índices de desemprego e de ocupação informal. Assim, os desempregados como forma de garantir sua sobrevivência ingressam em ocupações precárias obtendo baixos rendimentos.

Para os autores citados:

> *A informalidade não é improdutiva ao sistema; ela facilita de maneira direta, o processo de acumulação em algumas empresas capitalistas (como é o caso da apropriação de produtos por comerciantes autônomos, prestadores de serviços que atendem a encomendas, etc.). Serve, também, para atender à demanda de certos bens e serviços em setores onde ainda não se verificam as condições de investimentos capitalistas na produção (artesanato, serviços de manutenção, etc.) e na própria distribuição (comercialização) de bens produzidos por empresas capitalistas, pois constitui um elo de sua cadeia de comercialização* (Tedesco & Dalsoto, 1995:108).

No caso do trabalhador (confeccionista) informal, ele participa da produção simultaneamente, sob as formas de patrão e de empregado, tornando-se difícil perceber uma nítida divisão entre capital e trabalho. Além de empregar a si mesmo, engaja familiares e concilia seu trabalho de produção com o de gestão (Idem).

Os autores analisam as formas de contratação adotadas pelos "ateliers" em domicílio, a mais utilizada é a subcontratação de serviços de "terceiros" que se dá em função da demanda ou da sazonalidade. Nesse caso, o pequeno proprietário reduz o custo do trabalho contratado, ao não pagar os encargos sociais, não tendo despesas com admissão e demissão. Assim, há uma grande instabilidade na admissão de força de trabalho, recrutando-a por períodos esporádicos e optando pelas de baixa qualificação.

Outro aspecto observado pelos autores foi o trabalho familiar, que apesar de não se constituir de forma sistemática e regular, foi apresentado como solução para a maioria dos estabelecimentos entrevistados. E por ser um trabalho eventual é desempenhado paralelamente às atividades domésticas. Esse tipo de trabalho absorve dias úteis, fins-de-semana, noites, feriados, mas em alguns momentos sofre descontinuidades, principalmente naqueles momentos marcados pela falta de encomendas. Nesses casos, não há limites entre

o tempo doméstico e o tempo de produção mercantil e nem entre o tempo social de lazer e o de trabalho (Tedesco & Dalsoto, 1995).

No âmbito da localidade pesquisada, os autores perceberam um número crescente de trabalhadores sem carteira assinada, atingindo principalmente pessoas jovens, do sexo feminino, que estão entrando no mercado de trabalho. Entendem que a crise econômica e a terceirização da produção de bens e serviços são fatores incentivadores dessa tendência.

Tedesco & Dalsoto (1995) afirmam que têm se intensificado as estratégias de externalizar a produção e/ou serviços através do recurso à subcontratação em domicílio. Essa prática é adotada por aquelas empresas que produzem por encomenda, obtendo-se as seguintes vantagens:

> *[...]economia no uso de instalações, de máquinas e de equipamentos, redução nos custos de admissão e de gestão de mão-de-obra, flexibilidade para enfrentar flutuações de demanda, encargos sociais, custo de trabalho direto, dependência da parte contratada em face da contratante, desvinculação direta entre capital e trabalho, etc.* (Idem:124).

O estudo das atividades informais deve ser articulado ao processo dinâmico e contraditório de acumulação do capital, o qual cria e recria atividades tradicionais paralelamente às formas flexíveis de trabalho. Essas relações que parecem ser contrárias ao seu próprio movimento, servem para manter a subordinação do trabalho ao capital e garantir a exploração pela via da mais-valia relativa e mais-valia absoluta, com a extensão e intensificação da jornada de trabalho.

Conforme a exposição de Tedesco & Dalsoto (1995):

> *Inúmeras formas de produção e de trabalho são criadas e recriadas; redefinem-se 'novas' modalidades 'arcaicas' de inserção de estruturas produtivas. Ao se questionarem os confeccionistas sobre a possibilidade de menor aplicação da força de trabalho e de sua substituição por máquinas, o que tornaria o trabalho menos artesanal, a resposta unânime foi de que é justamente a aplicação da força de trabalho familiar e/ou empregados temporários que propicia a permanência do produto no mercado: a competição com os que produzem com máquinas é muito alta (no sentido de difícil). O custo encarece o produto* (Tedesco & Dalsoto, 1995:126).

Os rendimentos auferidos pelo trabalho em domicílio são designados ao sustento da família, sem significar uma elevação no nível de vida. Esses trabalhadores, devido à necessidade econômica, inventam, criam, efetivam constantemente situações que possam levá-los a obter alguma renda.

Nas palavras de Tedesco & Dalsoto (1995):

> *Percebe-se que a informalidade, mesmo carregada de preconceitos, ameniza uma série de questões sociais e econômicas. Porém, essa amenização não pode ser confundida com equilíbrio social. Inúmeros problemas permanecem latentes: redução do mercado de trabalho, impossibilidade de competição no mercado, instabilidade frente a questões de mercado, de legislação, da política, baixíssima remuneração da força de trabalho, exploração da força de trabalho no próprio espaço da informalidade (no caso analisado dos "ateliers", das domésticas), isso sem falar do desemprego potencial que o próprio espaço econômico informal potencializa, seja pela instabilidade, seja pelo aumento diário do contingente de candidatos, entre muitas outras questões* (Tedesco & Dalsoto, 1995:129).

Em síntese, Tedesco & Dalsoto analisando a relação entre os trabalhadores informais e o grande capital, afirmam que há uma dinâmica mercantil envolvendo os aspectos da distribuição, do consumo e da própria produção englobando também a redução

do valor da reprodução da força de trabalho (no caso das contratações em domicílio) e da média geral do valor da força de trabalho. Na relação da pequena com a grande empresa, a primeira tem que assumir os riscos advindos de suas operações, enquanto que a última dispõe de empréstimos bancários, infra-estrutura e uma legislação legal que a favorece.

2.1. Quais os Vínculos que Podem Ser Estabelecidos Entre Trabalho Informal Tradicional e o Processo de Acumulação?

Neste item privilegiaremos discutir as formas de exploração do trabalhador informal tradicional, ligado às atividades de comércio e de prestação de serviços.

As diferenças entre o trabalhador informal e o trabalhador assalariado são resultantes de formas diferenciadas de inserção na estrutura produtiva, pois a extração de mais-valia da força de trabalho assalariada é imediatamente incorporada ao capital, e é possibilitada através de um contrato de trabalho.

Para Prandi, o trabalho assalariado é visto como a expressão das relações capitalistas por excelência. O trabalho por conta-própria tem suas especificidades que contrariam a própria definição de capital e de capitalismo.

Para Prandi (1978):

> *O assalariado faz parte do estatuto fundamental da sociedade capitalista e se reveste de forma jurídica, a qual imprime àquele, caráter de relação legítima e legal de trabalho, estabelecendo as regras através das quais as relações de exploração do trabalho podem ser realizadas. Inclusive, é interessante notar como o assalariado, mais que uma simples relação de trabalho, pode chegar até mesmo se revestir de condição de cidadania* (Idem:156).

No caso do trabalhador informal não há um contrato, mas ele é incluído numa outra forma de exploração que além de ser consumida sua força de trabalho, muitas vezes inclui-se o trabalho não pago dos membros de sua família, além do uso de seus meios de trabalho.

O trabalhador informal tradicional, que atua no comércio ambulante, tem participação indireta no processo de produção, não resultando numa mercadoria, ele apenas participa do processo de circulação da mesma. Para que o informal tenha uma mercadoria, ou preste um serviço, ele participa de uma outra forma de organização, ele é o comprador do fornecedor (na verdade ele também é um consumidor), podemos perceber que são atividades que envolvem um coletivo de trabalhadores e todos estão inseridos numa forma de organização estabelecida pelo movimento mais amplo do capital, que inclusive vai determinar suas formas de expansão.

Muitas vezes o valor advindo da venda da mercadoria é muito baixo, mas é esse processo que possibilita a circulação da mercadoria e essa é a condição de sua produção (mercadoria). Consideramos que a função do informal tradicional será de repassar produtos com preços menores possibilitando a reprodução/manutenção da classe trabalhadora com um custo mais baixo, deixando-a mais suscetível a baixos salários.

Os trabalhadores informais tradicionais vivem em condições extremamente precárias, eles não têm direito a aposentadoria, FGTS, licença-maternidade, auxílio-doença; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar perdendo integralmente sua fonte de renda. Esses trabalhadores já desistiram de procurar emprego, já que não se encaixam nas "novas" exigências do mercado de trabalho, por isso às vezes se inserem em

qualquer ocupação que lhes possa auferir algum rendimento. A maioria dos trabalhadores informais não contribuem com a previdência social e portanto não há interesse de sindicatos e órgãos políticos em defenderem seus direitos.

Jakobsen *et al.* (2000) comentam as dificuldades encontradas pelo sindicato para organizar o trabalhador por conta-própria que não tem uma relação de trabalho direta com um empregador, os dirigentes sindicais não criam formas de organizar essa categoria porque entendem que se assim o fizerem, estarão legitimando e contribuindo para perpetuar uma situação indesejável.

Para Abreu & Sorj (1993), as maiores dificuldades dos sindicatos, se apresentam por três motivos: primeiro, por considerarem o trabalho por conta-própria como condenado ao desaparecimento por não atender aos princípios da organização da produção capitalista; segundo, consideram o trabalho conta-própria como um competidor desleal dos assalariados no mercado de trabalho; terceiro, o movimento sindical é muito mais atuante junto aos trabalhadores assalariados de grandes empresas, que compartilham das mesmas situações de trabalho e dessa forma, facilitam o desenvolvimento de ações coletivas.

Percebemos que nas várias formas da informalidade, esse trabalhador busca incessantemente no seu cotidiano alternativas de sobrevivência, mesmo sem conseguir efetivá-las. Com toda a insegurança que perpassa sua vida, essa é uma forma de inserção social.

Os trabalhadores informais sofrem constantemente uma grande pressão psicológica, pois não sabem até quando vão conseguir se manter na atividade. Normalmente eles não têm horário fixo de trabalho. Segundo as pesquisas feitas por vários autores, na maioria das vezes têm jornadas superiores a 8 horas diárias e trabalham nos

finais de semana. Na grande maioria dos casos, esses trabalhadores exercem atividades precárias, muitas vezes sujeitas a repressão policial e aos fiscais, tornando os ganhos extremamente instáveis e incertos, e mesmo quando há condições de investir na melhoria de seus negócios ou nos serviços prestados, eles desistem devido ao medo freqüente de serem abordados pelos agentes fiscalizadores, temendo ser impedidos de trabalhar ou ter suas mercadorias apreendidas. Nesse caso, a falta de regulamentação acaba se revertendo em um fator de corrupção, violência e insegurança (Berlinck *et al.*, 1977; Singer, 2000; Martins & Dombrowski, 2000).

Ao analisar o trabalho informal desvinculado do contexto em que é realizado, é difícil compreender qual a sua contribuição para o modo de acumulação capitalista. Podemos concluir que a situação de precariedade em que vivem os trabalhadores informais não constitui prioritariamente um problema específico desses trabalhadores, mas atinge toda a classe trabalhadora sujeita aos efeitos da reestruturação produtiva do capital, que combina "velhas" e "novas" formas de exploração do trabalho.

Portanto, a função do trabalho informal deve ser remetida às formas de exploração contidas no conjunto de realização do trabalho coletivo, pois as mesmas se renovam constantemente. Para o estudo de cada categoria específica de trabalhador faz-se necessário voltar nosso olhar e analisar como as "velhas" formas de exploração se transmudaram em "novas" formas, mascarando seu objetivo principal que é o da exploração, que se intensifica cada vez mais através de um sistema tecnológico em constante mutação.

A existência da atividade informal, como atividade não-regulamentada, acabou servindo de referência para que as grandes empresas capitalistas introduzissem essa prática

de forma mais rotineira no seu interior, esse é um processo em andamento dentro da lógica perversa do capital.

Qual a contribuição do trabalho informal tradicional para o capital?

1) No caso do trabalhador informal despossuído, sua contribuição é exclusivamente a de:

   a) Funcionar como reserva de força de trabalho;

   b) Possibilitar a circulação e consumo de mercadorias, contribuindo para a realização do valor dos produtos industrializados, objetivando uma renda para consumo que satisfaça suas necessidades básicas. Desde que suas atividades foram inseridas na divisão social do trabalho capitalista, ele também passa a ser explorado;

   c) Atuar na venda de mercadorias mais populares, possibilitando dessa forma a reprodução da classe trabalhadora a custos mais baixos, deixando-a mais suscetível aos menores salários, sem com isso comprometer o nível mínimo de sobrevivência desses trabalhadores.

O capital, através da intensificação da tecnologia e da reorganização do processo de trabalho, aumenta a produtividade de uma parte da força de trabalho, passando a intensificar a extração da mais-valia relativa e com isso obtém uma maior quantidade de produto. Dessa forma, deixa a outra parte dos trabalhadores na reserva.

Poderíamos indagar: qual o interesse do capital em manter a reprodução da força de trabalho no momento em que temos um número cada vez mais crescente da *população excedente*?

O capital visa garantir minimamente a sobrevivência do trabalhador, já que para ele é importante criar e manter uma *população excedente,* mesmo que não seja imediatamente necessária ao processo de produção, ela pode funcionar como forma de pressão sobre a classe trabalhadora.

Sendo a extração de mais-valia da força de trabalho o fator gerador de acúmulo de capital, então quanto maior o sobretrabalho e quanto menor o salário pago, tanto maior será o capital. Nesse sentido, os produtos vendidos pelos informais a preços mais baixos possibilitam baixar ainda mais o custo de reprodução da força de trabalho.

2.2. Quais os Vínculos que Podem Ser Estabelecidos Entre Trabalho Autônomo ou Pequeno Proprietário Informal e o Processo de Acumulação?

Dentre as principais formas de inserção da pequena empresa, trataremos especificamente daquelas que atuam na área da produção e que adotam práticas da informalidade nas suas formas de contratação de força de trabalho. Não é nosso objetivo discutir as empresas "regulamentadas" institucionalmente.

As teorias dualistas viam as pequenas empresas como retrógradas e propensas a desaparecerem, considerando-as como vestígio do passado. Contrariando aquelas tendências, o grande capital retoma essas formas de produção, transformando-as numa grande diversidade de formas que vão desde o trabalho artesanal, domiciliar, até a subcontratação. Entendemos que muitas das características das formas produtivas das pequenas empresas, principalmente as domiciliares, têm seu resquício em modos de

produção anteriores, mas atualmente outras formas foram recriadas e as duas acabaram se mesclando.

A literatura dos anos 80 define as atividades informais como um conjunto de atividades não-capitalistas de produção, vinculadas ao mercado de trabalho e subordinadas ao modo de produção capitalista. Essa definição só poderia dar conta de explicar aquele trabalhador informal despossuído, que desenvolve suas atividades obtendo apenas o necessário para sua sobrevivência, e que não tem como objetivo principal a acumulação de capital. Nesse caso não poderia empregar outros trabalhadores visando a extração de mais-valia.

Essa definição das atividades informais não dá conta de explicar a nova realidade, já que outras formas de trabalho surgiram e carecem de definição. Com as novas formas de trabalho abertas pelo sistema capitalista, como é o caso das pequenas empresas e do trabalhador autônomo, esse conceito não é adequado para explicá-los, já que os pequenos proprietários também extraem mais-valia de seus funcionários, pagando salários mais baixos e empregando em condições cada vez mais precárias. Entendemos que mesmo nos casos em que eles não acumulam em benefício próprio, eles possibilitam indiretamente o acúmulo por parte do grande capital. Eles adotam essas práticas pressionados pelas grandes empresas que indiretamente são as maiores beneficiárias do resultado dessa exploração.

Devemos considerar que essa pequena empresa está inserida num ambiente competitivo, que é estimulado pela grande empresa e pelas leis do mercado. A partir do momento que a pequena produção converte-se em produção para a comercialização, obrigatoriamente, ela passa a atender às exigências do grande capital, em que a

acumulação é engendrada pela própria competição. Dessa forma, o pequeno proprietário tem que acumular para se reproduzir, ou será eliminado pela concorrência.

Como a maior parte das pequenas empresas não dispõem da mesma tecnologia das grandes empresas, resta-lhes intensificar a exploração sobre seus trabalhadores e sobre si próprios. Os seus empregados, na maioria também informais, submetem-se a essa exploração ou não conseguir-se-ão reproduzir.

Sobre as formas de exploração do trabalho autônomo ou por conta-própria, gostaríamos de ressaltar a importância do trabalho familiar. Como mostram os autores Tedesco & Dalsoto (1995); Azevedo (1997), a sobrevivência das pequenas unidades de produção depende fundamentalmente do trabalho informal e do auxílio da força de trabalho familiar não paga. Em muitos casos os membros da família além de realizarem trabalho não pago nessas empresas, ainda atuam na produção doméstica de outros produtos de uso da família, possibilitando dessa forma rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho. Pode-se entender que essa força de trabalho não paga é explorada duplamente pelo capital, e ainda possibilita a entrega das mercadorias nos prazos estabelecidos.

Azevedo (1997) analisa a dinâmica de funcionamento do *Setor Informal* e de pequenas empresas do Vale do Sinos (RS).

A autora entende que muitas das microatividades são instáveis, algumas quase não lucrativas, frágeis e temporárias, elas só sobrevivem devido ao trabalho familiar e por constituírem uma alternativa de ocupação para os trabalhadores pauperizados, que se inserem nesse trabalho segundo as circunstâncias da conjuntura econômica local.

Segundo a autora citada "a partir dos anos 60, a indústria local adquiriu uma dimensão internacional, tornando-se a principal zona exportadora de calçados do Brasil: hoje 70% da produção destina-se à exportação e representa 90% do total das exportações de calçados brasileiros" (Azevedo, 1997:130).

Ainda segundo Azevedo (1997):

> *Em suma, o comportamento da pequena produção segue uma certa lógica, que não é a mesma que a teoria econômica reserva à empresa capitalista: do conjunto de seus mecanismos de reprodução, deve-se enfatizar, aqui, o seu estilo familiar de funcionamento, que constitui a sua maneira por excelência de se adaptar à lógica do mercado. O emprego de uma mão-de-obra familiar mal-remunerada, ou mesmo gratuita, prestes a fazer horas-extras, constitui, de fato, uma estratégia do pequeno produtor para enfrentar as pressões econômicas e, sobretudo, a concorrência de unidades de maior produtividade. (...)* (Azevedo, 1997:133-134).

Num estudo sobre trabalho em domicílio de Abreu & Sorj (1993), ficou demonstrado que essa forma de trabalho só sobrevive devido ao apoio de membros da família, tanto na esfera da produção quando na da reprodução. Essa atividade em domicílio se desenvolve no cotidiano da vida familiar, confundindo-se com o próprio trabalho doméstico. Praticamente não há distinção entre jornada de trabalho, lazer e vida familiar; essa forma de trabalho invade os dias úteis e os finais de semana.

Observamos que no caso da pequena empresa familiar obtém-se apenas a renda necessária para sua subsistência, pois subemprega a força de trabalho familiar não paga. Nesse caso, apenas o grande capital se beneficia do resultado da sua produção.

Temos que considerar as formas específicas de participação das pequenas empresas no processo de produção e também em que condições esse trabalho se realiza.

A tendência das grandes empresas em transferir suas atividades produtivas para empresas subcontratadas como forma de se tornarem mais competitivas, deve-se, em parte, ao fato de seus trabalhadores contarem com o apoio dos sindicatos, isso dificulta o drible das leis trabalhistas por essas empresas, visando uma maior flexibilização das relações de trabalho com diminuição de encargos sociais. Dessa forma, preferem transferir as responsabilidades com custos sociais às pequenas e médias empresas, por serem menos suscetíveis de sofrerem penalidades legais.

Assim, a pequena empresa, para sobreviver, muitas vezes recorre à intensificação do trabalho e ao pagamento de baixos salários, diminuição dos benefícios sociais e muitas vezes contrata sem registro em carteira. Devido à instabilidade vivida por essas empresas, há uma rotatividade da força de trabalho que contribuiu para o aprofundamento da distância entre as várias categorias de trabalhadores, impedindo-as de participarem de organizações coletivas. A fragmentação desses trabalhadores torna-os mais suscetíveis à exploração. Normalmente, as denúncias contra as empresas partem dos sindicatos e não dos trabalhadores individuais, que temem sofrer represálias por parte do empregador.

No caso dos trabalhadores antes assalariados, hoje considerados "independentes" (por conta-própria, autônomo, pequena empresa, empresas terceirizadas) podemos perceber claramente que é uma forma de precarização do trabalho. Nos anos 80 percebíamos a implantação de processos de organização e gestão do trabalho em áreas mais diretamente ligadas à produção. Atualmente, os cargos mais especializados também estão sendo atingidos. E, em muitos casos, o pequeno proprietário até admite a insegurança em montar um negócio próprio, mas não se sente enquadrado no mesmo grau de precarização de outras categorias de trabalhadores. Alguns trabalhadores se sujeitam a

prestar serviços para a antiga empregadora, como empresa contratada, como forma de preservar as habilidades e qualificações adquiridas durante sua vida profissional. Na realidade, o processo de reestruturação produtiva do capital diminui cada vez mais as chances de reinserção profissional dos trabalhadores demitidos, que muitas vezes são obrigados a se encaixar no mercado de trabalho em outras áreas, tendo que desenvolver outras habilidades e qualificações.

Dessa forma, são levados a assumir todos os encargos de realizar as tarefas da empresa em casa ou num escritório, utilizando seus próprios meios de produção. Trabalham um número de horas excessivas, nesse caso a empresa extrai mais-valia relativa e mais-valia absoluta.

Outro aspecto importante é que com as constantes mudanças tecnológicas, tornando obsoletos os equipamentos e máquinas, cabe aos pequenos produtores informais conviver com os constantes problemas técnicos apresentados pelas máquinas, tendo que buscar estratégias para resolver esses problemas. Enfim, surge um conjunto de novas exigências que muitas vezes não são apreendidas pelo trabalhador como sendo parte da exploração de seu trabalho, com isso ele se auto-incumbe de resolver os novos problemas operacionais que surgem constantemente, sem com isso aumentar seus ganhos (Itani, 1996; Bernardo, 2000).

Assim, esses trabalhadores ainda têm que arcar com cursos de aperfeiçoamento de forma a aliar conhecimentos e habilidades para assegurar a eficiência dos serviços prestados às empresas.

Apesar de muitos deles viverem as mesmas dificuldades e sentir os reflexos da intensa exploração de seu trabalho, as reivindicações não são canalizadas para o coletivo

de forma a fazer valer seus interesses e criar estratégias coletivas para atender as especificidades de cada situação vivida. Talvez este seja um dos aspectos vantajosos para o capital, pois incentiva as formas de trabalho que fragilizam cada vez mais o trabalhador, inclusive porque o universo de trabalho de cada um deles é diferente e desenvolvem suas atividades individualmente.

No caso do trabalhador informal autônomo ou pequeno proprietário, este é "iludido" com a idéia de "independência"; é levado a trabalhar um número de horas excessivas, sendo extraída mais-valia relativa e mais-valia absoluta. Esse trabalhador tem que assumir mais riscos e também aumentar a extração da taxa de sobretrabalho de seus funcionários, oferecendo condições de trabalho mais precárias que as grandes empresas e, em muitos casos, vende a sua força de trabalho e a de membros de sua família como trabalho não pago, estes cooperam nas fases de grande produtividade.

Entendemos que a aparente auto-suficiência desses trabalhadores encobre a relação de subordinação que mantêm com a grande empresa capitalista que é disfarçada sob a condição de aparente autonomia. As formas contemporâneas da informalidade trazem novas características que ainda estão em andamento, dificultando uma análise mais global.

Através da estratégia descentralizada, as grandes empresas tendem a manter o controle e a aumentar a concentração no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o capitalismo, em todos os momentos da história, soube se resguardar e se renovar – no momento atual isso se dá através dos princípios neoliberais, das práticas de mercado, do impacto da mundialização e da flexibilização da produção -, fazendo emergir novas formas de dominação sobre a classe trabalhadora. Temos conhecimento de que as relações de trabalho vêm sendo alteradas no Brasil, principalmente a partir da década de 80 (ainda que de modo inicial e incipiente), quando a relação de dominação do capital sobre o trabalho teve que ser reafirmada, sendo legitimada através do modo de gestão e organização do trabalho. Nos anos 90, a tendência de precarização das relações trabalhistas, intensificou o trabalho temporário e o trabalho informal. Desse modo, novas experiências passaram a fazer parte das estratégias de sobrevivência de grandes contingentes populacionais, localizados nos grandes e médios centros urbanos.

Assim sendo, a informalidade passa a ser uma das poucas alternativas de ocupação para os trabalhadores assalariados expulsos pelo segmento organizado, levando a uma ampliação do trabalho informal.

A informalidade, que é vista como fruto da incapacidade de geração de empregos nos mercados formais, passa a incorporar contingentes antes empregados em todos os níveis do mercado formal. Entendemos que o aumento da informalidade pode ser visto

como parte do processo de reestruturação produtiva do capital. É no contexto do trabalho precarizado que se desenvolve o trabalho informal.

Ressaltamos que, na década de 70, a maior parte das análises sobre informalidade utilizavam uma abordagem dualista dando origem ao conceito de *setor formal/informal*, os quais eram analisados como sendo independentes um do outro.

A partir da década de 80, alguns autores (Souza, 1980; Cacciamali, 1983) rompem com a abordagem dualista, substituindo-a por outro enfoque que considerava a atividade informal como intersticial e subordinada ao movimento do capital.

Era consensual na literatura dos anos 80, que as atividades informais englobavam apenas os trabalhadores que desempenhavam suas atividades sem ter seus direitos regulamentados pela legislação trabalhista. Essa literatura incluía nesse grupo, o conjunto de trabalhadores por conta-própria entendendo que não visavam exclusivamente o acúmulo de capital, mas sim a manutenção de sua atividade econômica, e que não tinham por finalidade a exploração do trabalho alheio visando a extração da mais-valia. Podemos dizer que esse referencial não consegue explicar as formas contemporâneas da informalidade que abrangem desde o informal despossuído até o informal por conta-própria (autônomo), que subemprega outros trabalhadores em condições precárias, ambos são subordinados ao grande capital.

Portanto, ao analisar as atividades informais devemos considerar as características das formas de apropriação e também, que há outras instâncias do social que regulam essas relações que não podem ser consideradas apenas do ponto de vista de sua legalidade perante o Estado, já que os direitos jurídicos estão sendo eliminados para atender à flexibilização das relações de trabalho imposta pela lógica do capital.

A atividade informal que era considerada como intersticial na década de 80, agora converte-se em novas formas da relação de exploração capitalista. Nos anos 90, a tendência que pode ser identificada é a de uma combinação de formas tradicionais de informalidade com outras formas de trabalho precárias, sem contratos formalizados, visando atender às exigências da reestruturação produtiva do capital, pois a expansão dessas atividades é o indicador da nova tendência de precarização e desregulamentação das relações de trabalho.

As novas formas flexíveis de produção foram criadas pelo capital, mesclando o trabalho informal, parcial, temporário, precário, com formas de trabalho assalariado com ou sem registro em carteira. Esse foi um conjunto de estratégias criadas pelo grande capital para manter a subordinação da classe trabalhadora, de forma a atender as exigências internacionais de valorização do capital. Houve uma ampliação dessas formas de trabalho em vários setores produtivos. Entendemos que os trabalhadores informais também foram inseridos nesse novo contexto de reestruturação produtiva do capital, inclusive dando origem a algumas atividades totalmente novas. Pode-se dizer que está havendo uma crescente informalização do mercado de trabalho.

No presente trabalho, problematizamos teoricamente o conceito de *informalidade*, com o objetivo de caracterizar as diversas situações vividas por esses trabalhadores, buscando superar a dicotomia entre *Setor Informal* e *Setor Formal*, visando a ampliação desses conceitos. Entendemos que a *informalidade* é um conceito mais amplo, que engloba todas as atividades informais e aquelas que estão entre os dois segmentos (o *Informal* e o *Formal*).

Num quadro mais recente, devido à complexidade que cerca as situações de informalidade, temos ao mesmo tempo, trabalhadores desenvolvendo atividades assalariadas e não-assalariadas. E muitas vezes, até combinando formas de trabalho assalariado com atividades informais.

Referências Bibliográficas

ABREU. Alice Rangel de Paiva. **O Avesso da Moda: Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção**. São Paulo: Hucitec,1986.

ABREU. Alice R.P. & SORJ, Bila (orgs). **O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. Campinas(SP): Cortez/UNICAMP, 1995.

_____."Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro". In ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo,Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva na Inglaterra e no Brasil,** 2ª Ed., São Paulo: Boitempo, 1998.

_____."Repercussão do Processo na Classe Trabalhadora". **Estudos Avançados,** ano 11, nº 29, pp.368-370, 1997.

_____. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARBIX, Glauco."O Novo Paradigma Tecnológico". **Estudos Avançados**, ano 11, nº 29, pp. 371-375, 1997.

_____. Os Processos de Trabalho. **Estudos Avançados**, ano 11, nº 29, pp.386, 1997.

AZEVEDO, Beatriz. "O Setor Informal em uma Dinâmica de Desenvolvimento Local: Indústria, Família e Território". **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 18, nº 2, pp.126-137, 1997.

AZEVEDO, José S.G. & SOUZA, Frederico. "As Novas Tecnologias e o Mundo do Trabalho". **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador: v.9, nº 1, pp.4-10, jan/abril, 1992.

AZEVEDO, José S.G & MENEZES, Wilson F. "Mudanças nos Mercados de Trabalho de Algumas Regiões Metropolitanas: Desemprego e Informalidade". **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.14, nº 1/2/3, pp.2-13, jan/abril-maio/ago-set/dez., 1996.

BAGNASCO, Arnaldo. "A Economia Informal". **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 18, nº 2, pp.13-31, 1997.

BEINER, Bernhard. "A Economia Invisível – Um Survey". **Literatura Econômica**. Rio de Janeiro, vol.11, nº. 1, pp.3-12, fev.1989.

BERLINCK, Manoel T. **A Vida como Ela é: Marginalidade Social ou Desenvolvimento Capitalista Periférico na Cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. IFCH:UNICAMP, 1974.

BERLINCK, Manoel T. *et al.*. **Desenvolvimento da Economia de Campinas: O "Setor Informal"**. Relatório de Pesquisa, Campinas (SP), 1977, mimeo.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os Sindicatos**? São Paulo: Boitempo, 2000.

BEYNON, Huw. "As Práticas do Trabalho em Mutação". In ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo,Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva na Inglaterra e no Brasil,** 2ª Ed ., São Paulo: Boitempo, 1998, pp.9-38.

BRAGA NETO, Ruy Gomes. **A Restauração do Capital: um estudo da crise contemporânea**. São Paulo:Xamã, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BRUSCHINI, Cristina & RIDENTI, Sandra. "Desvendando o Oculto: Família e Trabalho Domiciliar em São Paulo". In ABREU. A.R.P. & SORJ, B. (orgs). **O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.

CACCIAMALI, M. Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: Inst. Pesquisas Econômicas, 1983.

_____. "A Economia Informal 20 Anos Depois". **Indicadores Econômicos** – FEE, Porto Alegre, v.21, nº 4, pp.217-232, jan/1994.

_____. "As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda". In: CAMARGO, J.M. & GIAMBIAGI, F. (org.). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp.121-143.

_____."Flexibilidade: Maior Número de Micro e Pequenas Empresas ou Manutenção da Concentração de Forma Descentralizada?". **Contemporaneidade e Educação**, ano II, nº 1, pp.47-57, maio/97.

_____."Globalização e Processo de Informalidade". **Economia e Sociedade.** Campinas: Unicamp. I.E., nº 14, pp.152-174, jun. 2000.

CARDOSO, F.H. "Comentários sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade". In CARDOSO, F.H. (org.) **O Modelo Político Brasileiro**. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, Inaiá M.M. de & SOUZA, Guaraci A.A. de. "A Produção Não-Capitalista no Desenvolvimento do Capitalismo em Salvador". In SOUZA,G. & FARIA,V. **Bahia de Todos os Poderes**. Petrópolis (RJ):Vozes, 1980, pp.71-101.

CARVALHO, Inaiá M.M. de. "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha dos Estudos Recentes". **Boletim Informativo Bibliográfico (BIB)**, Rio de Janeiro, nº 22, 2º semestre 1986.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis (RJ):Vozes, 1996.

CHARMES, Jacques. "O Setor Informal na África: um Crescimento que não Significa Marginalização". **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 18, nº 2, pp.64-99, 1997.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLLI, Juliana M. **O Façonismo pelo Avesso: Um Estudo das Novas Formas de Organização do Trabalho à Fação no Ramo de Tecelagem do Pólo Têxtil de Americana-SP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). IFCH:UNICAMP. Campinas, 1997.

DEDECCA, Cláudio S. **Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado em Economia). Inst.Economia: UNICAMP, Campinas (SP), 1990.

DEDECCA, Claudio S. & BRANDÃO, Sandra M.C. "Recessão, Emprego e Desemprego: As Perspectivas em Relação a este Grave Problema Social". **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v.9, nº 1, pp.11-21, jan/abril, 1992.

DEDECCA, Cláudio S. & FERREIRA, Sinésio. **O Setor Informal no Funcionamento Mercado de Trabalho Urbano**, Relatório de Pesquisa, Campinas (SP), dezembro de 1990, mimeo.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica - Um Estudo do Complexo Petroquímico da Bahia**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FAGUNDES, Maria Emília Marques. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um Estudo Exploratório**. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia: Universidade Federal da Bahia, 1992.

FARIA, Maria da Graça D. de. **Os Sindicatos, os Trabalhadores e as Políticas de Gestão do Trabalho: O Caso dos Círculos de Controle de Qualidade na Região de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IFCH: UNICAMP. Campinas (SP). 1989.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. Tradução por Alvaro Lorencini.

GARCIA, Sylvia G. "Cultura, Dominação e Sujeitos Sociais". **Tempo Social**, Rev. Sociologia da USP, vol.8, n° 2, out.1996.

GONZALEZ, Bernardo Celso de Resende. **A Pequena Empresa e o Setor Informal.** Dissertação (Mestrado em Economia). Inst.Economia: UNICAMP, 1989.

GORENDER, Jacob. "Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho". **Estudos Avançados,** ano 11, n°.29, pp.311-340, 1997.

GORZ, André. "Saindo da Sociedade do Trabalho Assalariado". **São Paulo em Perspectiva**, ano 9, n°.3, pp.135-144, 1995.

HADDAD, Fernando. "Trabalho e Classes Sociais". **Tempo Social**, Rev. Sociologia da USP, ano 9, n°.2, out.1997.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HERRLEIN JR., Ronaldo. "As Mediações para uma 'Consideração Especial' da Concorrência a Partir de MARX". **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 18, n° 2, pp. 329-361,1997.

HUGON, Philippe. "O Setor Informal: Balanço de 25 Anos de Trabalho". **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 18, n° 2, pp.32-63, 1997.

IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ITANI, Alice. "O Trabalho, sua Invisibilidade e seu Estudo – Algumas Considerações a Partir do Trabalho nos Serviços dos Transportes". **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 8, n° 1, pp.161-194, maio/1996.

JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOWARICK, Lúcio. "Trabalho Produtivo e Improdutivo: Comentários Sob o Ângulo da Acumulação e da Política". In VILLALOBOS, André *et al.* **Classes Sociais e Trabalho Produtivo**. São Paulo: Paz e Terra, 1978, pp.85-96.

LATOUCHE. Serge. **A Ocidentalização do Mundo: Ensaio sobre a Significação, o Alcance e os Limites da Uniformização Planetária**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

LAUTIER, Bruno. "Os Amores Tumultuados entre o Estado e a Economia Informal". **Contemporaneidade e Educação**, ano II, nº 1, maio/97.

LOPES, Doraci A. **Marginais da História? O Movimento dos Favelados da Assembléia do Povo (1979/1986)**, Campinas (SP): Editora Alínea, 1997.

LOPES, Rodrigo. **A Economia Informal no Rio de Janeiro: Problema ou Solução?**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MACHADO. Ana Flávia. **Trabalhador Por Conta Própria: Heterogeneidade e Desigualdade de Renda em Regiões Metropolitanas**. Dissertação (Mestrado em Economia). CEDEPLAR:UFMG, 1983.

MACHADO DA SILVA. Luiz A. **Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Univ. Fed. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1971.

_____. "Informalidade e Crise Econômica". **Tempo e Presença**. Rio de Janeiro, nº 288, jul/ago., pp.10-13, 1996.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal – A Imaterialidade do Salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARTINS, Renato & DOMBROWSKI, O. "Estudo de Casos". in JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, pp.24-39.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo: Editora Moraes, s/d..

MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**, 7ª edição, São Paulo: Difel, 1982, Livro Primeiro, vol. I e II.

MATTELART, Armand. **Comunicação-Mundo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

MATTOS, Fernando A. Capitalismo Organizado e Capitalismo Desorganizado: O Desafio da Criação de Empregos. **Cadernos do CESIT**, Campinas (SP), n° 27, pp. 1-26, fev.1998.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. **Trabalho e Desigualdade Social no Final do Século XX**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia:UNICAMP. Campinas (SP), 1993.

MATTOSO, Jorge E.L. & SIQUEIRA NETO, José F. O Trabalho em Regime de Subcontratação no Brasil. **Cadernos do CESIT**, Campinas (SP), n°. 24, set.1997.

MATTOSO, Jorge E. L. & POCHMANN, Márcio. Globalização, Concorrência e Trabalho. **Cadernos do CESIT**, Campinas (SP):Unicamp.IE, n°. 17, pp. 1-20, 1995.

MENELEU NETO. José. "Mercado Informal – Roteiro para uma Nova Agenda de Pesquisa". **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET)** – 21 a 23 set. 1993, Rio de Janeiro, vol.II. pp.829-836.

MÉSZÁROS, István. **A Necessidade do Controle Social**. São Paulo: Ensaio, 1987. Tradução por Mário Duayes.

_____. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. Tradução por Georg Toscheff. (Nova edição Revisada em 1996).

NUN, José. "Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal". in PEREIRA, Luiz (org.) **Populações Marginais**. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

_____. "A Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População Sob o Capital". **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n°. 16, pp.5-25, abril-maio-jun.1976.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Vanilda, *et al.*. "Qualificação e Inserção Alternativa no Mundo do Trabalho. A Sociologia do Trabalho Para Além da Indústria". **Novos Estudos CEBRAP**, n° 48, pp.121-142, julho de 1997.

PAOLI, Maria Célia. "A Marginalidade no Capitalismo Dependente: um problema deslocado". in HOGAN, D. *et al.*. **Cidade Usos e Abusos**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PEDRÃO, Fernando. "A Frustração do Trabalho". **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador: v.9, nº 1, jan/abril, 1992.

PEDRÃO, Fernando. "Os Processos da Informalidade e sua Organização". Revista: **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v.7, nº 3, pp.13-17, set/dez., 1992.

PEREIRA, Luiz (org.) **Populações Marginais**. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PERO, Valéria & URANI, André. "Os Trabalhadores Informais Querem Emprego com Contrato Formal de Trabalho?". **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET)** – 21 a 23 set. 1993, Rio de Janeiro, vol.I, pp.413-433.

PIRES, Elson L. S. "O Trabalho Informal nos Anos 80: Novos Rumos Teóricos e Perspectivas Analíticas". **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET)** – 21 a 23 set. 1993, Rio de Janeiro, vol.II, pp.913-926.

POCHMANN, Márcio. **Reconversão Econômica e as Tendências Recentes das Ocupações Profissionais no Brasil**. Campinas (SP):Unicamp.IE. pp;1-27, junho/1998a., mimeo.

POCHMANN, Márcio. **O Movimento de Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 90: Uma Análise Regional**. Campinas (SP):Unicamp.IE. pp.1-26, abril/1998b., mimeo.

POCHMANN, Márcio. "O Excedente de Mão-de-Obra no Município de São Paulo". in JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, pp.18-23.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização – A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu**. São Paulo:Boitempo, 2001.

PRANDI. José Reginaldo. **O Trabalhador Por Conta Própria sob o Capital.** S. Paulo: Edições Símbolo, 1978.

PRANDI, José Reginaldo. "Trabalhadores Por Conta Própria em Salvador". In SOUZA,G. & FARIA,V. **Bahia de Todos os Poderes**. Petrópolis (RJ):Vozes, 1980, pp.129-165.

PRONI. Marcelo W. História do Capitalismo: Uma Visão Panorâmica. **Cadernos do CESIT**, Campinas (SP), nº 25, pp. 1-30, out.1997.

QUIJANO, Aníbal. "Notas Sobre o conceito de Marginalidade Social". In PEREIRA, Luiz (org.) **Populações Marginais**. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RIZEK, Cibele S. "Interrogações a um Campo Teórico em Crise". **Tempo Social**, Rev. Sociologia da USP, vol.6, no.1- 2, jun/1995.

RODRIGUES, Iram Jácome. "O Sindicalismo Brasileiro da Confrontação à Cooperação Conflitiva". **São Paulo em Perspectiva**, ano 9, n° 3, pp. 116-126, 1995.

SILVA. Josué Pereira da. "A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate". **Lua Nova,** Revista de Cultura e Política, n° 35, pp.167-181, 1995.

SINGER, Paul. "Novas Frentes de Batalha". **Estudos Avançados**, ano 11, n° 29, pp.382-383, 1997.

SINGER, Paul. "O Trabalho Informal e a Luta da Classe Operária". in JAKOBSEN, K. *et al.* (orgs). **Mapa do Trabalho Informal – Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, pp.11-13.

SOUZA, Maria Carolina A. F. *et al.*. "Relações de Cooperação com as Grandes Empresas: Oportunidades e Limites para o Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas – Reflexões para o Caso do Brasil". **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 18, n°.2, pp. 201-234, 1997.

SOUZA, Paulo R. **A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas**. Tese de Doutorado. IFCH:UNICAMP, Campinas (SP), 1980a.

SOUZA, Paulo R. **Empregos, Salários e Pobreza**, São Paulo:HUCITEC, 1980b.

TEDESCO, João C. & DALSOTO, Adelar. "Desvendando o Invisível: Considerações Introdutórias Acerca da Informalidade". **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo (RS): FEA/UPE, pp. 101-132, 1995.

TEIXEIRA, Francisco José S. "Notas Para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho". **Universidade e Sociedade**, ano IV, n° 6, pp.21-29, fev.1994.

TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego Informal e Trabalho Por Conta Própria: Um Estudo da Diversidade de Manifestação do Problema da Falta de Emprego no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia:UNICAMP. Campinas (SP), 1995.